



Revista do Mestrado em Estudos Linguísticos

Vitória, v.7, n.8 (2013)

**Revista (Con)Textos Linguísticos**  
Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Departamento de Línguas e Letras  
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari nº 514  
Goiabeiras – Vitória - ES  
CEP: 29075910  
Telefax: (27) 33352801  
[www.linguistica.ufes.br](http://www.linguistica.ufes.br)  
[contextoslinguisticos@hotmail.com.br](mailto:contextoslinguisticos@hotmail.com.br)

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

---

Revista (Con) Textos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 7, n. 8 (2013)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPGEL-UFES, 2007-  
Semestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:

Saulo de Jesus Peres

CRB6 – Reg. 676/ES

## **Universidade Federal do Espírito Santo**

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto

## **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Junior

## **Centro de Ciências Humanas e Naturais**

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Júlio Bentivoglio

## **Departamento de Línguas e Letras**

Chefe: Jurema José de Oliveira

Subchefe: Sérgio da Fonseca Amaral

## **Programa de Pós-Graduação em Linguística**

Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Maria da Penha Pereira Lins

Coordenador Adjunto: Alexsandro Rodrigues Meireles

## **Conselho Editorial**

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cristina Carmelino (UFES), Edenize Ponzo Peres (UFES), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Hilda de Oliveira Olímpio (UFES), Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (UNICAMP), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Augusto Carvalho (UFES), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), Júlia Maria da Costa de Almeida (UFES), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Lillian Coutinho Yacovenco (UFES), Luciano Vidon (UFES), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria da Penha Pereira Lins (UFES), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marta Scherre (UNB/UFES), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES).

## **Comissão Editorial**

Alexsandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Ana Cristina Carmelino (Editora de Layout), Aurélia Lyrio (Editora de Texto), Edenize Ponzo Peres (Editora de Seção), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Júlia Maria da Costa de Almeida (Editora de Texto), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (Leitora de Prova), Maria da Penha Pereira Lins (Editora de Texto), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção).

## SUMÁRIO

Apresentação	5
<u>CARTA DO LEITOR: UM ESTUDO DE SUA CADEIA INTERTEXTUAL</u>	6-19
<i>Alda Maria Coimbra Aguiar Maciel</i>	
<u>CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE SI E DO OUTRO ATRAVÉS DE ANÚNCIOS MATRIMONIAIS: AMOR (IM)POSSÍVEL?</u>	20-35
<i>Isabelle Simões Marques, Andreea Teletin</i>	
<u>A expressão do futuro verbal em Irará - BA</u>	36-50
<i>Joana Gomes dos Santos Figueiredo, Josane Moreira Oliveira</i>	
<u>LAS FUERZAS LINGÜÍSTICAS EN EL TRATAMIENTO PRONOMINAL TÚ (VOS) / USTED EN ESPAÑOL: EL PODER Y LA SOLIDARIDAD</u>	51-70
<i>José Alberto Miranda Poza</i>	
<u>Pistas Acústicas do padrão de coarticulação entre as líquidas e as vogais no ataque complexo</u>	71-89
<i>Luciane Trennephol da Costa</i>	
<u>DOMÍNIO DE REFERÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO GRAMATICAL: O INDEFINIDO, O INESPECÍFICO E O INDETERMINADO</u>	90-104
<i>Luiz Francisco Dias, Emiliana da Consolação Ladeira</i>	
<u>A INFLUÊNCIA DA PREDICAÇÃO NAS LEITURAS PLURAIS E SINGULARES DOS TERMOS COLETIVOS: UM ESTUDO EMPÍRICO</u>	105-125
<i>Mahayana Godoy</i>	
Política Editorial	126-128

## APRESENTAÇÃO

É com prazer que publicamos mais um número da Revista *(Con)textos Linguísticos*. Com ele, além de promovermos o intercâmbio de pesquisadores e de novas ideias, em nível estadual, nacional e internacional, estamos consolidando o papel do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGEL – em fomentar a pesquisa linguística no Espírito Santo.

Compõem esta edição sete artigos de autoria de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e estrangeiras: Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel (UERJ), Andreea Teletin (Universidade de Bucareste), Emiliana da Consolação Ladeira (EPCAR), Isabelle Simões Marques (Universidade de Coimbra), Joana Gomes dos Santos Figueredo (UEFS), Josane Moreira Oliveira (UEFS), José Alberto Miranda Poza (UFPE), Luciane Trennephol da Costa (Universidade Estadual do Centro-Oeste), Luiz Francisco Dias (UFMG), Mahayana C. Godoy (UNICAMP).

O artigo “Carta do leitor: um estudo de sua cadeia intertextual” de Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel objetiva contribuir com os estudos linguísticos dedicados ao ensino-aprendizagem de línguas e comprometidos com o letramento e o empoderamento discursivo de agentes sociais.

O artigo “Construções discursivas de si e do outro através de anúncios matrimoniais: amor (im)possível?” de Isabelle Simões Marques e Andreea Teletin confronta autoimagens e hetero-imagens e as suas projeções no discurso, em textos específicos: anúncios matrimoniais.

O artigo “A expressão do futuro verbal em Irará-BA” de Joana Gomes dos Santos Figueredo e Josane Moreira Oliveira se propõe a analisar a mudança em progresso no uso do futuro perifrástico na escrita padrão de Irará-BA.

O artigo “El tratamiento pronominal tú (vos)/usted em español” de José Alberto Miranda Poza, através de critérios sociolinguísticos e pragmáticos, traz uma explicação de caráter histórico que revela a origem das formas tú (vos)/usted e seus usos na história da língua.

O artigo “Pistas acústicas do padrão de coarticulação entre as líquidas e as vogais no ataque complexo” de Luciane Trennephol da Costa investiga o padrão de coarticulação das líquidas com as vogais no ataque complexo através de inferências obtidas pelas trajetórias das frequências do segundo formante vocálico.

O artigo “Domínio de referência na constituição do sujeito gramatical: o indefinido, o inespecífico e o indeterminado” de Luiz Francisco Dias e Emiliana da Consolação Ladeira analisa o fenômeno sintático denominado indeterminação do sujeito gramatical sob a ótica da semântica da enunciação.

O artigo “A influência da predicação nas leituras plurais e singulares dos termos coletivos: um estudo empírico” de Mahayana C. Godoy abre espaço para revisitarmos estudos sobre o processamento do pronome plural, questionando sua validade como ferramenta metodológica para investigar aspectos próprios à pluralidade dos coletivos.

Esperamos que a leitura desses trabalhos amplie nossos conhecimentos e possibilite uma ampla discussão acadêmica sobre a estrutura das línguas naturais e o processamento da linguagem humana.

A Comissão Editorial

## CARTA DO LEITOR: UM ESTUDO DE SUA CADEIA INTERTEXTUAL

Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel

**Resumo:** Através da utilização da proposta metodológica tridimensional concebida por Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992/2007 e 2001), com ênfase em questões sobre a dimensão discursiva do gênero carta do leitor e com especial atenção aos aspectos de sua intertextualidade, uma descrição das condições de produção, distribuição e consumo desse gênero será apresentada. O objetivo desse estudo é contribuir com os estudos linguísticos dedicados ao ensino-aprendizagem de línguas e comprometidos com o letramento e o empoderamento discursivo de agentes sociais.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso. Intertextualidade. Empoderamento Discursivo. Carta do Leitor.

**Abstract:** Through the use of the three dimensional methodological approach conceived by Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992/2007, 2001), with an emphasis on the discursive dimension of the genre letter to the editor and with particular attention to aspects of its intertextuality, a description of its conditions of production, distribution and consumption will be presented. The purpose of this survey is to contribute to language studies devoted to the teaching-learning of languages and committed to the literacy and the discursive empowerment of social actors.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis. Intertextuality. Discursive Empowerment. Letter to the Editor.

### Introdução

Este trabalho discutirá os aspectos de produção, distribuição e consumo de textos escritos e sua trajetória em diferentes contextos sociais. Para realizar essa investigação, o gênero selecionado para análise será cartas dos leitores que trazem opiniões de leitores sobre editoriais veiculados na versão eletrônica do *New York Times*. O principal objetivo desse trabalho será a reflexão sobre a contribuição do arcabouço da Análise Crítica do Discurso como ferramenta para a análise da trajetória de um mesmo gênero em diferentes contextos sociais e as possíveis implicações desse percurso. Assim, o levantamento das condições de produção, distribuição e consumo de textos terá como embasamento teórico alguns dos principais componentes da proposta metodológica tridimensional elaborada por Fairclough

---

· Instituto de Letras (UERJ) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (CPII), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: coimbra.aldamaria@gmail.com

(1992/2007 e 2001) com ênfase em aspectos que dizem respeito às marcas de intertextualidade. Inicialmente, o modelo de análise será apresentado de forma sucinta. Em seguida, aspectos de produção, distribuição e consumo serão avaliados e as implicações desses aspectos no contexto de ensino-aprendizagem de línguas serão apresentadas. Por fim, será desenhada a cadeia intertextual que se constrói pelo trânsito social do gênero carta do leitor.

### **O modelo de análise de Fairclough**

Para Fairclough (2001, p. 22), “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Tendo como ponto de partida este conceito tridimensional, três categorias analíticas são estabelecidas: texto, prática discursiva e prática social.

Cumprir observar que essa separação em três dimensões é meramente para resolver questões de organização do procedimento de análise. Sendo assim, a configuração da apresentação das dimensões não precisa obedecer a uma ordem específica, pois esta não tem interferência nos resultados da análise. Além disso, por vezes, as dimensões podem até se sobrepor. Um outro dado é que, segundo Fairclough (2001, p. 282-283), é provável que “em qualquer análise particular algumas das categorias sejam provavelmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias”. Tomemos, então, a dimensão da prática discursiva, pois nos interessa aqui analisar a natureza dos processos de produção, distribuição e consumo de textos.

A forma na qual a produção de textos se realiza estará diretamente em consonância com o tipo de discurso que se investiga e sempre se realizará de acordo com fatores sociais. A elaboração e finalização de uma reportagem em uma revista, por exemplo, poderá envolver diversos profissionais de várias áreas tais como, produtores, redatores, fotógrafos, editores, entre outros. Todos eles estarão engajados no processo de produção de um único produto final, direta ou indiretamente.

A distribuição, por sua vez, pode se realizar tanto de forma simples, em um contexto mais imediato, como por exemplo, uma conversa telefônica informal, como de forma mais complexa, por exemplo, um ofício de uma empresa multinacional que tem de ser encaminhado às suas várias filiais em todo o mundo e cujo conteúdo tem de ser difundido em

seus inúmeros setores.

Quanto ao consumo de um texto, fatores sociais também podem exercer influência direta; isto é, textos podem ser lidos, relidos, transcritos, descartados, etc. e essas ações podem se dar de diferentes maneiras, tais como: individualmente ou coletivamente e com interesse parcial ou integral. Além disso, alguns textos também podem gerar ações discursivas, por exemplo, uma consulta médica pode gerar um prontuário que fará parte de relatório que, por sua vez, pode contribuir para gerar estatísticas; ou extradiscursivas, por exemplo, uma carta de demissão, que gera a própria demissão e um bilhete premiado da loteria que gera uma série de eventos, tais como: comemorações, compras, viagens etc. (FAIRCLOUGH, 1992/2007 e 2001).

Ainda quanto à produção e à interpretação de textos, é importante que se reconheça que recursos sociocognitivos são acionados para suas efetivações. De acordo com Fairclough, as dimensões sociocognitivas da produção e interpretação textuais se realizam mediante a conexão entre o conjunto de recursos, por exemplo, normas e convenções, que os participantes discursivos já haviam internalizado e que serão acionados no processamento do texto, “como um conjunto de ‘traços’ do processo de produção, ou um conglomerado de ‘pistas’ para o processo de interpretação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

Alia-se a isso a contribuição do contexto, em um sentido menos amplo, como aquilo que “precede (ou segue) em um texto” (ibid., p. 110) na redução da ambivalência. Em uma acepção mais aberta, o contexto também constitui

o que às vezes é chamado o “contexto de situação”: intérpretes chegam às interpretações da totalidade da prática social da qual o discurso é uma parte, e tais interpretações conduzem a predições sobre os sentidos dos textos que novamente reduzem a ambivalência pela exclusão de outros sentidos possíveis. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 110)

Assim, esses recursos compõem um “mapa mental da ordem social” (ibid., p. 112), que constituem uma leitura “das realidades sociais que se prestam a muitas interpretações, política e ideologicamente investidas de formas particulares” (ibid.).

Ainda um outro aspecto de grande importância para a composição dos processos de produção e interpretação é a coerência, que, segundo Fairclough (ibid.), vem a ser uma propriedade de interpretações e não dos textos, uma vez que um texto somente significa algo para “alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos” (ibid., p. 113). Por fim, é importante observar que as tais inferências e conexões podem estar fundamentadas em pressupostos ideológicos e culturais.

## Intertextualidade

Para ampliar as considerações sobre a dimensão discursiva, faremos uma breve exposição sobre a intertextualidade. Termo<sup>1</sup> originalmente formulado pela pensadora pós-estruturalista Julia Kristeva (1986 apud CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 119), o conceito de intertextualidade é também utilizado por Fairclough (2001, p. 114) para designar a propriedade que os textos têm “de ser cheios de fragmentos de outros textos”; sendo assim, os textos são intrinsecamente intertextuais. Essas frações podem se apresentar de forma explícita ou não e os textos podem assimilá-las, contradizê-las, ironizá-las ou ecoá-las de forma irônica.

Com relação à produção, a investigação da perspectiva intertextual enfatizará o caráter histórico dos textos, isto é, “a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de comunicação verbal’ existentes (BAKHTIN, 1986, p. 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). Sendo assim, estabelece-se a “inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história” (KRISTEVA, 1986, p. 39 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 134). Isso significa dizer que “o texto absorve e é construído de textos do passado (textos sendo os maiores artefatos que constituem a história)” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 134). Essa historicidade inerente aos textos concede-lhes funções capitais nas mudanças sociais e culturais da sociedade atual, o que reafirma a importância da intertextualidade na análise de discurso.

Ainda no âmbito da produção, são aspectos de alta relevância a limitação, a restrição e o condicionamento sociais estabelecidos por múltiplas relações de poder. Como a teoria da intertextualidade não apresenta instrumentos para elucidá-los, Fairclough sugere a utilização conjugada da teoria da hegemonia.<sup>2</sup> Essa aliança permitirá

mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica [...] [e] conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens do discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135)

Com relação à distribuição, essa propriedade ilumina o levantamento de redes

---

<sup>1</sup> O termo intertextualidade originou-se a partir do conceito central da obra de Mikhail Bakhtin — o dialogismo.

<sup>2</sup> “[...] modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28).

relativamente estáveis nas quais os textos se movem, “sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro” (ibid., p. 114). Da consideração dessas transformações, Fairclough estabelece o conceito de “cadeias intertextuais” (*intertextual chains*) como sendo “séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (ibid., p. 166). Sendo assim, o levantamento das sequências intertextuais nas quais um tipo de discurso está inserido é uma forma de explicitar a sua distribuição. Da mesma forma que o estudo das cadeias intertextuais entre os diferentes tipos de textos pode nos trazer um entendimento mais amplo da estruturação social.

Fairclough (ibid.) destaca a importante distinção entre as dimensões<sup>3</sup> horizontal e vertical bakhtinianas da intertextualidade. A relação horizontal diz respeito às ligações dialógicas estabelecidas entre um determinado texto e os seus precedentes e sucessores, enquanto elementos de uma cadeia. A relação intertextual vertical diz respeito às ligações históricas “em várias escalas temporais e por vários parâmetros” (ibid., p. 136). À medida que a intertextualidade é investigada, a heterogeneidade<sup>4</sup> dos textos (estabelecida pela diversidade dos elementos e linhas textuais) se revela apontando para: 1) a complexidade ou simplicidade das relações intertextuais, 2) a evidência ou fusão dos elementos, 3) o emprego ou descarte do tom ou estilo do texto circundante, 4) a integração ou não com “suposições do segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém, por meio da pressuposição” (ibid., p. 137).

Três “modos” (ibid., p. 152) de relações intertextuais podem ser elencados: sequencial (quando acontece uma alternância entre diferentes textos ou tipos de discurso), encaixada (quando acontece uma integração de um texto ou um tipo de discurso dentro da matriz de outro) e mista (quando acontece uma fusão mais complexa e de difícil separação). Também importante para a investigação da intertextualidade é a classificação que distingue entre: a manifesta e a constitutiva (também chamada interdiscursividade). Na primeira, “outros textos estão explicitamente presentes no texto sob análise [...] marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto” (ibid., p. 136). A segunda é a “constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) de ordens do discurso” (ibid., p. 114).

Considerando o consumo, o enfoque da intertextualidade aponta para o fato de que, na realidade, o que molda a interpretação “não é apenas ‘o texto’, nem mesmo apenas os textos

---

<sup>3</sup> Originalmente formuladas por Kristeva (1986).

<sup>4</sup> Se esta é acentuada em determinado texto, diversos sentidos poderão ser apreendidos simultaneamente, gerando, assim, uma ambivalência de sentido. O objetivo de propiciar várias interpretações para se atingir diferentes consumidores, constituirá “uma outra fonte de ambivalência antecipatória, intertextual” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 138).

que intertextualmente o constituem” (ibid., p. 114); também contam os outros textos que os intérpretes trazem em suas bagagens e que utilizam para realizar o processo de interpretação.

## **Carta do leitor: considerações sobre sua produção, distribuição e consumo**

### **Produção**

Para a produção do gênero carta do leitor do *Times* eletrônico, o missivista necessita de um conjunto de recursos cognitivos tais como: posse de informação prévia sobre o assunto adquirida através da leitura do editorial, alguma fluência em língua inglesa e noção de informática. Com relação aos recursos materiais, o escritor depende de um sistema computacional complexo, do uso de programas de computador e do acesso à rede. Os motivos que levam agentes sociais a redigir cartas para enviá-las aos periódicos são inúmeros, tais como, criticar, sugerir, expressar sentimentos, informar, entre outros.

Esses leitores são informados sobre as normas para a publicação de suas cartas. Além dessas regras, os leitores também são informados sobre a possível edição de suas cartas para torná-las publicáveis. Esse conjunto de normas, bem como a provável edição das cartas, trazem consequências diretas para o procedimento de elaboração e para o produto final das cartas, pois a força da autoria do missivista pode ser censurada pela provável edição que o conselho editorial realiza. Sendo assim, ao selecionar e manipular uma carta do leitor, o referido conselho compartilha da autoria e, portanto, assume o lugar de coautor no discurso.

Quando avaliamos a natureza da relação entre os interlocutores na etapa de produção, neste caso o leitor missivista e o redator, percebemos que esta é uma interação formal de baixo envolvimento afetivo e que estabelece uma relação assimétrica de confronto (LINELL, 1990). Quanto às razões para a edição das missivas, com base em Lefevere (1992), poderíamos ainda pensar em prováveis questões de ordem ideológica, uma vez que “os reescretores adaptam, manipulam os originais, trabalham com alguma extensão e usualmente o fazem vinculados a correntes poéticas e ideológicas dominantes do seu tempo” (LEFEVERE, 1992, p. 8).

Como essas cartas estarão disponíveis para o público em geral, esses consumidores do jornal também exercem papel significativo e devem ser considerados leitores virtuais ou destinatários em potencial. Em decorrência, direta ou indireta, desta pluralidade de destinatários, diferentes escolhas (conscientes ou inconscientes) que contribuam para o

processo interpretativo serão feitas pelo leitor missivista durante o processo de redação do seu texto.

Claro está que tanto a seleção como a edição (ou coautoria) dos textos são características inerentes à produção do gênero carta do leitor. Contudo, como as condições de produção estão direta ou indiretamente atreladas aos processos de distribuição e consumo, podemos questionar se 1- cartas dos leitores não constituiriam mais um instrumento utilizado pelo jornal para, em alguma medida, manobrar as reflexões e, por extensão, de alguma forma, definir as opiniões de seus leitores; 2- a possibilidade de envio de cartas teria como objetivo favorecer um processo velado de retroalimentação, através do qual o corpo de editores obtém informações sobre as opiniões, favoráveis ou não, do público leitor sobre sua linha editorial e 3- o conjunto de cartas não seria unicamente mais um canal através do qual o jornal expõe, de forma disfarçada, as suas próprias ideias.

## **Distribuição**

A primeira versão de uma carta do leitor, ou seja, a original, é distribuída, no caso enviada, pelo missivista apenas para o conselho editorial. Este grupo, após o processo de seleção e edição, será o responsável pela aprovação, que, portanto, inclui a edição. Em seguida, é executada a publicação no jornal, que vem a ser a distribuição ao público em geral.

O acesso às cartas enviadas ao *Times* em sua versão eletrônica exige uma conexão à sua página na *Internet*, que é o suporte desse gênero. Sendo assim, a rede de computadores é o canal através do qual esse gênero é distribuído aos seus leitores. Considerando o perfil dos leitores cujos recursos serão discutidos na seção seguinte, à praticidade que a *Internet* proporciona adicionam-se outras duas características positivas desse periódico: fácil divulgação e amplo alcance. A facilidade de divulgação se deve ao fato de que a veiculação é feita em um idioma, a língua inglesa, considerada uma língua franca, o que facilita a exposição mundial desse periódico. O amplo alcance, por sua vez, deve-se ao fato de que o país de origem do jornal, os Estados Unidos, possui força econômica e política e, portanto, exerce uma forte influência mundial. Quanto à disponibilidade das cartas, todas as missivas, assim como os editoriais que as motivaram, estão disponíveis nos arquivos do *Times* e podem ser examinados sem quaisquer dificuldades ou despesas extras.

Quanto ao tamanho do espaço destinado à publicação de cartas, no *Times*, assim como geralmente acontece em vários jornais nacionais e internacionais, este apresenta uma notável

discrepância se comparado ao tamanho do espaço reservado a outros gêneros jornalísticos. A seção de cartas dos leitores tem um tamanho bem menor que o espaço destinado à publicação de outras matérias, como, por exemplo, de editoriais. Como esse tamanho reduzido obviamente indica que, no contexto desta relação, é o *Times* quem possui autoridade e poder, tal condição faz-nos conjecturar em que medida o público leitor realmente tem espaço de significância e voz na mídia.

## **Consumo**

Como vimos na introdução, Fairclough (1992/2007) afirma que tanto na produção quanto na interpretação de textos, as dimensões sociocognitivas estabelecem as relações entre o material textual e os recursos que foram previamente internalizados e que serão acionados pelos agentes discursivos durante o processo de decodificação do texto.

Sendo assim, para que as cartas<sup>5</sup> dos leitores sejam interpretadas, seja pelo conselho editorial ou pelo público de leitores, será necessário um conhecimento prévio mínimo sobre o assunto em pauta ou sobre o artigo que as motivou. No caso específico da leitura e interpretação de cartas veiculadas em jornal eletrônico norte-americano, os leitores envolvidos nessa prática social também precisam ter outros recursos pessoais e cognitivos além da capacidade de inferir, realizar conexões, obter informação prévia sobre o assunto e identificar o gênero carta do leitor. Eles também precisam ter conhecimentos razoáveis de língua inglesa e de informática. Para que o consumo se realize, também são indispensáveis: a utilização de um sistema computacional composto de equipamentos físicos e periféricos, o uso de programas de computador e o acesso à Rede.

O consumo de cartas dos leitores pode sofrer a interferência de diversos fatores sociais e, portanto, ser realizado individual ou coletivamente. Além disso, é possível que outros fatores de diversas ordens contribuam para que essas cartas sejam relidas, em voz alta ou silenciosamente, impressas, transcritas, disponibilizadas ou gravadas em mídia eletrônica, enviadas a outros destinatários, em diferentes regiões ou continentes. Finalmente, o consumo poderá suscitar várias ações discursivas ou extradiscursivas tais como, palestras, aulas, conversas informais, debates, elaboração de outros textos de variados gêneros, entre outras.

---

<sup>5</sup> Cumpre ressaltar que o conselho editorial interpreta a carta inédita, ou seja, sem edição, e o público leitor interpreta a carta editada pelo conselho editorial.

## **Carta do leitor: considerações sobre sua produção, distribuição e consumo no contexto de ensino-aprendizagem de línguas**

O conjunto de etapas de produção, distribuição e consumo de textos em geral e de cartas dos leitores no contexto institucional do ensino-aprendizagem de línguas é um terceiro ciclo que deve ser considerado uma fase adicional pela qual um determinado texto poderá atravessar. Na etapa de produção, a equipe de ensino, muitas vezes o próprio docente, é o agente que intervém ao realizar a seleção e a manipulação da carta do leitor publicada no jornal. Desse modo, a equipe de ensino, assim como o conselho editorial, opera como coautora, pois seleciona e faz modificações na carta que deseja trabalhar com seus alunos.

Em geral, a seleção é motivada pela temática, isto é, a equipe de ensino pretende discutir com seus alunos em sua sala de aula um determinado assunto e seleciona uma carta para motivar a discussão de acontecimentos atuais de grande repercussão. Um outro motivo para a escolha é o ponto gramatical ou um aspecto lexical que precisa ser ensinado, uma vez que estes estão listados no conteúdo programático das séries escolares. Ainda um terceiro motivo é a questão do gênero, isto é, a carta do leitor é selecionada para que se possa apresentar e desenvolver análises desse gênero em especial. Por fim, a seleção das cartas também pode ser determinada por critérios de outras ordens que são pré-estabelecidos e complementares, tais como sua extensão, curta ou longa, ou seus pontos de vista, contra ou a favor de determinado tema.

Com relação às alterações nas cartas, em geral, os docentes as executam por causa de problemas de ordem material e/ou pedagógica para adaptar o texto aos padrões de impressão da escola ou reduzir as quantidades de papel e tinta utilizados na impressão. As questões materiais podem incluir mudança na configuração gráfica do texto, como, por exemplo, troca nos tipos e/ou tamanhos de caracteres, alteração no espaçamento e/ou no alinhamento dos parágrafos, supressão de destaques, gráficos, imagens, figuras, tabelas e/ou caixas de texto. Em geral, as questões pedagógicas estão relacionadas ao controle do nível de dificuldade dos textos. Estas alterações incluem a inclusão, troca e/ou retirada de trechos, vocábulos, item gramaticais, entre outros.

Quanto à distribuição, assim como para o público em geral, a leitura das cartas pode ser realizada pelos alunos através da própria página do jornal eletrônico. Também existem outras possíveis formas de distribuição que são práticas comuns no contexto escolar, tais como através do uso de: computadores para apresentar o texto armazenado em instrumentos

de mídia, projetores para exibir o texto em transparências ou em fichas, máquinas copiadoras para produzir cópias impressas do texto (prática mais comum) e quadros de giz para transcrever o texto.

Com relação às condições de consumo, os recursos cognitivos, materiais e pessoais do público leitor de cartas do leitor também se fazem necessários e são ativados pelos consumidores no contexto pedagógico. Todavia, existem circunstâncias mais específicas nas quais os consumos do docente e do aluno se efetivam. No que diz respeito às razões que geram o consumo por parte do docente, é fato que muitas vezes o professor lê cartas dos leitores com o propósito de selecionar material para uma tarefa pedagógica. Sendo assim, sua opção de leitura é influenciada por sua prática docente e guiada, direta ou indiretamente, por seu olhar pedagógico. Os alunos, por sua vez, são os consumidores que não participaram das etapas anteriores e, frequentemente, recebem o material de trabalho sem consulta prévia. Apesar de, em princípio, não terem poder de escolha, os alunos poderão se dedicar à leitura do texto em questão. Contudo, algumas vezes e por variados motivos, alguns alunos decidem não participar ativamente e plenamente da tarefa.

### **Carta do leitor: sua cadeia intertextual**

Através do exame do gênero carta do leitor enquanto prática discursiva, fizemos um levantamento das peculiaridades das etapas de produção / seleção, distribuição e consumo do gênero carta do leitor nos contextos social e pedagógico. Enquanto prática discursiva, a carta do leitor é um gênero<sup>6</sup> que pertence a uma rede de eventos sociais com os quais estabelece um diálogo contínuo, constituindo, portanto, um processo discursivo. Agora, tendo a análise acima como pano de fundo e sob o olhar da intertextualidade, cumpre delinear a cadeia intertextual, a rede relativamente estável na qual este gênero se insere e se move.

Na Figura 1, a seguir, as células da tabela simulam os elos que representam os eventos sociais, discursivos ou extradiscursivos, da cadeia intertextual da qual o gênero carta do leitor faz parte. Como as cartas dos leitores, em diferentes etapas, constituem os elos enfocados nesta investigação, apresentaremos os agentes responsáveis pela (o) seu / sua:

- produção (**P**),
- distribuição (**D**) e

---

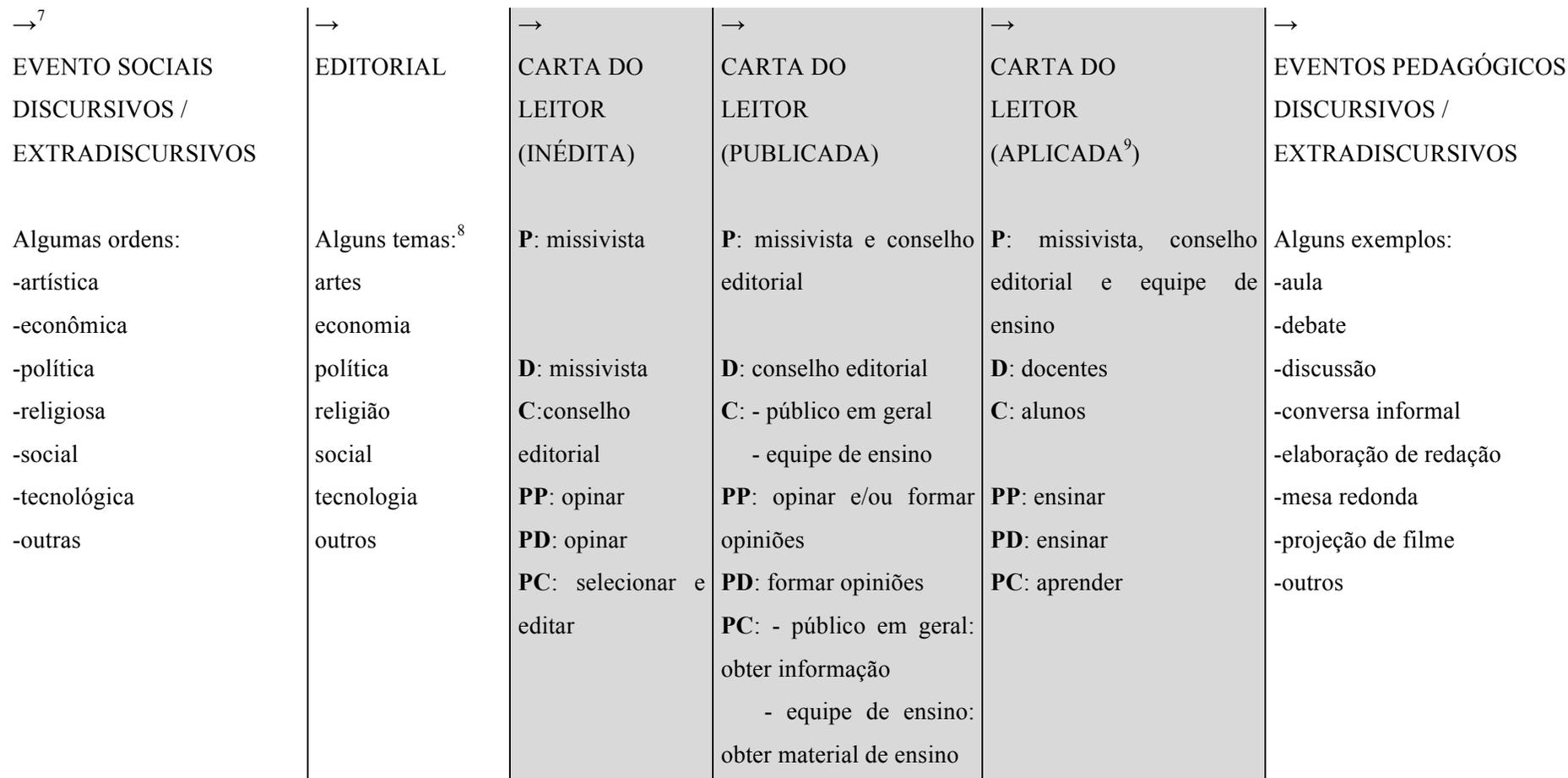
<sup>6</sup> A discussão sobre a gênese do gênero carta do leitor foge ao escopo deste trabalho.

- consumo (**C**),

assim como os seus respectivos propósitos de:

- produção (**PP**),
- distribuição (**PD**) e
- consumo (**PC**).

Como as informações na cadeia a seguir são apresentadas de forma concisa, é importante que, para a sua análise, todo o desenvolvimento argumentativo apresentado seja considerado.



**Figura 1-** Cadeia intertextual do gênero carta do leitor

<sup>7</sup> Este símbolo, ao apontar para o elo seguinte, representa o movimento do gênero nos elos da cadeia.

<sup>8</sup> Estes estão aqui relacionados às ordens dos eventos apresentadas na célula anterior.

<sup>9</sup> Aplicada ao ensino-aprendizagem de línguas. Dependendo do contexto de aplicação, outros agentes e propósitos serão constituídos. No contexto deste trabalho, por exemplo: **P:** missivista e pesquisadora, **D:** pesquisadora, **C:** acadêmicos e profissionais de educação e ensino, em geral, **PP:** analisar criticamente, **PD:** divulgar análise e **PC:** conhecer análise.

Da análise dos três elos sombreados (carta do leitor: inédita, publicada e aplicada) na figura, podemos observar que, ao se mover na cadeia intertextual, o gênero carta do leitor, sem dúvida, passa por alterações relativas aos seus agentes e propósitos (funções). Além do mais, apesar de ser difícil encontrar material comprobatório disponível, é grande a possibilidade de que os conteúdos e organizações textuais também tenham sido modificados. Embora essas diferenças tenham importância, preservamos a nomeação desse gênero como carta do leitor nos três elos sombreados, pois não constitui o foco deste trabalho particularizar as decorrências dessas variáveis para estabelecer nova nomeação ou classificação. Para finalizar esta reflexão, apresentamos a avaliação de Marcuschi sobre essa questão:

Os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável [...] sócio-históricos e variáveis [...]. Por isso é muito difícil fazer uma classificação de gêneros. Aliás, quanto a isso, hoje não é mais uma preocupação dos estudiosos fazer tipologias. A tendência hoje é explicar como eles se constituem e circulam socialmente. (MARCUSCHI, 2008, p. 159)

### **Considerações finais**

Através da proposta metodológica tridimensional concebida por Fairclough, realizamos uma investigação de aspectos da produção, distribuição e consumo de textos escritos, utilizando como exemplo o gênero carta do leitor. O levantamento dessas questões discursivas tem como objetivo contribuir para a análise de marcas sociais presentes no material pedagógico utilizado em atividades de leitura crítica, cujos objetivos sejam o desenvolvimento do empoderamento discursivo de agentes sociais reflexivos.

Um exame sobre a pertinência e a eficácia da utilização de cartas dos leitores, assim como um detalhado estudo das mudanças nas funções e organizações textuais das missivas e suas respectivas consequências, não constituem o foco aqui. Devido à complexidade dessas questões, outro estudo se faz necessário.

### **Referências**

BAKHTIN, M. *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992/2007.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

KRISTEVA, J. *The Kristeva reader*. T. Moi (Ed.). Oxford: Blackwell, 1986 apud CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

LEFEVERE, A. *Translations, rewriting & the manipulation of literary fame*. London and New York: Routledge, 1992.

LINELL, P. *The Power of Dialogue Dynamics*. In: MARKOVÀ, I.; FOPPA, K. (Ed.). *The dynamics of dialogue*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1990.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

# CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE SI E DO OUTRO ATRAVÉS DE ANÚNCIOS MATRIMONIAIS: AMOR (IM)POSSÍVEL?

Isabelle Simões Marques<sup>1</sup>

Andreea Teletin<sup>2</sup>

**Resumo:** Propomos como um tema de estudo o confronto entre autoimagens e hetero-imagens e as suas projeções no discurso, em textos específicos: anúncios matrimoniais. Faremos a comparação entre as autoimagens e as hetero-imagens do pedido e da oferta que aparecem simultaneamente em cada anúncio matrimonial. O nosso estudo concentra-se, portanto, no conceito de *ethos*, assim como a noção de pontos de vista desenvolvido, entre outros, por Barthes (1966), Benveniste (1976), Ducrot (1984), Maingueneau (1992, 1998) Carreira (2007) e sobre a noção de desconstrução de estereótipos (Amossy & Pierrot Herschberg, 1997).

**Palavras-chave:** Pragmática. Anúncios matrimoniais. Autoimagens. Hetero-imagens.

**Abstract:** We propose as a study theme, the confrontation between auto-images and hetero-images and their projection in the speech, in specific texts: matrimonial announcements. We will compare the auto- and hetero-images of the demand and the offer that appear simultaneously in every matrimonial ad. Our study thus focuses on the notion of *ethos*, as well as on the notion of points of view developed, among others, by Barthes (1966), Benveniste (1976), Ducrot (1984), Maingueneau (1992, 1998) Carreira (2007) and on the notion of deconstruction of stereotypes (Amossy & Pierrot-Herschberg, 1997).

**Keywords:** Pragmatics. Matrimonial ads. Auto-images. Hetero-images.

## Introdução

Propomos como tema de estudo a construção discursiva da imagem de si e do outro e a sua projecção em discurso, em textos bem específicos: os anúncios matrimoniais.

Baseando-nos num conjunto de 50 anúncios matrimoniais portugueses (publicados na revista feminina popular *Mariana* e nos sites Internet especializados <<http://encontros.slando.pt>, [www.olx.pt](http://www.olx.pt) e <http://www.quebarato.com.pt>>), o nosso trabalho organiza-se em dois tempos: num primeiro momento, analisaremos as estratégias dos autores

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra e Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), Portugal, [isimoemarques@fcsh.unl.pt](mailto:isimoemarques@fcsh.unl.pt)

<sup>2</sup> Universidade de Bucareste, Roménia, [andreeateletin@hotmail.com](mailto:andreeateletin@hotmail.com)

dos anúncios que oferecem indícios sobre a sua própria identidade, tendo em conta, ao mesmo tempo, as limitações inerentes ao tipo de texto em estudo. Num segundo momento, analisaremos as esperanças dos autores dos anúncios, através das representações de si próprio e do outro no texto. Tentaremos assim comparar as autoimagens e as hetero-imagens de oferta e de pedido que aparecem justapostas em cada anúncio matrimonial.

O nosso estudo centra-se assim na noção de *ethos*, termo que, segundo a retórica grega, designa a imagem de si construída no discurso para influenciar o seu interlocutor, assim como na noção de pontos de vista, desenvolvida, entre outros, por Barthes (1966), Benveniste (1976), Ducrot (1984), Maingueneau (1992, 1998), Carreira (2007) e na noção de desconstrução de estereótipos (Amossy & Herschberg-Pierrot, 1997).

A imagem do Outro, quer a nível das relações entre indivíduos quer a nível das sociedades constrói-se necessariamente em interação com a imagem do Eu. A psicologia social demonstrou que a identidade, seja ela pessoal ou coletiva, é uma relação, um processo dialético: define-se como única mas contém simultaneamente a ideia de diferença que permite ao Eu de se constituir por identificação ou por oposição ao Outro. Assim sendo, a representação que têm os homens das mulheres (hetero-imagem) toma plena consciência através da imagem que os homens têm de si próprios (auto-imagem) (Ladmiral & Lipiansky, 1989). Esta questão supõe que nos debrucemos sobre as representações identitárias e sociais entre homens e mulheres.

### **Apresentação do *corpus***

Escolhemos a revista portuguesa *Mariana* por ser uma revista feminina semanal de cariz popular e três *sites* de classificados grátis. Esta escolha prende-se com o facto de considerarmos os leitores e anunciantes como pessoas de todas as classes sociais e etárias, bem como de todas as zonas geográficas de Portugal.

A revista *Mariana* existe desde 2003 e contém seis páginas de classificados em várias áreas, sendo que os anúncios entre adultos são os mais frequentes. O *site Slando* (português), o *site Quebarato* (presente nos países da América latina e nos diferentes países de língua portuguesa) e o *site* internacional *Olx*, são *sites* inteiramente dedicados a anúncios classificados de todos os tipos. Por isso, restringimos os anúncios que integram o nosso *corpus* a anúncios que não sejam de pendor sexual ou comercial, o que dificultou a nossa pesquisa visto que várias vezes a fronteira entre o amor espiritual e carnal pode não estar bem

delimitada nos anúncios. Restringimos assim o nosso corpus a anúncios que consideramos que se integram no género de anúncios matrimoniais e que correspondem a certas regras específicas, como veremos a seguir.

### **Exigências discursivo-textuais**

Partimos do princípio que os anúncios matrimoniais são regidos por regras internas bem estabelecidas. De facto, através de pequenos textos, os enunciadores tentam apresentar-se e “vender-se” da melhor forma possível. Os anúncios supõem a capacidade de interpretar o implícito: « (...) les petites annonces supposent la capacité de maîtriser l’art de l’allusion, du blanc, du non-dit (...)» (PRIVAT, 1987, p.108).

Consideramos que, deste ponto de vista, os anúncios matrimoniais apresentam as mesmas características do discurso publicitário. Assim *a sedução* e *a argumentação* combinam-se para tornar cada anúncio numa mensagem persuasiva e geradora de impacto. Apresentamos uma definição do discurso publicitário, para mostrar as semelhanças entre os dois tipos de discurso: « Action, fait de promouvoir la vente d’un produit en exerçant sur le public une influence, une action psychologique afin de créer en lui des besoins, des désirs; ensemble des moyens employés pour promouvoir un produit. » (*Trésor de la Langue Française Informatisé* disponível em <http://atilf.atilf.fr/tlf.htm>)

No que diz respeito aos anúncios matrimoniais, podemos dizer que se trata de textos curtos cujo alvo final é a apresentação de homens e mulheres enquanto potenciais cônjuges à procura de suas almas gémeas. De uma maneira geral, os anúncios matrimoniais são estruturados em duas partes bem definidas linguisticamente: por um lado a oferta (ou seja, a descrição de si próprio) e por outro lado, a procura (nomeadamente a descrição do outro).

Este género textual, para além das suas limitações textuais, produz, por vezes, novas escritas de si mesmo (existem marcas enunciativas diferentes entre *o eu explícito*, por exemplo: “sou um cavalheiro...” e *o eu implícito* como em: “jovem modelo”, “viúva de 45 anos, etc...”, baseando-se, por vezes, numa linguagem metafórica inovadora, como por exemplo a metáfora marítima:

**(1) Sou um homem em busca de um porto de abrigo, pois estou perdido num mar de solidão.** Tenho 39 anos e sou de Lisboa [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 92)

(2) **Aquário de 29 anos deseja conhecer sereias para o seu aquário de amor.** Aguardo uma resposta. Zona de Lisboa. Beijos para todas as sereias. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 303, p. 92)

Assim, os anúncios matrimoniais são sempre concebidos em relação a um EU (implícito ou explícito) que se apresenta no texto como fonte de índices pessoais, temporais e espaciais. Apresentamos alguns exemplos:

(3) **Albufeira. Rapaz, 39 anos,** gostava de encontrar mulher bonita, carinhosa, sensível e humana, de 28 a 39 anos. Liga-me. Eu sei que existes [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 300, p. 93)

(4) **Jovem, 40 anos,** simpático, divorciado, trabalhador, meigo, sincero, carinhoso, honesto, livre, sem filhos, **a viver em Santarém,** desejava conhecer jovens de sexo feminino entre 20 a 45 anos, quer sejam divorciadas, separadas ou solteiras, com ou sem filhos, para relacionamento sério. Não atendo privados. Liguem [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 92)

(5) **Cavalheiro completamente livre, trabalhador em Lisboa, morando na margem Sul,** pretende conhecer senhora de 45 a 52 anos para relacionamento sério [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 302, p. 93)

Sendo textos fortemente modalizados dum ponto de vista axiológico, os anúncios matrimoniais implicam sempre uma selecção de traços descritivos.

### **Negativo/positivo**

Dessa maneira, a menção de um traço negativo encontra-se sempre contrabalançada pela presença no texto de um traço compensatório que reinstala o equilíbrio.

Contudo, o enunciador, ao usar o conector “mas”, assegura outro rumo ao seu texto, levando o receptor a encarar outros argumentos positivos. O foco muda do traço negativo para

a qualidade que se quer sublinhar, introduzindo a ideia de rectificação e de compensação, tal como o podemos verificar nos seguintes exemplos:

(6) Cavaleiro, 49 anos, separado, apresentável, humilde, sincero, fiel e muito carinhoso, mas pobre, deseja conhecer senhora de boa aparência, bom coração, para namoro e futuro compromisso, de preferência com casa própria e sem encargos familiares. Zona centro e Lisboa. Assunto sério. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 304, p.92)

(7) Mulher separada, **43 anos, mas com espírito jovem**, sinto-me só e gostava de conhecer homem solteiro, divorciado ou viúvo, para uma boa amizade. Sou de Cascais. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 304, p. 92)

(8) Olá, chamo-me Fernando, sou culto gentil e educado profundamente romântico, **não sou bonito mas quero amar e ser amado**, procuro uma mulher que seja uma senhora culta bonita e elegante, perguntarão, mas se ele se diz feio como quer uma mulher bonita e elegante? A resposta é fácil, amo as coisas boas da vida e que melhor poderá haver na vida que ter a companhia de uma mulher bonita culta e elegante. Coloquei este anúncio apesar de não acreditar muito nestas coisas da net porque acredito que o amor é possível.

([http://encontros.slando.pt/lisboa/procuro\\_senhora\\_para\\_amar\\_e\\_ser\\_amado\\_P\\_10414676.html](http://encontros.slando.pt/lisboa/procuro_senhora_para_amar_e_ser_amado_P_10414676.html))

### **A restrição**

A restrição explícita, principalmente na sequência linguística da procura, está relacionada - em certos casos - com traços pessoais (região, idade, características físicas: “*magra mas com curvas, não fumadora, de 35 a 45 anos*”) ou com traços estritamente sociais (“*sem encargos de qualquer espécie*”, “*sem filhos*”, “*completamente livre*”, “*procuro mulher dentro da minha faixa etária, solteira, sem filhos*”). Estas restrições, ao imporem regras bem definidas desde o início, apresentam a vantagem de produzir uma impressão séria e favorável por parte do receptor:

(9) Olá, sou cavalheiro muito carente e carinhoso, divorciado, e gostava de encontrar uma amiga de 20 a 40 anos. Não importa o estado civil. **Que não seja gordinha. Aveiro e Águeda. Só da parte da tarde.** [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 91)

(10) Tenho 57 anos, divorciado, procuro senhora de 50 a 57 anos para futuro sério. **Só zona da Bairrada.** [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 304, p. 94)

(11) Homem, 52 anos, solteiro, simpático, honesto, romântico, pretende **senhora livre e sem encargos de qualquer espécie, até 51 anos, a residir em Lisboa ou arredores.** Lino [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 93)

### **A construção em espelho**

A construção em espelho<sup>3</sup> da oferta e da procura põe em cena um fenómeno muito interessante de repetições e simetrias lexicais. Trata-se do caso mais utilizado no nosso corpus. Procura-se um(a) companheiro(a) potencial que apresente as mesmas características estéticas, sociais e económicas:

(12) **Jovem, sério, trabalhador,** honesto, procura a sua cara-metade, **que seja séria, trabalhadora** para futuro compromisso. Não a privados nem a brincadeiras. Até lá, beijinhos. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 91)

(13) **Tenho 35 anos,** divorciado, **boa apresentação,** tenho filho de 7 anos e procuro mulher **bonita, emprego estável, dos 18 aos 35 anos.** Sou de Lisboa. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 303, p. 91)

(14) **Jovem,** 37 anos, Lisboa, **simpático, sincero e engraçado,** pretende encontrar **jovem simpática, sincera e engraçada** para amizade [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 302, p.91)

---

<sup>3</sup> As agências matrimoniais aplicam os princípios da homogamia, pondo em contacto pessoas próximas de ponto de vista social, cultural e territorial.

(15) Jovem, 33 anos, meigo, carinhoso, **interessante**, procura mulheres **interessantes** de 20 a 45 anos para amizade ou algo mais. Zona de Tomar e Santarém. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 303, p. 94)

(16) Empresário, 35 anos, **culto, honesto e com boa formação moral**, procura senhora com **as mesmas virtudes**. Assunto sério. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 302, p. 93)

(17) **Jovem, 35 anos, separada, com uma filha, a viver na solidão**, procura **jovem entre 30 e 40 anos, na mesma situação**, para uma amizade ou algo mais. Zona de Viseu. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 303, p. 93)

(18) Algarve. Senhora de 48 anos, simpática, positiva e de valores morais procura cavalheiro **com os mesmos valores, de 45 a 52 anos**, que se sinta só, para relação séria. Não a sms. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 93)

(19) **Reformada do Norte procura cavalheiro em idêntica situação, com valores morais**, para sério compromisso. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 303, p. 92)

### **Técnicas de sedução e argumentação**

Tendo em conta a complexidade das representações subjectivas e intersubjectivas, procurámos estudar as autorrepresentações e as hetero-representações discursivas através de três dimensões diferentes que constituem critérios de análise do nosso corpus:

- *a dimensão física* com elementos de descrição do corpo e das qualidades estéticas;
- *a dimensão económica* com elementos relativos à actividade profissional, o vencimento e os bens materiais;
- *a dimensão relacional* com elementos dos traços de carácter.

A oposição entre os sexos no mercado matrimonial reduz-se de maneira esquemática a uma divergência entre as propriedades femininas do SER e as propriedades masculinas do TER Segundo (SINGLY, 1984, p. 534).

Partindo do princípio que as representações femininas e masculinas são construídas de uma maneira diferente, procurámos estudar neste género textual os valores sociais e as suas

diferentes modalizações (epistémica e axiológica) utilizadas para convencer e, sobretudo, para seduzir.

### **Estratégias descritivo-argumentativas**

Tendo em conta que o autor do anúncio matrimonial tem a possibilidade de escolher como expor o seu autorretrato e as suas esperanças, este género de texto é construído, de uma maneira subjetiva, em função dos atributos que se querem apresentar ou ocultar. Assim, a ordem das palavras revela a estratégia argumentativa escolhida pelo enunciador. E, considerando que o leitor tem muitos anúncios para ler (no caso da revista *Mariana*, há seis páginas repletas de anúncios matrimoniais), a organização destes textos antecipa uma leitura rápida. Os primeiros elementos (idade, estado civil e localização geográfica) aparecem claramente. Quanto à ordem das duas sequências “oferta” e procura”, estão ligadas por um verbo dinâmico (“procurar”/“buscar”) ou um verbo desiderativo (“desejar”/ “gostar de”).

Todos os anúncios matrimoniais estudados apresentam estruturas descritivas com função argumentativa. Através da enumeração dos atributos (físicos, económicos e sociais), os locutores dos anúncios mostram diferentes faces de si próprio, destacando assim os seus argumentos favoráveis. Desse ponto de vista, a enumeração – enquanto processo descritivo – adquire função argumentativa uma vez que o locutor tenta agir sobre o outro.

No nosso corpus, encontrámos também anúncios matrimoniais que apresentam uma estrutura contrária (ou seja a apresentação da sequência ligada à procura e a seguir a sequência ligada à oferta) ou textos que alternam traços de oferta com traços de procura.

No entanto, toda esta parte argumentativa está ocultada através da descrição de, pelo menos uma das três dimensões, analisadas por Singly (1984, p. 531): a dimensão corporal, a dimensão económica e a dimensão relacional.

Depois da análise do nosso corpus, verificámos que, por norma, as informações sobre os atributos físicos e psicológicos aparecem claramente nos anúncios concebidos pelas mulheres enquanto os homens preferem enunciar a dimensão económica.

### **Dimensões físicas**

Na apresentação dos atributos físicos, cujos autores dos textos são de género feminino, encontrámos uma diferenciação bastante clara. De facto, as três dimensões podem aparecer nos textos matrimoniais, mas verificámos que nos anúncios femininos há uma certa tendência para pôr em destaque os atributos físicos tais como: “*boa aparência*”, “*linda*”, “*apresentação muito feminina*”, “*bonita*”, “*sou menina*”.

(20) **Sou uma linda princesa** que procura **o seu príncipe encantado**. Sou a Natália, 48 anos, viúva e quero um homem para futuro sério. Sou de S. Miguel, Açores. Beijos com magia [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 300, p. 94)

(21) Sou menina com 33 anos, solteira, **simpática, bonita**. Pretendo conhecer cavalheiro até 40 anos sem filhos ou encargos familiares. Assunto sério....@gmail.com (<http://lisboacity.olx.pt/donzela-sozinha-iid-33139723>)

Assim, nos textos femininos a oferta aparece mais desenvolvida do que a sequência da procura, talvez porque as mulheres procuram não dar a entender que controlam a situação de comunicação.

Em relação aos anúncios masculinos, as pretensões físicas feitas pelos enunciadores aparecem interligadas com o seu próprio património ou com valores morais. Nos textos masculinos, as exigências são modalizadas e aparecem de forma mais precisa de um ponto de vista linguístico:

(22) Procuo **senhora bonita, com apresentação, muito feminina**, que adore ter uma relação saudável, **tenho 38 anos, moreno, bonito, com charme, tenho 1.80m e 76 kilos**, adoro praia, futebol, natação, não bebo e não fumo, moro em Massamá atenção assunto sério, se não tiver este perfil não ligue, obrigado

([http://encontros.slando.pt/lisboa/gostaria\\_conhecer\\_senhora\\_seria\\_para\\_futuro\\_a\\_dois\\_p\\_11452064.html](http://encontros.slando.pt/lisboa/gostaria_conhecer_senhora_seria_para_futuro_a_dois_p_11452064.html))

(23) Procuo mulher elegante, 30 a 42 anos, sem filhos, para relação séria. Sou divorciado, 42 anos, carente, honesto, sem vícios, com casa própria. Sms ou liga depois 18.00 horas. Ribatejo [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 300, p. 94)

(24) **Sou o Miguel, 38 anos, 1,80m, 78 kg, signo virgem, meigo, culto e charmoso.** Procuo menina do **mesmo signo, alta, elegante, meiga.** Assunto sério. Zona Oeste. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 304, p. 94)

Para os homens que se apresentam com atributos físicos (como por exemplo a altura que só aparece nos textos masculinos enquanto argumento positivo), as exigências prendem-se mais com informações na sequência da procura, e mais concretamente com a dimensão estética e psicológica da futura parceira.

Como podemos verificar, a dimensão física não consegue ser a única estratégia de valorização matrimonial. De facto, pensamos que estas informações aparecem mais como um complemento de busca e não como dados essenciais. Portanto, a dimensão física representa nos textos mais uma vantagem feminina do que masculina.

### **Dimensões económicas**

No que diz respeito às dimensões económicas, existe de igual forma uma diferença entre os anúncios masculinos e femininos. Podemos distinguir os anúncios matrimoniais femininos que visam uma situação estável, o que mostra que os papéis sociais tradicionais ainda se refletem nos anúncios<sup>4</sup> (a importância dada ao homem como pólo económico do casal, assim como o lugar dado ao papel de pai, “*pretende homem sério, vida financeira boa, de Gaia/Porto, 34 a 45 anos*” versus a importância dos sentimentos e do papel materno “*menina de 33 anos, de Gaia, solteira, com um filho*”, “*para futura relação que queira filhos e casar*”):

(25) Sou morena alta, muita culta, inteligente, bonita, educada elegante e **estou à procura de relacionamento sério, porém procuro pessoas bem estabilizadas, com situação financeira boa,** interessados me contactar por e-mail. ([http://encontros.slando.pt/lisboa/procuo\\_uma\\_relacao\\_seria\\_p\\_11539509.html](http://encontros.slando.pt/lisboa/procuo_uma_relacao_seria_p_11539509.html))

---

<sup>4</sup> É de notar o número muito reduzido de anúncios de carácter homossexual.

A maioria dos anúncios masculinos que põem em cena os atributos económicos, têm como núcleo informacional a importância da boa posição ocupada na hierarquia social, a importância da situação profissional ou a importância da situação financeira:

(26) **Cavalheiro, 46 anos, casa própria, empresário**, divorciado, a precisar de alguém que queira dividir a vida comigo. Não brinques com os sentimentos. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 93)

(27) **Professor Titular, 57 anos, divorciado, com duas casas e três carros**, com imenso amor para dar e de coração aberto para o receber procura **professora** divorciada, viúva ou solteira, com ou sem filhos, magra mas com curvas, não fumadora, de 35 a 45 anos, com espírito ainda muito jovem, disposta a constituir uma nova família, **viver junto ao mar perto da cidade de Peniche**, e me ajudar a acabar de criar a minha querida filhota de 6 anos que foi o maior tesouro que me sobrou depois da mãe dela nos ter abandonado para viver uma grande aventura. Estando interessada responda para a...@kanguru.pt que eu darei resposta e enviarei fotos nossas e mais pormenores a todas as colegas interessadas. Assunto sério. Portanto as aventureiras não precisam de responder. (<http://caldasdarainha.olx.pt/professor-divorciado-procura-professora-para-juntos-constituirmos-uma-nova-familia-iiid-18186353>)

(28) Olá, tenho 41 anos, solteiro, meigo, **com vida estável**, apresentável, mas falta-me o melhor: uma senhora séria e meiga para fazer uma vida a dois. Zona Sul [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 302, p. 94)

(29) Homem divorciado, 40 anos, **com casa e carro** e muito amor para dar, pretende mulher para vida a dois. Contacta-me, sou de Santarém. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 303, p.90)

(30) Sou Vítor Sousa, solteiro, procuro mulher divorciada, solteira ou viúva, para amizade ou algo mais, **com reforma da Suíça**. Zona de Espinho a Aveiro. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 300, p. 91)

(31) Divorciado de 61 anos, **a viver na zona centro, com casa e carro**, procuro a minha alma gémea mas mais nova [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 304, p.92).

No que diz respeito às mulheres -que não se apresentam através de atributos físico-, verificámos que procuram um parceiro que corresponda ao seu próprio nível de riqueza ou de estabilidade financeira, como o podemos verificar através dos seguintes exemplos:

(32) **Senhora livre, vida estável**, pretende conhecer **cavalheiro honesto, livre**, com idade compreendida entre 52 e 58 anos, **de preferência aposentado ou com vida estável**, para amizade. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p. 94)

(33) Sou **uma senhora de bem com a vida**, tenho um filho ainda jovem, **casa, carro**. Tenho quase tudo para ser feliz, falta-me uma coisa muito importante que é o amor de alguém que saiba partilhar os bons e os menos bons momentos da vida. Procuo um sr viúvo ou divorciado meigo, **responsável**, trabalhador, sincero entre os 45 e os 50 anos que resida no Minho e que queira refazer a vida. ([http://encontros.slando.pt/lisboa/procuo\\_sr\\_de\\_45\\_a\\_50\\_anos\\_para\\_relacionamento\\_serio\\_P\\_11110200.html](http://encontros.slando.pt/lisboa/procuo_sr_de_45_a_50_anos_para_relacionamento_serio_P_11110200.html))

Graças a esta codificação linguística, os enunciadores querem tirar proveito das riquezas apresentadas e assim atrair um parceiro em função da situação financeira pretendida.

### **Dimensões relacionais**

Depois da análise do nosso corpus, chegámos à conclusão de que a presença das qualidades relacionais ou afectivas aparecem em anúncios matrimoniais femininos ou masculinos que não põem em cena a dimensão económica. Noutros termos, pensamos que a focalização exclusiva dos atributos psicológicos nas sequências da oferta traduz quase sempre as exigências de enunciadores que não valorizam os bens materiais ou que têm poucos meios económicos. Assim, as qualidades psicológicas aparecem em destaque, sendo as únicas vantagens explícitas dos autores dos anúncios:

(35) Tenho 26 anos, sou solteiro, vivo sozinho, e procuro mulher dentro da minha faixa etária, solteira, sem filhos, que busque um relacionamento sério, que queira ser amada, que queira construir um projecto de vida a dois. Sou educado, humilde, honesto e trabalhador, sei que porventura não será este sítio de internet o mais indicado para o que busque, mas de

qualquer forma, quem sabe, poderá ser que ainda se encontre essa pessoa especial, serás tu aquela que está a ler este anúncio? Assunto sério.

([http://encontros.slando.pt/lisboa/procuro\\_mulher\\_para\\_relacionamento\\_serio\\_ou\\_simplesmente\\_para\\_amizade\\_P\\_11904332.html](http://encontros.slando.pt/lisboa/procuro_mulher_para_relacionamento_serio_ou_simplesmente_para_amizade_P_11904332.html))

(36) Não estou aqui à procura de Amor verdadeiro, até porque o amor não se procura, encontra-se. Mas tenho esperança de poder encontrar uma Mulher que possa gostar de mim e vice-versa para uma relação a dois sincera e com o tempo penso que tudo possa acontecer no sentido de evoluirmos para uma relação estável e de confiança, onde a sinceridade e a transparência devem predominar. Tenho 47 anos e sinto que tenho muito amor e carinho para dar a quem vier a gostar de mim. Interessa-me uma relação séria com uma mulher séria, só neste enquadramento é que deves responder a este anúncio, para brincadeiras já chega. Resido em Almada, trabalho em Informática e estou a concluir um curso de programador de Informática. Sinto-me só e chegou o momento de tentar encontrar alguém para a minha vida. Aparece, beijinhos.

([http://encontros.slando.pt/lisboa/procuro\\_companheira\\_P\\_10752016.html](http://encontros.slando.pt/lisboa/procuro_companheira_P_10752016.html))

(37) **Adorava passear junto ao mar de mão dada e jantar à luz da vela.** Tenho 41 anos, solteiro e procuro senhora para fazer vida a dois, Zona Sul. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 301, p.92)

(38) Homem, 49 anos de Pombal, procura mulher de 40 a 49 anos, **para caminhar a dois pela vida fora, mão na mão, na simplicidade e alegria** [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 303, p. 94)

(39) Tenho 35, sou culta, formação superior, bonita, tenho qualidades e outros tantos defeitos. Vivo em Lx, centro. Tenho um desejo muito forte de formar uma família, de casar e ter filhos. Sou livre, tenho valores, tento ser correcta com os outros, e procuro acima de tudo ser feliz. Procuro alguém que tenha as mesmas características e o mesmo desejo. E que tenha a certeza de que quer isso mesmo. A curiosidade é saudável mas não é o que pretendo. Procuro alguém que seja inteligente, culto, que tenha vontade de formar uma família, que não tenha filhos, entre os 30 e os 38, de preferência de Lisboa....@gmail.com ([http://encontros.slando.pt/lisboa/amor\\_verdadeiro\\_sera\\_possivel\\_ainda\\_P\\_11767038.html](http://encontros.slando.pt/lisboa/amor_verdadeiro_sera_possivel_ainda_P_11767038.html))

(40) Procuero cavalheiro educado, sensível, com sentimentos, com alguma estabilidade na vida, tanto económica como moral, até 50 anos, que viva em Faro, que me apoie nos bons e maus momentos, que goste de dançar e queira sair de vez em quando e me ajude em todos os sentidos, sem o que não faria sentido este anúncio! Receberá também respeito, carinho e honestidade porque sou uma senhora na casa dos 50, moro e trabalho em Faro, boa apresentação e energia positiva para viver. Por favor não responder quem pretenda aliciar com mentiras ou falta de honestidade. [segue-se o número de telemóvel] (Mariana, nº 304, p. 92)

Atrair a atenção sobre si próprio graças a características relacionais transformam os anúncios matrimoniais em textos autobiográficos idealizando o enunciador, num tom que imprime ao anúncio uma função poética. Os autores destes textos estão à procura de sentimentos, de afectividade, de partilha de vida a dois, pretendem criar um lar e ter crianças, num mundo projetado e idealizado. Temos assim um retrato criativo, uma inventividade verbal assumida e, nestas condições, as similitudes com o discurso literário não podem ser ignoradas. De facto, o anúncio aparece com uma construção retórica, centrada num tom eufórico, repleto de autoelogios. Pensamos que esta dimensão ocupa um lugar chave na construção dos anúncios matrimoniais portugueses, seguida pela dimensão económica e a dimensão física.

### **Algumas conclusões**

O constrangimento de recorrer a anúncios matrimoniais não tem o mesmo sentido para os dois sexos. Através da nossa análise vimos que os papéis sociais vão alternando mas que não há mudanças radicais nos estereótipos sociais. Escrever um anúncio significa apresentar um pedido público e esse gesto está sobretudo ligado ao sexo masculino<sup>5</sup>. Os anúncios matrimoniais tendem a refletir a sociedade portuguesa, visto que poucas mulheres pedem para iniciar o relacionamento com um parceiro. Para além disso é um ato que, apesar de ser público, permanece no anonimato uma vez que poucos anunciantes revelam o seu nome.

No início da nossa análise, pensávamos que a utilização dos verbos-chave, dentro dos anúncios, ia indicar-nos o género dos enunciadores. No entanto, as mulheres e os homens “procuram” e “buscam” em igual medida, assim como “desejam” ou “gostam de encontrar”.

---

<sup>5</sup> Devemos salientar que há uma forte discrepância entre o número de anúncios escritos por homens e mulheres.

Por outro lado, através da enunciação é mostrada a personalidade do enunciador ou o seu *ethos*. Trata-se sempre de uma qualificação positiva do enunciador. Barthes caracterizou o *ethos* nos termos seguintes:

Ce sont les traits de caractère que l'orateur doit montrer à l'auditoire (peu importe sa sincérité) pour faire bonne impression: ce sont ses airs. (...) L'orateur énonce une information et en même temps il dit : je suis ceci, je ne suis pas cela. (BARTHES, 1966, p. 212)

Os anúncios matrimoniais apresentam marcas de modalização que indicam a atitude do locutor em relação ao seu interlocutor. Quanto aos modos dos verbos presentes no nosso corpus -o presente do indicativo e do conjuntivo e o imperfeito- mostram que os enunciados são fortemente modalizados. Aliás, a modalização axiológica traduz-se nos textos estudados não só através de verbos com conteúdo lexicalmente desiderativo, mas também com construções adverbiais, adjetivais ou lexicais.

As estratégias de sedução presentes no anúncio matrimonial, enquanto sistema descritivo-argumentativo aproximam-no do género publicitário. Assim, como nos anúncios publicitários, os anúncios matrimoniais não só visam argumentar em favor de uma das três dimensões - económica, física ou relacional - como procuram, através de estratégias de sedução, atingir os sentimentos e as emoções dos destinatários e obterem uma resposta favorável ao seu pedido. Essa resposta, dada através de um simples telefonema ou e-mail cria a ilusão e a expectativa de que o amor é de fácil alcance. Só nos resta uma dúvida: será assim o amor possível?

## Referências

AMOSSY, R. (org.) *Images de soi dans le discours: la construction de l'ethos*. Lausanne-Paris: Delachaux & Niestlé, 1999, 215p.

AMOSSY, R.; HERSCHBERG-PIERROT, A. *Stéréotypes et clichés: Langue, discours, société*. Paris: Armand Colin, 2005, 122p.

BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. *Communication*, Paris, 16, p. 172-223, 1966.

BENVÉNISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1976, 2 vols.

CARREIRA, M. H. A. Construção discursiva da imagem de si e do outro. In: BIZARRO, R. (org.) *Eu e o Outro – Estudos multidisciplinares sobre identidade(s), diversidade(s) e práticas interculturais*. Porto: Areal Editores, 2007. p. 210-215.

DE SINGLY, F. Les manœuvres de séduction: une analyse des annonces matrimoniales. *Revue française de sociologie*, Paris, 25 (4), p. 523-559, 1984.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Éditions de Minuit, 1984, 237p.

GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1974, 236p.

LADMIRAL, J-R.; LIPIANSKY, E. M. *La communication interculturelle*. Paris: Armand Colin, 1989, 318p.

MAINGUENEAU, D. Le tour ethnolinguistique de l'analyse du discours. *Langages*, Paris, 105, p. 114-125, 1992.

MAINGUENEAU, D. *Analyser les textes de communication*. Paris: Nathan, 1998, 280p.

MARQUES, I. S.; TELETIN, A. *Quando os Portugueses se vêem Gregos* ou a questão dos estereótipos culturais em expressões idiomáticas portuguesas e francesas. In: COSTA, A.; FALÉ, I.; BARBOSA, P. (Orgs.). *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Textos seleccionados*. Porto, p. 343-357, 2010.

MARQUES, I. S.; TELETIN, A. Multilinguismo em anúncios publicitários portugueses: recursos linguísticos, funções e valores. In: FROTA, S.; SANTOS, A. L. (Dirs.). *XXIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Textos seleccionados*. Lisboa: Edições Colibri, p. 451-461, 2008.

PRIVAT, J-M. Les petites annonces matrimoniales, ou la rhétorique des descriptions argumentatives. *Revue Pratiques*, Paris, 56, p. 101-119, 1987.

## A EXPRESSÃO DO FUTURO VERBAL EM IRARÁ-BA

Joana Gomes dos Santos Figueiredo\*  
Josane Moreira Oliveira\*\*

**Resumo:** As diversas maneiras de dizer a mesma coisa fazem com que a língua seja dinâmica e heterogênea, possibilitando assim inúmeros processos de variação. Notam-se tais mudanças ao se observar o uso do futuro verbal no português brasileiro. Percebe-se a implementação do futuro perifrástico (*ir* + infinitivo) em substituição ao futuro simples na fala e na escrita. Considerando importante entender a concorrência entre formas sintéticas e formas analíticas de futuro, o presente estudo se propõe a analisar a mudança em progresso no uso do futuro perifrástico na escrita padrão de Irará-BA.

**Palavras-chave:** Escrita jornalística. Variação. Mudança. Futuro verbal.

**Abstract:** The different ways of saying the same thing make language dynamic and heterogeneous, enabling, therefore, numerous processes of change. These changes can be noted by observing the use of verbal future tense in Brazilian Portuguese. We can see the implementation of the periphrastic future form (*ir* + infinitive) to replace the simple future form in speech and writing. Considering important to understand the competition between synthetic forms and analytical forms of the future, we propose in the present paper to analyze the change in progress in the use of the periphrastic future form in written standard of Irará-BA.

**Keywords:** Journalistic writing. Variation. Change. Future verbal tense.

### Introdução

É notável que a língua escrita diferencia-se da língua falada e o estudo das diferentes formas linguísticas é de suma importância para o conhecimento de uma língua. Segundo Mollica (2004), a língua tem um dinamismo inerente, é heterogênea, sofre variações de uso que são normalmente causadas por fatores estruturais e sociais, fazendo-se importante estudar a existência de uma gramática para a língua falada e outra para a escrita, visto que em simples observações da língua falada notamos expressões bastante diferentes da escrita.

Notam-se tais mudanças ao se observar a variação futuro simples (*farei*) ~ futuro perifrástico com *ir* + infinitivo (*vou fazer*). Esta última variante é bastante recorrente na fala,

---

\* Aluna do Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana – BA, Brasil. E-mail: joanagsf@gmail.com.

\*\* Professora da Área de Linguística do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana – BA, Brasil. E-mail: josanemoreira@hotmail.com.

avançando de forma progressiva também na escrita. Segundo Oliveira (2006), esse processo variável não é exclusivo do português, é incidente também em muitas outras línguas, como o inglês, o francês e o espanhol.

Vale salientar que o uso do futuro perifrástico na língua escrita ainda é estigmatizado pelos gramáticos, não sendo abordado pelos mesmos nas gramáticas tradicionais, mas, por ser uma variante aceita pelos falantes, vemos a importância do seu estudo não só na fala como também na escrita, visto que, a longo prazo, as mudanças são cada vez mais perceptíveis.

Com base em dados coletados do jornal *A Gazeta de Irará*, analisa-se a variação da expressão do futuro verbal na cidade de Irará, contribuindo para uma teoria mais geral da linguagem nas áreas da sociolinguística e da gramaticalização, analisando também os contextos que favorecem o uso de cada variante encontrada e sua distribuição.

## **Quadro teórico**

Sabe-se que as línguas são dinâmicas e heterogêneas e que normalmente suas mudanças são motivadas por fatores estruturais e sociais. Estudar tais mudanças e as formas como ocorrem é de suma importância para se conhecer verdadeiramente uma língua e suas diferentes formas de uso.

É nesse contexto que se destaca a sociolinguística, “ciência que se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo” (MOLLICA e BRAGA, 2004, p. 9).

A sociolinguística dedica-se a estudar a variação da língua dentro da estrutura social da comunidade, considerando importante provar que a variação é essencial à própria natureza da linguagem humana (MONTEIRO, 2000).

É importante ressaltar que a variação pode conduzir a uma mudança no sistema, no entanto nem toda variabilidade na estrutura linguística implica mudança, mas toda mudança envolve, obrigatoriamente, variabilidade (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006).

Segundo Oliveira (2006, p. 44), por ser impossível desvincular a língua de sua função sociocomunicativa, a sociolinguística é entendida como um espaço de investigação que estuda e correlaciona aspectos dos sistemas linguísticos e dos sistemas sociais, focalizando empregos concretos da língua.

Segundo Labov (2006), o processo de mudança linguística pode envolver estímulos e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura linguística.

Entende-se, portanto, que a língua não é um sistema estanque e fechado em si mesmo. “As várias maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade, fazem com que a língua não seja estática, mas sim mutável e heterogênea por natureza” (LABOV, 1994 apud VEGAVO, 2005, p. 14). A mesma é um meio de interação entre o indivíduo e a sociedade, propiciando a comunicação, e é através dos atos comunicativos que ela emerge e muda.

Tais mudanças são gradativas, é o uso contínuo que permite através do processo de gramaticalização o surgimento de novas palavras e expressões, já que os falantes, ao sentirem a necessidade de serem entendidos, dão novos sentidos a palavras já existentes que serão paulatinamente agregadas ao vocabulário dos falantes.

Muitas expressões que hoje fazem parte do arcabouço vocabular português passaram pelo processo de gramaticalização. Pode-se observar tal processo ao analisar as mudanças recorrentes com o verbo *ir*, que em sua forma plena significa movimento no espaço, e ao tornar-se verbo auxiliar ganhou o sentido de movimento no tempo.

O uso do verbo *ir* na construção perifrástica de futuro está avançando de forma progressiva não só na fala como nas expressões escritas, observando-se assim uma mudança em curso na expressão do futuro verbal:

A perífrase é a forma verbal inovadora, que convive com a forma simples (conservadora). Trata-se, pois, de um fenômeno variável no português em que a variante perifrástica, concorrente da forma sintética para codificar a função que situa a ação ou o processo à direita do ponto da fala, é muito pouco discriminada. E a entrada do verbo *ir* como auxiliar para expressar o futuro vem encontrando resposta positiva entre os falantes. (OLIVEIRA e OLINDA, 2008, p. 96-97)

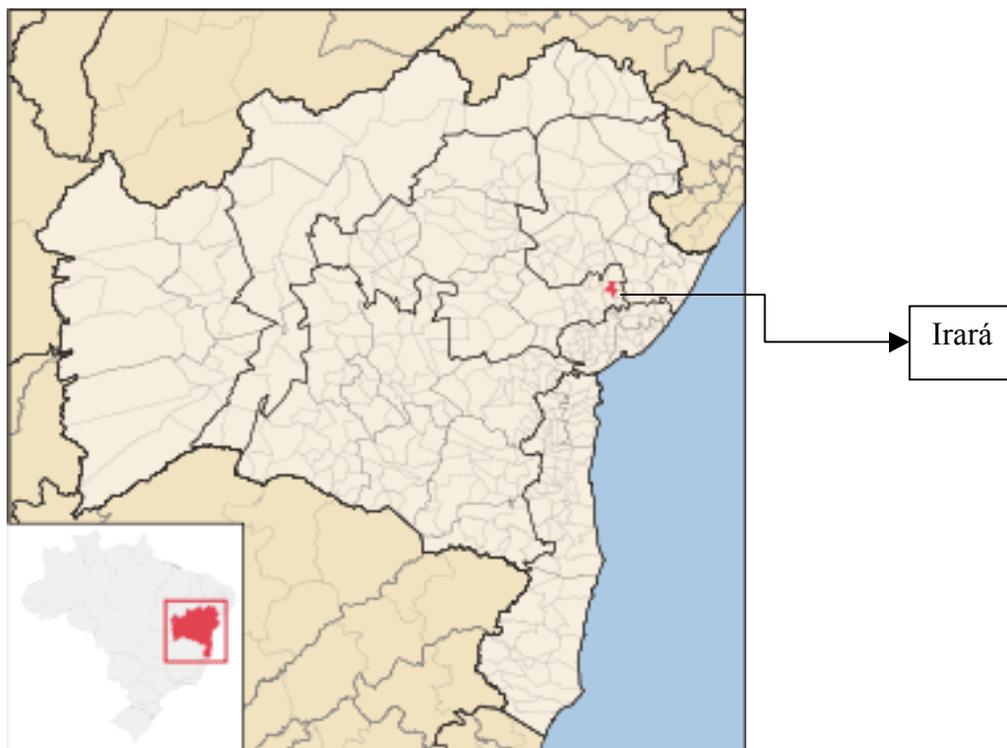
Segundo Oliveira (2006), a alternância entre formas simples e perifrásticas de futuro verbal é recorrente na história das línguas românicas, tomando com base para tal afirmação exemplos da passagem da língua latina ao português: *cantare habeo* > *cantar hei* > *cantarei*. Mas o processo analisado no português é o inverso, já que se observa a passagem de formas verbais sintéticas para analíticas a partir da gramaticalização do verbo *ir*, que, além da sua forma plena (verbo de movimento), desenvolve-se como marca morfossintática de futuro (verbo auxiliar), na construção *ir* + infinitivo.

Bragança (2008) comenta em sua dissertação de mestrado que o uso dessa construção (*ir* + infinitivo) no português atual do Brasil não é algo inédito, representa uma repetição do que ocorreu na fase românica, sendo que nesse período o futuro perifrástico, que marcava com maior intensidade a modalidade, substituiu o futuro sintético.

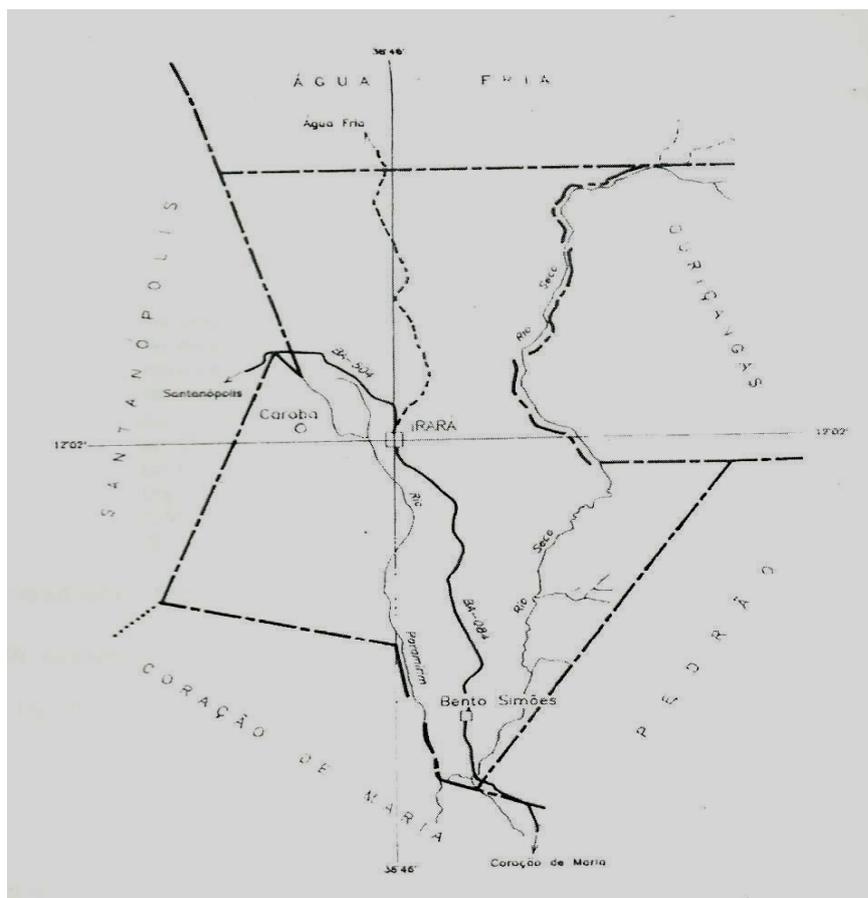
Nota-se, no entanto, que as formas analíticas de futuro ainda não são totalmente aceitas pelos gramáticos. O verbo *ir* como auxiliar é pouco discutido nas salas de aula, sendo considerado forma coloquial da língua. Contudo percebe-se que os falantes aceitam o uso de forma natural. Portanto é importante entender, com base na teoria da variação, como se dá a concorrência entre formas sintéticas e formas analíticas de futuro.

### **Amostra e metodologia**

Este artigo é fruto de pesquisa que teve como *corpus* o jornal *A Gazeta de Ipirá*. O jornal, ainda em circulação, foi fundado em 10 de setembro de 2000, tendo como fundador e editor o Senhor Roque Carneiro. O mesmo não é muito extenso, tendo 24 páginas divididas em dois cadernos. Apesar de não ser um jornal de grande circulação, é distribuído nas cidades circunvizinhas a Ipirá (Santanópolis, Água Fria, Coração de Maria, Ouricangas e Pedrão), no semi-árido baiano (cf. Mapas 1 e 2, a seguir).



**Mapa 1:** Bahia (Fonte: Wikipédia)



**Mapa 2:** Irará e região (Fonte: Centro de Estatística e informações – CEI - BA)

*A Gazeta*, desde seu primeiro exemplar, divulga as discussões da política local, estadual e nacional, trazendo informações também sobre economia, lazer e cultura regional. É através desse pequeno jornal que os iraraenses e cidadãos das cidades vizinhas ficam informados sobre a atualidade e as novidades que acontecem na microrregião. O jornal traz ainda propagandas, poesias, editais e cartas que ajudam a compor o corpo do periódico.

Apesar de não ser muito antigo, as suas publicações mensais já fazem parte da cultura iraraense, e é através desse pequeno jornal que a população de Irará e de cidades vizinhas tem acesso a informações outras que não sejam as relatadas pelos telejornais, que eram fonte única de informação da maioria dos iraraenses até a criação do jornal *A Gazeta de Irará*.

Com o intuito de estudar e conhecer as variações na expressão do futuro verbal em Irará, fez-se uma análise minuciosa de seis exemplares do jornal, de setembro de 2009 a fevereiro de 2010, usando a metodologia da sociolinguística variacionista. No primeiro momento, houve a leitura, o levantamento e a coleta de dados de todas as ocorrências de futuro verbal, em quaisquer das suas variantes. No segundo momento, os dados foram digitados e codificados de acordo com os seguintes grupos de fatores: variável dependente, extensão fonológica do verbo, pessoa verbal, conjugação verbal, paradigma verbal, tipo de sujeito, animacidade do sujeito, papel temático do sujeito, tipo de verbo, estatuto sintático do verbo, presença/ausência de clítico, natureza semântica do verbo, indicação de tempo fora do verbo, projeção de futuridade, paralelismo sintático-discursivo e gênero textual. Após a codificação dos dados, foi usada a ferramenta GoldVarb, um programa computacional que faz o tratamento matemático e estatístico dos dados para gerar as frequências e os pesos relativos necessários a uma análise quantitativa.

### **Análise dos dados**

Foram coletados 305 dados de cinco variantes: futuro simples (*farei*), futuro perifrástico com *ir* no presente + infinitivo (*vou fazer*), futuro perifrástico com *ir* no futuro + infinitivo (*irei fazer*), presente (*faço*) e futuro gerundivo (*vou estar fazendo*).

A distribuição dos dados por variantes encontra-se na Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1:** Distribuição geral das variantes de futuro verbal

<b>Dados</b>	<b>Futuro simples</b>	<b>Futuro <i>ir</i> no presente + infinitivo</b>	<b>Futuro <i>ir</i> no futuro + infinitivo</b>	<b>Presente</b>	<b>Futuro gerundivo</b>	<b>Total</b>
Ocorrências	251	14	22	5	13	305
Percentual	82%	5%	7%	2%	4%	100%

Como só houve 5 ocorrências de presente e 13 de futuro gerundivo, esses dados foram retirados da amostra final. Pela semelhança estrutural e também pela baixa ocorrência, as formas perifrásticas com *ir* + infinitivo foram computadas conjuntamente (*ir* no presente e *ir* no futuro + infinitivo).

É importante ratificar que os dados de presente foram retirados, principalmente, por se ter um interesse maior neste trabalho em analisar a implementação da forma perifrástica em concorrência com o futuro simples na língua escrita. Considerou-se também, como afirma Oliveira (2006), que essa variante possui contextos bem específicos de uso, estando à margem da concorrência futuro perifrástico x futuro simples.

Os casos de futuro gerundivo também têm sua significância e devem ser analisados oportunamente, já que, assim como o futuro perifrástico, essa variante não é apresentada nas gramáticas tradicionais. Embora com apenas 13 ocorrências, a forma gerundiva, inclusive mais que a forma de presente, é documentada na escrita jornalística, (considerada formal e/ou padrão), embora seja estigmatizada socialmente (OLIVEIRA, 2011).

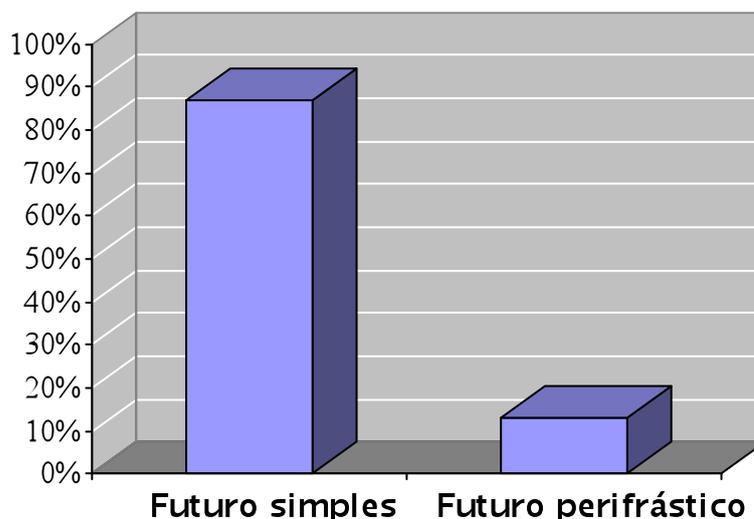
Excluídos, pois, os dados de presente com valor de futuro e de futuro gerundivo e amalgamados os dados de futuro perifrástico, a distribuição passou a ser a apresentada na Tabela 2, abaixo:

**Tabela 2:** Redistribuição das variantes de futuro verbal

<b>Dados</b>	<b>Futuro simples</b>	<b>Futuro perifrástico</b>	<b>Total</b>
Ocorrências	251	36	287
Percentual	87%	13%	100%

Dos 287 dados, 36 (13%) foram de perífrase e 251 (87%) de futuro simples. É notória a predominância do futuro simples na escrita jornalística de Irará, mas, ainda que de forma sutil (13%), o futuro perifrástico, considerado forma inovadora, já se faz presente nessa modalidade de língua. O Gráfico 1 ilustra melhor os resultados encontrados:

**Gráfico 1:** Variantes de futuro verbal (percentuais)



De todos os grupos controlados neste estudo, quatro foram selecionados pelo Goldvarb como relevantes para a implementação da perífrase, nesta ordem: natureza semântica do verbo, paradigma verbal, animacidade do sujeito e gênero textual. O *input* geral de aplicação do futuro perifrástico foi 0,13, o nível de significância foi 0,037 e o *log likelihood* foi -72,578. Nas seções seguintes são apresentados e discutidos os resultados para as variáveis selecionadas.

### **Natureza semântica do verbo**

Esta variável é responsável pelo controle do valor semântico dos verbos, que foram organizados em verbos que indicam processo, evento, estado e verbos cognitivos (que expressam estado psicológico) de acordo com a classificação de Oliveira (2006, 2012).

Seguem exemplos de cada um desses verbos:

### Processo

- (1) ... disse que VAI USAR o prestígio do seu partido junto ao Presidente Lula e ao Governador Wagner... [C1, p.1, not.]

### Evento

- (2) Esta ACONTECERÁ em março de 2010 na capital do país, Brasília [C2, p.6, not.]

### Estado

- (3) O Secretário de Relações Institucionais VAI ESTAR em Água Fria... [C1, p.9, not.]

### Cognição

- (4) RECORDAREMOS as sementes que começamos a plantar. [C2, p.6, lit.]

Segundo Oliveira (2006), o verbo *ir*, por ser um verbo de movimento, exprime uma ação que envolve dois momentos, o da partida e o da chegada. Assim, levanta a hipótese de que o futuro perifrástico se implementa pelos verbos que denotam processo.

A gramaticalização do verbo *ir* é a grande responsável por tal hipótese, já que o mesmo em sua forma plena significa movimento no espaço, mas em sua forma perifrástica, como verbo auxiliar, ganha o sentido de movimento no tempo, implicando alterações entre dois momentos temporais.

Nota-se também que, ao contrário dos verbos que indicam processo, os verbos que indicam estado favorecem o emprego do futuro simples. Nos dados analisados no jornal *A Gazeta de Ipiranga*, dos 160 dados com verbos estativos 158 foram de futuro simples e só dois foram com perífrase, comprovando que os verbos de estado inibem a implementação da perífrase verbal, como vemos na Tabela 3.

Nos dados analisados não houve dados de futuro perifrástico com verbos de evento nem com verbos cognitivos.

**Tabela 3:** Aplicação da perífrase e natureza semântica do verbo

<b>Tipo de verbo</b>	<b>Ocorrências/Total Percentual</b>	<b>Peso relativo</b>
Processo	34/120 28%	<b>.80</b>
Estado	2/160 1%	.26
Evento	0/5 0%	-
Cognitivo	0/2 0%	-

Compreende-se assim que os dados da escrita jornalista iraraense ratificam a hipótese de Oliveira (2006), pois a perífrase é implementada por verbos que indicam processo, com peso relativo .80, sendo os verbos de estado os que inibem a aplicação da regra, com peso relativo de .26.

### **Paradigma verbal**

Este grupo é organizado com dois fatores: os verbos que seguem o paradigma geral (verbos regulares) e os verbos de padrão especial (verbos irregulares), considerando o critério morfológico.

Segundo Oliveira (2006), pensando na possibilidade de o futuro perifrástico substituir o futuro simples, tal processo ocorre primeiramente com as formas regulares, o que é confirmado pelos resultados da Tabela 4, a seguir:

**Tabela 4:** Aplicação de perífrase e paradigma verbal

<b>Tipo de verbo</b>	<b>Ocorrências/Total Percentual</b>	<b>Peso relativo</b>
Regular	33/121 27%	<b>.77</b>
Irregular	3/166 1%	.30

Percebe-se que a ocorrência do futuro simples é favorecida pelos verbos irregulares, os que não seguem o padrão geral morfológico. Segundo Câmara Jr.(1985) tal processo pode estar relacionado à extensão vocabular, já que a maioria dos verbos irregulares em português possui uma ou duas sílabas.

Para Bybee (2003 apud OLIVEIRA, 2006), um fator importante para os irregulares não favorecerem a perífrase verbal é a sua alta frequência na língua, resistindo a mudanças, estando sempre presentes na memória dos falantes, que os consideram únicos.

Mais uma vez, nossos resultados corroboram a hipótese aventada: os verbos regulares favorecem a perífrase, com peso relativo de .77, enquanto os irregulares a inibem, com peso relativo de .30.

### **Animacidade do sujeito**

Esta variável distribui os dados de acordo com o traço de animacidade do sujeito. Assim, foram divididos em verbos com sujeito [+ animado] e verbos com sujeito [-animado], conforme, respectivamente, os exemplos (5) e (6):

#### + animado

(5) ... *os comerciantes* IRÃO FAZER um protesto público. [C2, p.3, not.]

#### - animado

(6) ... *os produtos agrícolas* VÃO DOMINAR os mercados. [C1, p.9, not.]

Lima (2001, apud OLIVEIRA, 2006), considera a animacidade do sujeito um traço muito importante para o processo de gramaticalização do verbo *ir*, explicando que o mesmo se torna auxiliar de futuro através de processos metafóricos e metonímicos e que inicialmente tal processo ocorre com sujeito [+ animado].

Considera-se no presente estudo, conforme Oliveira (2006), que o sujeito [+ animado] confere um grau maior de certeza e de compromisso em relação à ação verbal, favorecendo assim a implementação do futuro perifrástico. A Tabela 5 exhibe os resultados encontrados:

**Tabela 5:** Aplicação da perífrase e animacidade do sujeito

<b>Tipo de sujeito</b>	<b>Ocorrências/Total Percentual</b>	<b>Peso relativo</b>
[+ animado]	23/118 19%	<b>.64</b>
[- animado]	13/164 7%	.40

Ao analisar os dados do jornal *A Gazeta de Iará*, observou-se que a ocorrência do futuro perifrástico é favorecida em contextos de sujeito com o traço [+ animado], com peso relativo .60, ficando o futuro simples mais restrito aos casos de sujeito com o traço [- animado], já que este inibe a aplicação da regra, com peso relativo de .40.

### **Gênero textual**

Esta pesquisa controlou o gênero textual, assumindo como hipótese que os gêneros mais formais, como edital, por exemplo, favorecessem o futuro simples, enquanto quadrinhos, propagandas e manchetes, por outro lado, favorecessem o futuro perifrástico.

Nota-se que no jornal *A Gazeta de Iará* a implementação da perífrase foi favorecida em anúncios publicitários. Tal processo se dá pelo fato de as propagandas terem o intuito de atingir de forma mais abrangente toda uma sociedade, independentemente do nível de estratificação desta. Assim, o futuro perifrástico é a forma mais adequada pela sua informalidade e por não ser estigmatizado pelas pessoas. Os resultados estão presentes na Tabela 6, a seguir:

**Tabela 6:** Aplicação da perífrase e gênero textual

<b>Gênero textual</b>	<b>Ocorrências/Total Percentual</b>	<b>Peso relativo</b>
Anúncio (publicidade)	3/5 60%	<b>.96</b>
Notícia	31/247 12%	.49
Matéria	1/10 10%	.47
Texto literário	1/11 9%	.32
Edital, ata e aviso	0/9 0%	-
Manchete	0/5 0%	-

Conforme a Tabela 6, acima, os anúncios de propaganda favorecem a aplicação da regra de perífrase, o que está ilustrado nos exemplos a seguir:

(7) Conheça os empréstimos e financiamentos do BB e escolha aquele que VAI DEIXAR você bem pertinho dos seus sonhos! [C1, p4, prop.]

(8) Em 2010 o Banco do Brasil VAI CONTINUAR sendo todo seu. [C1, p.4, prop.]

É possível também que a escolha da forma perifrástica seja devida ao fato de o jornal tentar, nos anúncios de propaganda, uma aproximação da língua falada, característica bastante comum nesse gênero textual.

Já os gêneros edital, ata e aviso, por serem textos mais formais e que têm um formato oficial, pré-definido e mais rígido, só a forma simples (canônica) foi documentada.

Contrariamente ao esperado, não ocorreu a forma perifrástica no gênero manchete. Acreditava-se que, para atrair a atenção do público em geral, o jornal utilizasse, em suas chamadas, a forma considerada mais popular, mais informal e mais próxima da modalidade falada.

Como os dados ainda são poucos para uma pesquisa de caráter quantitativo, talvez, com a ampliação da amostra esse resultado seja modificado.

## Conclusões

O estudo sobre o futuro verbal em Irará, analisando as diferentes formas variantes na escrita jornalística, a partir do controle de vários grupos de fatores linguísticos, revela que variantes que ocorrem mais costumeiramente na língua falada também se fazem presentes na língua escrita.

Ficou evidente, através da coleta, codificação e análise realizadas, que há um processo de mudança em curso no sentido de a forma de futuro simples, mais usada em textos escritos por falantes ditos “cultos”, ser substituída pela forma perifrástica, comumente encontrada na fala, que sofre menos pressões normativas.

Percebe-se que a implementação do futuro perifrástico se dá de forma lenta, mas progressiva, e que seu contexto de entrada é o que envolve verbos que exprimem processo, verbos regulares, com sujeito [+ animado] e em textos de anúncios publicitários. Notou-se também a presença de gerundismos, comprovando que a língua realmente é heterogênea e passa por diversas mudanças.

Entende-se que a predominância do futuro simples em textos escritos jornalísticos está associada à “obrigatoriedade” de o jornalista aplicar a língua padrão em periódico de circulação social e de referência para o ensino de língua portuguesa.

Todavia o percentual de 13% de uso do futuro perifrástico encontrado nesta pesquisa aponta que a forma inovadora, praticamente implementada na língua falada começa a adentrar a língua escrita padrão, ainda que muito timidamente.

## Referências

BRAGANÇA, M. L. L. *A gramaticalização do verbo ir e a variação de formas para expressar o futuro do presente: uma fotografia capixaba*. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. M. Bagno, M. M. Scherre e C. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOSO, C. J. *Dicionário de linguística e gramática*. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 9-14.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística*: o tratamento da variação. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, J. M. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 254 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, J. M.; OLINDA, S. R. M. A trajetória do futuro perifrástico na Língua Portuguesa: séculos XVIII, XIX e XX. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, p. 93-117, jul./dez.2008. Disponível em: [http://abralin.org/revista/rv7n2/04-Josane-Moreira-e-Silvia-Rita\[1\].pdf](http://abralin.org/revista/rv7n2/04-Josane-Moreira-e-Silvia-Rita[1].pdf). Acesso em: 09 mar. 2012.

OLIVEIRA, J. M. A variação do futuro verbal em português: teste de percepção/atitude na cidade de Feira de Santana-BA. *Tabuleiro de Letras*, n. 3. Salvador: UNEB, dez./2011.

VEGAVO, S. S. *A expressão temporal de futuro em dados de crianças de dois a seis anos no município de Criciúma – Santa Catarina*: forma e função. 52 f. Monografia – Pós-Graduação em Língua Portuguesa: fenômeno sociopolítico da Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2005.

VOTRE, S. J. Relevâncias da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística*: o tratamento da variação, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 101-116.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de M. Bagno; revisão técnica de C. A. Faraco; posfácio de M. C. A. Paiva e M. E. L. Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

## EL TRATAMIENTO PRONOMINAL *TÚ (VOS) / USTED* EN ESPAÑOL: EL PODER Y LA SOLIDARIDAD

José Alberto Miranda Poza

**Resumen:** En el presente trabajo analizamos las formas de tratamiento pronominal *tú (vos) / usted* en español, lengua en la que, a diferencia de otras, distribuyen su uso en función de factores sociolingüísticos no siempre adecuadamente explicitados, toda vez que la gramática tradicional no atendía a este tipo de cuestiones. Para quien se acerca a la lengua española desde el imaginario de otra lengua es de capital importancia desentrañar cuáles son esos factores no explícitos. Partiendo de las tesis de Brown & Gilman y adoptando criterios sociolingüísticos y pragmáticos, tras una explicación de carácter histórico que revela el origen de las respectivas formas y sus usos en la historia de la lengua, justificamos la dicotomía *tú (vos) / usted* en los ejes relacionales del poder y la solidaridad con reflexiones finales que alertan de un avanzado estadio de evolución en el discurso que tiende hacia el uso en contextos cada vez más restringidos de *usted* especialmente entre personas que se hallan en la franja de la juventud, aunque no exclusivamente entre ellas, cambio que se debe a la alteración de cómo se entienden las relaciones sociales en el mundo globalizado.

**Palabras-clave:** Tú (vos)/usted. Tratamiento. Poder y solidaridad.

**Resumo:** No presente trabalho, as formas de tratamento pronominal *tú (vos) / usted* em espanhol, língua que, diferentemente de outras, distribui seu uso em função de fatores sociolingüísticos nem sempre adequadamente explícitos, toda vez que a gramática tradicional não respondia a esse tipo de questão. Para quem observa a língua espanhola da perspectiva de outra língua, é de importância fundamental deixar claros esses fatores não explícitos. Partindo-se da tese de Brown & Gilman e adotando-se critérios sociolingüísticos e pragmáticos, depois de uma explicação de caráter histórico que revela a origem dessas formas e seus usos na história da língua, justificamos a dicotomia *tú (vos) / usted* nos eixos do poder e da solidariedade, com reflexões que alertam para um estágio avançado de evolução no discurso que tende para o uso de *usted* em contextos cada vez mais restritos, especialmente entre pessoas ainda jovens, ainda que não exclusivamente entre elas, mudança essa que se deve às alterações nas relações sociais, no mundo globalizado.

**Palavras-chave:** Tú (vos)/usted. Tratamiento. Poder e solidariedade.

### Introducción: fundamentación del trabajo y objetivos

---

· Professor Adjunto do Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: ampoza@globo.com

En otro lugar y a propósito de otro asunto hablamos someramente de algo que aquí sería importante recordar como punto de partida para la discusión posterior (MIRANDA POZA, 2007b). Dado que en aquel momento nos referíamos al texto literario y, después de un breve repaso a las teorías fundamentales en boga, no habíamos logrado llegar a una respuesta completamente satisfactoria, intentamos analizar lo peculiar de la lengua literaria considerando la literatura dentro de la teoría de los actos de habla, también conocida como actos de lenguaje.

Los actos de habla son objeto de estudio de la Pragmática, que se ocupa (MORRIS, 1963; 1966) de las relaciones entre el lenguaje y el usuario. Así, si consideramos una oración como *Usted vendrá a casa mañana*, sería aceptable afirmar que admite un *enfoque sintáctico* en virtud del cual nos encontramos ante una oración enunciativa, asertiva, en la que son perfectamente identificables su respectivos sujeto (*usted*), verbo (*vendrá*) y sus complementos (*a casa / mañana*), si bien dicho enfoque implica una consideración de la oración completamente *aislada de toda circunstancia en la que ésta se pueda producir*. Un *enfoque semántico* tradicional nos conduciría a la correspondencia de cada uno de esos signos con los objetos a los que hacen referencia. Ahora bien, estos resultados no nos informan sobre el valor significativo total de la oración; en efecto, falta por indicar algo muy importante: la intención del hablante y cómo lo descifra el oyente.

Esa oración ha sido utilizada (emitida) por el emisor con una determinada *intención*, que Austin (1990) denomina *fuerza ilocutiva*, que debidamente entendida permite la interpretación final de la oración. Cuando se emite un enunciado, cuando *normalmente hablamos*, realizamos acciones comparables a las que realizamos en la vida diaria (actos), de ahí que se denominen específicamente actos de habla a través de esos actos específicos expresamos: preguntas, felicitaciones, insultos...

Con este tipo de actos, buscamos ser respondidos, que nuestro interlocutor comprenda lo que decimos y actúe en consecuencia. Pretendemos causar un *efecto perlocutivo*, que asegurará la *eficacia* del acto. Pero, para ello, es necesario que se den ciertas *condiciones (de propiedad* –que garantizan el cumplimiento completo y adecuado del acto-), como en la vida diaria.

Al lado de la Gramática y de la Semántica, la Pragmática abrió brecha en los estudios lingüísticos. Comunicarse no consiste sólo en una combinación de elementos formales, sino en su utilización como signos, cómo se descifran y en qué ámbito se hace. Ya Benveniste (1974) indica que cuando la *lengua* (langue) se convierte en *habla* (parole), el hablante se apropia del aparato formal del lenguaje: el yo implica inmediatamente un tú, formando un

*círculo comunicativo*, alrededor del cual se van montando de forma particular los *deícticos* (MIRANDA POZA, 2007a, p. 161-162).<sup>1</sup>

Pero, lo que nos interesa ahora es referirnos, como anticipamos, al particular hecho que se produce en la lengua española a semejanza de lo que ocurre en otras como, por ejemplo, en portugués o en francés, no así, o al menos en menor medida, en inglés, consistente en el hecho de presentar un sistema específico de tratamiento pronominal que recoge en sí mismo un complejo, y no siempre acertada ni completamente explicado, sistema de relaciones sociales, profesionales, personales, de pertenencia o no a un grupo, etc.

El que podemos denominar como contexto social que acabamos de evocar con nuestras palabras hace que el tratamiento, en términos generales, se considere como un sistema de significación que engloba diferentes formas o modalidades de dirigirnos a otra u otras personas. Se trata, en fin, de una actividad ceremonial, de un verdadero código social que, en ocasiones, puede llegar a convertirse, llegados a un caso extremo, en Código Penal: si no hemos tratado bien a otra persona, o bien una persona que se ha sentido maltratada –por la forma en la que ha sido tratada por nosotros-, puede llegar a demandarnos judicialmente (MIRANDA POZA, 1998, p. 83).

Especialmente relevantes para nuestro propósito nos parecen las palabras de Andión Herrero (s.a., p. 56-59) cuando se refiere de forma específica al problema del tratamiento pronominal en la lengua española y la actitud del aprendiente extranjero de la misma:

Quando los estudiantes de español que han aprendido la lengua con la norma de uno de los dos lados del Atlántico, deciden viajar por el ancho mundo hispánico, encuentran una primera y evidente dificultad: la (in)conveniencia de las diferentes formas de tratamiento en español. A primera vista, este fenómeno no parece tener mayor importancia, pero, en la práctica comunicativa, la selección inadecuada de una de las formas trae como consecuencia que el destinatario (un hispanohablante) haga una composición de jerarquías y poderes dentro de la conversación que no corresponde a la

---

<sup>1</sup> Haciendo rápidamente historia, antes de las definitivas aportaciones de Leech (1997), Benveniste hablaba de la obligada diferenciación entre *enunciado* y *enunciación*. Para él, *enunciación* se define como un acto a través del cual el hablante se apropia del aparato formal del lenguaje y lo convierte en instrumento para expresar sus propias intenciones. En este sentido, la *enunciación* respondería al momento conceptual que había esbozado Saussure (1916) a comienzos de siglo: “cuando la *lengua* se convierte en *habla*”. Otro término que apareció en relación con esta investigación en semántica oracional es el de *ilocución* (*acto de ilocución, fuerza ilocutiva*). Surgió en Gran Bretaña en el ámbito de la escuela neofirthiana e de la escuela filosófica de Oxford. Allí se formula la *teoría de los actos de habla* (también conocida con la denominación *actos verbales*), cuyos promotores, Austin (1990) e Searle (1990), llamaron la atención sobre el hecho de que cada uno de los *actos verbales* conlleva, en realidad un conjunto de tres actos (actividades): 1) *acto de locución*, es decir, la creación de un *enunciado* conforme a las reglas fonológicas, gramaticales y semánticas de la lengua respectiva; 2) *acto de ilocución*, esto es, la creación del enunciado según la intención del oyente; 3) *acto de perlocución*, el efecto que el enunciado debe despertar en el oyente.

realidad, o, peor aún, que se sienta agredido por su interlocutor (el aprendiz de español).

## **El tratamiento en español**

Hay abundantes ejemplos de estudios que se dedican de forma específica al tratamiento en la lengua española, y casi todos coinciden en llamar la atención o hacer un énfasis especial en las denominadas relaciones diádicas pronominales, sin que ello nos lleve a afirmar que se echen en falta otros trabajos (sobre todo en el transcurso de los últimos años) centrados en el análisis y clasificación, así como en los usos del resto de fórmulas de tratamiento.

Desde el punto de vista lingüístico, la selección de pronombres personales que reflejan el tratamiento en un mensaje verbal completo – es decir, en la unidad lingüística que se produce entre un emisor y un receptor en interacción, está determinada: a) Por las dimensiones de número (singular / plural); b) Por las dimensiones de persona (entendidas como la distancia existente entre el emisor y el receptor).

En un principio, y desde una perspectiva inicialmente descriptiva, la situación del español actual, teniendo en cuenta lo que ahora debe centrar nuestra atención exclusiva – *la dimensión de persona* – se reduce a un sistema que presenta dos posibilidades: *tú (vos) / usted*, con la salvedad de que la forma *usted*, aun considerada pronominalmente como segunda persona (a aquella a la que nos dirigimos), exige una tercera persona en la desinencia verbal.

Pero, una vez planteado el entramado teórico que vamos a desarrollar de forma esencial, y antes de continuar, se hace necesario explicar, siquiera de forma somera, cuál es el origen de esta situación desde una perspectiva meramente formal. Estamos evocando, como es lógico, dos tipos de cuestiones íntimamente interrelacionadas: por un lado, aludimos a procesos históricos en la lengua española (lingüística histórica, gramática histórica del español); por otro, y como consecuencia directa de lo anterior, llamamos la atención sobre la existencia de diversas variedades lingüísticas dentro de una misma *lengua española* común (MIRANDA POZA, 2007a, p. 33-39).

## **Tuteo y voseo**

Se entiende por *voseo* el uso de la forma *vos* como sujeto: *vos comés*; vocativo *¡Vos! Ayúdame*; como complemento precedido por preposición: *(Te) vi a vos / Es un lugar que odio, como te odio a vos*; y como término comparativo: *Es alto como vos / Es Puede que vos tengás razón por lo menos tan actor como vos*. En el caso de complementos no precedidos por preposición se utilizan las formas *te* y *tu* (en este último caso, para el posesivo, completado en las formas tónicas por *tuyo*). Así: *Te está mirando a vos; ¿Viste(s) (vos) cómo quedó tu auto?; Vos dijiste(s) que será tuyo*. Otros ejemplos de *voseo* utilizado con otros tiempos y modos verbales: (subjuntivo) */ No cerrés los ojos* (subjuntivo con modalidad imperativa negativa) */ Vos viajarés / Tomá, poné, escribí* (imperativo). Estas formas se dan fundamentalmente en determinadas regiones de Argentina y Uruguay, si bien el fenómeno conocido como *voseo* se extiende, con alteraciones más o menos acusadas, a otras regiones de Chile, Colombia y, en especial, de Centroamérica.

Lo que importa aquí ahora es que, desde el punto de vista conceptual, vamos a entender, independientemente de la forma utilizada en cada región, por *tuteo* el hecho de tratar de *tú* o de *vos* al interlocutor, en contraposición al hecho de usar, como fórmula de tratamiento, en el discurso, en el acto de habla, la forma *usted*. Por lo tanto, es importante que quede claro que, desde la perspectiva que ahora nos ocupa, *tuteo* no es antónimo de *voseo*.

### **A vueltas con la historia y con las variedades lingüísticas**

Tal vez, para alguien que no esté familiarizado con las formas, normas y usos de la lengua española, este hecho que ahora describimos pueda parecerle extraño, sorprendente o incomprensible. O, al menos, se pregunte el porqué de esta situación, es decir, ¿cuál es (o fue) la causa que motivó esta dualidad formal de usos (*tú / vos*)?

De entrada, debemos indicar que en todas las modalidades o variedades del español actual existe lo que se ha venido a denominar (*Diccionario Panhispánico de Dudas*, 2005) un *vos reverencial*. Este *vos reverencial* –que, por cierto, muchos desconocen, y a ambas orillas del Océano (baste, en este sentido, con escuchar o leer, a través de los diferentes medios de comunicación, la forma en que la mayoría de los periodistas o la totalidad de los políticos apelan en sus entrevistas, discursos o conversaciones al rey de España)- existe, como decimos, en el español actual (por más que su uso sea restringido) y, además, pertenece a

nuestro más rancio abolengo, pues ya se documenta casi desde la época de orígenes del castellano.

Con este *vos reverencial* (que exige segunda persona del plural en el verbo, por más que el referente de persona sea singular), en un tono elevado, se reverenciaba a la segunda persona del discurso, esto es, a nuestro receptor directo, a nuestro interlocutor. De uso muy extendido, como decimos, en épocas pasadas, hoy aún pervive, siendo su uso restringido a determinados actos solemnes y en referencia apelativa, directa o indirecta, a personas que ostentan determinados grados o títulos (en realidad, prácticamente, el Rey o el Papa). Esta fórmula de tratamiento exige una respuesta con una forma pronominal *nos* –directamente derivada de la latina *nōs* (referida a la primera persona del singular con forma verbal en plural – que a veces aparece en algunas gramáticas bajo la denominación *plural mayestático*–: *Nos pensamos; nos preferimos*. De donde se sigue la expresión que en el antiguo lenguaje jurídico, al dictar sentencia, el juez labraba: *Nos fallamos (hallamos) culpable (o inocente)*, y, a partir de ésta última, perteneciente al lenguaje forense en lengua española, es de donde proviene el actual *fallo del juez* –en una sentencia–.

En cualquier caso, buena prueba del uso habitual del *vos reverencial* en otras épocas es su permanente reflejo en los textos literarios: *Vos decís / A vos digo / Os vi (a vos) / Os digo (a vos) / Vos, don Pedro, sois caritativo / Admito vuestra valentía, señora / Vos, bellas damas, sois ingeniosas* (ejemplo este último referido a la forma plural).

### **Los orígenes de la situación actual: historia de las fórmulas de tratamiento pronominal en la lengua española**

Como antes anticipábamos, ya desde los orígenes del idioma se encuentran referencias escritas que documentan el uso de una forma **vos** reverencial como tratamiento de cortesía hacia el interlocutor –segunda persona– (B. JONGE & D. NIEUWENHUIJSEN, 2005), frente a un uso que podríamos calificar como “no reverencial” (o no marcado en el discurso, en términos funcionales), expresado por la forma directamente derivada de la segunda persona del singular del pronombre personal latino *tú*.

Ahora bien, al lado de esta oposición o doble alternativa, y también desde la época de orígenes, se documenta otra forma romance (esto es, que no provenía directamente de la lengua latina), de carácter locutivo o perifrástico, que aparecía en el discurso en distribución libre con la forma *vos, vuestra merced*, y que respondía, además de la mera función retórica

que proporcionaba la alternancia estilística (evitar repetir constantemente en el discurso el mismo pronombre referencial), respondía a un hecho innegable: la inveterada costumbre de, al dirigir la palabra a otra persona, invocar su favor, anteponiendo el sustantivo “merced” – cast.ant. “merçed”- (PLA CÁRCELES, 1923a). Entonces, ya en el *Cantar de Mio Cid*, puede leerse: *Somos en uuestra merçed*, lo que equivaldría, en español actual, a fórmulas del tipo: *Estamos a su disposición // Estamos a tu disposición / Estamos a disposición de vos. Estamos con usted // Estamos contigo / Estamos con vos. Cuenta [usted] con nosotros // Cuenta [tú] con nosotros / Contá [vos] con nosotros*.

En cualquier caso, lo que importa aquí señalar es que, de forma espontánea, la lengua romance desarrolló no sólo un sistema pronominal que atendía a los parámetros *reverencia / no reverencia*, sino que, para la primera de ellas –la que realmente constituía una novedad sociolingüística–, existió desde la misma época de los orígenes una pugna entre el uso del *vos* latino con verbo en plural (si bien referido también a una persona en singular) y una fórmula perifrástica o locutiva que unía a una forma del posesivo para varios poseedores, esto es, a un posesivo plural, *vuestra* (< *věstra(m)*) un sustantivo, *merçed* (< *merced(e)(m)*). Esto no hace sino confirmar el hecho de que, paralelamente a la transformación lingüística, se va produciendo toda una transformación en las relaciones sociales o, dicho de otro modo, que los cambios sociales tienen su inmediato reflejo en las estructuras lingüísticas como consecuencia del uso que hablante hace de su lengua.

En este sentido, el profesor Lapesa (1970, p. 146) nos recuerda que el uso respetuoso de *vuestra merced* surgió al lado del uso de *vos* como resultado del procedimiento -antes apuntado- de *no abordar directamente al interlocutor, sino poner como intermediaria una cualidad o atributo suyo favorable*. Siendo esto así, *vuestra merced* pasó de ser una de las dos formas posibles para una misma función socio-comunicativa, a la realmente más utilizada en la lengua habitual, motivo que, a su vez, conllevó un desgaste formal mayor.

Las diferentes formas que aparecen reflejadas en el sucinto cuadro esquemático anterior constituyeron en cada época variantes de la expresión originaria más o menos toleradas en función del contexto en el que se empleaban: algunas no desdecían del ámbito de la etiqueta, si bien muchas de ellas no eran sino la consecuencia de una inadecuada realización por parte de quienes, con mayor o menor éxito, apenas si acertaban a pronunciar correctamente la nueva fórmula de tratamiento, dando lugar incluso a vulgarismos que, con el paso del tiempo, confluyeron en la forma “usted”, documentada por vez primera en 1620.

Resumiendo lo anteriormente expuesto, tenemos que, en el siglo XIV, se extendió con fuerza la forma de tratamiento *vuestra merced* usada para tratar de manera cortés al

interlocutor. Al principio, convive con el pronombre original de cortesía, Vos + 2ª persona del plural, pero, a partir del siglo XV (precisamente en la época en la que comienza la colonización), éste último va perdiendo su uso original de forma paulatina, siguiendo dos direcciones diferentes: A) Adquiriendo un valor genérico de tratamiento para la segunda persona del singular, lejano cuando no opuesto, a cualquier referencia de tipo reverencial (con un ligero retoque en la forma verbal correspondiente, pero manteniendo viva la versión que correspondería a la segunda persona del plural): estamos evocando el origen del *voseo*; B) Reduciendo su aparición a casos exclusivamente reverenciales, restringiendo su uso genérico, es decir, deja de utilizarse para dirigirse (aunque sea de forma cortés) a cualquier persona: estamos ahora describiendo los usos actuales del *vos reverencial*.

Por otro lado, en el siglo XVII, la nueva fórmula que en un principio entró en contienda con *vos, vuestra merced* ha evolucionado formalmente debido a su uso común dando lugar a una nueva forma pronominal triunfante, no existente en la lengua original latina, *usted*. Esta nueva forma: A) Expulsa a *vos* como forma de tratamiento cortés generalizado (aplicable a cualquier persona a la que deseemos dirigirnos de forma cuidada o distante); B) Deja atrás, en español, por lo que a su uso se refiere, a otras fórmulas perifrásticas o locutivas semejantes (algunas de las cuales se mantienen en portugués actual en determinados contextos comunicativos), que, en general responden a una fórmula común: *Vestra + Sustantivo (Vuestra Señoría, Vuestra Reverencia, etc.)*.

### **Usos y funciones del tratamiento pronominal en español**

Hace ya algún tiempo (MIRANDA POZA, 1998, p. 83-124) dedicamos todo un capítulo de un libro consagrado a los *Usos coloquiales del español* el problema del tratamiento. Allí indicábamos oportunamente cómo, desde una perspectiva sincrónica, en el español contemporáneo, y teniendo en cuenta, sobre todo, la *dimensión de persona* anteriormente reseñada, el sistema español se reduce a los pronombres personales de segunda persona *tú (vos) / usted* (exigiendo este último tercera persona verbal).

Decíamos entonces que para intentar establecer una certera distribución general del uso de tales formas, y teniendo en cuenta, como se puede colegir de lo que venimos apuntando hasta aquí, que su empleo se halla vinculado a categorías semánticas extralingüísticas relacionadas con propiedades psicosociales y culturales (generación –edad-, clase social, profesión, sexo, familiaridad, carácter de la persona, etc.), nos pareció adecuado

recurrir a las dimensiones que en su día propusieron Brown & Gilman (1960): *poder* y *solidaridad*. En este sentido, la selección de cada forma pronominal de tratamiento estará siempre regida, si bien no de la misma manera, por estas dos dimensiones.

El poder, concebido como el eje vertical de las relaciones sociales, representa las relaciones asimétricas, diferenciales o no recíprocas, de tal forma que las relaciones sociales aparecen gobernadas por el concepto de jerarquía: el padre, superior al hijo; el profesor, al alumno; el patrón al empleado. Y esta relación jerárquica, cuyos atributos más destacados son: edad, generación y autoridad, se manifiesta por el empleo obligatorio de *usted* en una de las direcciones del tratamiento (de inferior a superior). Esto significa que dos personas jerárquicamente diferentes difícilmente pueden llegar a una relación simétrica de familiaridad (*tú* o *vos*) o de respeto mutuo (*usted*). Porque, las diferencias no directamente vinculadas con el poder dan lugar, por su parte, a la aparición de *usted* en ambas direcciones.

La solidaridad, concebida como el eje horizontal de las relaciones sociales, representa las relaciones recíprocas o simétricas que derivan fundamentalmente de los atributos de sexo, parentesco y filiación de grupo. Esta dimensión está basada en la afinidad, en las similitudes, en el afecto, en el agrado, y da origen a la aparición de *tú* (*vos*) en ambas direcciones, a pesar de que, por otro lado, puedan darse efectivamente otras posibles asimetrías como las de *clase social*, si bien exige un *usted* mutuo cuando uno de los interlocutores (o los dos) no siente solidaridad, dominando en él por consiguiente, el sentimiento de hostilidad, desagrado y no afinidad. Hasta bien entrado el siglo XX –y aún quedan residuos de esta situación–, las pautas que privaban en el tratamiento pronominal estaban regidas, principalmente, por eje semántico del poder.

De hecho, si volvemos nuestra mirada a la historia, durante los siglos XVI y XVII se produjo una observancia perfecta del código social basado en el concepto de relación jerárquica. Un tratamiento que no atendiera a las expectativas y fuera considerado como no esperado o no adecuado constituía una grave afrenta. Las obras literarias que reflejan el lenguaje cotidiano aun dentro de determinados moldes de género, como es el caso del Teatro Español del Siglo de Oro, muestran deslices lingüísticos en el tratamiento que observan determinados personajes para con otros y que conllevan terribles consecuencias para quienes transgredís los códigos de las buenas costumbres sociolingüísticas. Tal es el caso del personaje del Príncipe Segismundo, en una de las obras cumbre de la dramaturgia clásica española (*La vida es sueño*, de Calderón de la Barca), cuando, recién liberado de la prisión en la que había permanecido encerrado desde el mismo día de su nacimiento por orden de su padre, el Rey, temeroso por los augurios negativos que acontecieron el día de su nacimiento,



Quijote, hidalgo (noble) de La Mancha – zona rural –, que según Cervantes, a pesar de no tener mucha renta, dedicaba los ratos que tenía de ocio – que eran los más del año – a leer *Libros de Caballerías*, o el pobre y desgraciado hidalgo que no sólo no tenía qué comer, sino que llega a pedirle a su propio criado las migajas de pan que éste mendigaba por la calle –tan cruelmente retratado, ya dentro del ámbito urbano al que nos estamos refiriendo, por el anónimo autor de *El Lazarillo de Tormes* medio siglo antes de la aparición de la inmortal obra cervantina-, es pues entonces, decimos, en el siglo XVII cuando surgen, de un lado, la llamada *clase media*, representada por pequeños mercaderes, comerciantes y artesanos, que va a intentar marcar las diferencias con respecto a otra clase que también surge y crece a su lado, representado por un submundo marginal y delictivo. El marcar diferencias con el inferior dará lugar a estructuras que reproducirán la no solidaridad. Las relaciones que se producen entre los marginados conducirán hacia sentimientos de solidaridad, que se van a manifestar lingüísticamente no sólo por los asuntos relacionados con el tratamiento en sí, sino también por la creación de todo un lenguaje cifrado conocido como de germanía o germanesco, que tampoco es ajeno a la lengua literaria, y que reproduce con maestría el propio Cervantes en obras como *Rinconete y Cortadillo* que forman parte de lo que se ha llamado en Crítica Literaria como picaresca. En efecto, Bakhtine (1978), en un trabajo ya clásico dentro del ámbito de la Crítica Literaria, señalaba como características esenciales de lo que habría de ser la novela moderna la entrada de géneros diversos en el seno de un mismo relato (*heterología*) y la aparición de voces distintas para caracterizar a los personajes (*heterofonía*). Será, por tanto, en las *Novelas Ejemplares* cervantinas donde, al (re)producirse el diálogo de una forma mucho más fluida que hasta entonces en la literatura española, el lenguaje servirá de elemento caracterizador de una realidad social que se describe: estamos ante la esencia formal de la ya mencionada picaresca (MIRANDA POZA, 1999, p. 239):

La picaresca cervantina nunca estará narrada en primera persona, sino en contrapunto amistoso entre dos amigos, esto es, en coloquio. Este coloquio de pícaros exigirá la presencia de un vocabulario particular acorde con el contexto comunicativo en el que se mueven los personajes: es lo que se llamará vocabulario (o léxico) de germanía. Y así nos lo indica el propio Cervantes. Tras un amplio diálogo que sirve para que el maestro de las letras españolas haga alarde de un amplio conocimiento de tales vocablos, escribe: *Y así les fue diciendo y declarando otros nombres de los que llaman germanescos o de la germanía, en el discurso de la plática, que no fue corta, porque el camino era largo.*

Esta situación se mantuvo *mutatis mutandis* hasta prácticamente el final de la Segunda Guerra Mundial. Se puede decir que, a partir de ese momento, se produjo un profundo cambio de valores en los sistemas y usos sociales (y, consecuentemente, en los sistemas y usos lingüísticos). En este sentido, en la medida en que las estructuras sociales se hacen cada vez más abiertas, esto es, comienza a producirse en su seno una mayor movilidad, donde predomina antes el valor adquirido por cada individuo que el impuesto por la tradición, la solidaridad adquiere la supremacía que, hasta entonces, poseía el poder.

Así las cosas, las posibilidades de tratamiento pronominal en español son las siguientes:

*Tú (Vos) recíproco solidario.*

Para aquellas relaciones donde se expresa el sentimiento de igualdad entre personas que comparten una cualidad común o una afinidad en uno o varios aspectos de las relaciones sociales. Para Marín (1972), el término *solidaridad* es preferible al de *intimidad*, si bien, él mismo propone un tercero, a su entender, más adecuado que cualquiera de los anteriores: *pronombre igualatorio*.

*Tú (Vos) unilateral.*

Nos referimos en este apartado al que profieren los padres a los hijos, el patrón al obrero, el señor a su sirviente, etc. En definitiva, es aquel que parte de quien está revestido con un mayor poder en la relación social. Ciertamente, ha ido desapareciendo bajo la presión igualatoria de una sociedad más democratizada, pero no a través de la adopción de un *tú (vos) universal*, sino manteniendo un *usted recíproco* como símbolo de respeto mutuo. No obstante esta afirmación, cuando dentro de poco dediquemos unas breves palabras al *tratamiento nominal*, podremos comprobar que el sistema aún mantiene esas diferencias. En este sentido, conviene hacer notar que este *usted recíproco* como signo de respeto mutuo del que habla Marín es válido para las relaciones patrón-obrero, señor-sirviente, pero ya no es el caso padre-hijo, donde la igualación tiende definitivamente hacia el *tú*.

Este paso del uso asimétrico al simétrico indica que ha habido una redefinición de las relaciones jerárquicas entre los interlocutores, según la mayor o menor distancia social o psicológica. Esto no quiere decir, naturalmente, que no se hayan dejado de producir en la actualidad casos de tratamiento pronominal asimétrico (sobre todo en zonas

rurales), debido a una probable distancia social y psicológica que estrecha la “territorialidad” de los usuarios.

*Usted recíproco no solidario.*

Es una fórmula que prevalece en la actualidad cuando domina un sentido diferencial, indicador de un grado de respeto o de distancia social. Esto, por supuesto, se da más entre personas mayores (esto es, de cierta edad, más tradicionales), donde la diferenciación y la distancia llegan a privar sobre los lazos de amistad y hasta de parentesco.

### **Más allá de las formas pronominales. El tratamiento nominal**

De acuerdo con las observaciones de Perret (1968), parece evidente que, dentro de la esfera de las relaciones sociales, uno de los modos más frecuentes de dirigirse al interlocutor es el *vocativo*. Mediante esta forma se permite establecer el contacto interpersonal en virtud de su función apelativa y deíctica (función del lenguaje que tiene por objeto llamar la atención de alguien). De esta manera, llamamos la atención del destinatario mediante la enunciación del término que le designa.

La forma específica por excelencia para la apelación es el nombre propio. Éste designa, en el acto de habla, un individuo concreto y particular dentro de un conjunto virtual de pares o seres/objetos semejantes o comunes. Cada persona se identifica con su nombre, ya que es fundamentalmente referencial. Ahora bien, no es en todos los casos posible dirigirse a una persona mediante su nombre propio, entre otras muchas razones porque no siempre lo conocemos. Para compensar tal dificultad, la lengua dispone de otros recursos de apelación menos identificadores, sin duda alguna, que el nombre propio, pero que poseen la misma validez comunicativa en virtud de la situación o el contexto comunicativo en que se producen:

- Título genérico: *Señor, señora, señorita, caballero, joven...*
- Términos de parentesco: *Padre, papá, madre, mamá, tío, suegra, yerno...*
- Términos de diversa relación: *Amigo, compañero, camarada, colega...*
- Términos de carácter metafórico: *Mi vida, vida mía, mi cielo, mi salvación...*
- Interjecciones apelativas (onomatopéyicas o no): *¡Eh! ¡Psss! ¡Oye! ¡Oiga!*  
*¡Mire!*

- Pronombres personales de 2ª persona: *Tú, vos, usted, vosotros, ustedes...*

Lewis Carroll dio muestras, en no pocos lugares de su obra, de una gran intuición lingüística. En *The Trough the Looking Glass*, se plantea una situación de comunicación en la que uno de los interlocutores desconoce el nombre propio del otro, hecho que parece no obligar a responder a llamada del interlocutor apelado (CARROLL, 1986, p. 152-153):

¡(...) Imagínate lo conveniente que te sería volver a casa sin nombre! Entonces, si, por ejemplo, tu institutriz te quisiera llamar para que estudiaras la lección, no podría decir más que “Ven aquí \_\_\_\_\_”, y allí se quedaría cortada, porque no tendría ningún nombre por el que llamarte, y entonces, claro está, no tendrías que hacerle ningún caso.

El argumento no puede ser más demoledor. Sin embargo, teniendo en cuenta, sin duda, los recursos de apelación de que dispone la lengua, Carroll pone en boca de Alicia la siguiente respuesta:

Estoy segura de que eso no daría resultado (...) Mi institutriz nunca me perdonaría mi lección sólo por eso. Si no pudiera acordarse de mi nombre, me llamaría “señorita”, como hacen los criados.

De esta forma, surge toda una red de términos designativos que pueden paliar en parte las dificultades que impone el uso del nombre propio. Pese a lo expuesto, cabe preguntarse si es necesario utilizar el nombre propio cuando el interlocutor está cerca de nosotros. La contestación parece negativa, si bien, en ocasiones, la experiencia demuestra lo contrario: no es necesario, pero se hace. Y aquí entran tres posibles explicaciones: A) En primer lugar, podemos resaltar la *función fática*, que es una manera de acentuar el contacto y comprobar que el canal de comunicación no se ha cortado. En todo caso, resulta especialmente incómodo que una persona que está hablando contigo constantemente utilice el latiguillo de tu nombre propio: - *Porque, Pedro, ¿quieres que te dé mi opinión sobre este asunto? Pues verás, Pedro, no quiero pronunciarme completamente sobre eso, pero, en fin, Pedro, tú me dirás...* B) En segundo lugar, la *función expletiva* exige, en ocasiones, el empleo del nombre en el uso corriente. Imaginemos la escena de un profesor que le pregunta la lección a un estudiante. Se

aproxima a él y le realiza una pregunta. Es evidente que se está dirigiendo a él: está situado completamente a su lado, le mira fijamente; sin embargo, tal vez para elevar el tono solemne, se añade a la pregunta el nombre propio de la persona requerida: *¿Cuáles son las llamadas funciones del lenguaje, Sr./Srta. Martínez?* C) Por último, la *función deíctica* del mensaje y su fundamento de eficacia exige la indicación del nombre de la persona a la que nos dirigimos. En una reunión de amigos, alguien pregunta: *¿Vendrás mañana al cine, Luis?* La situación de los interlocutores podría provocar la duda sobre a quién se dirigía la pregunta y quién debía, por tanto, responder a ella. La utilización del nombre propio determina, por tanto, de un modo específico, el destinatario de la pregunta.

Con todo, no es éste el único problema que se nos plantea. Aun cuando conozcamos a la persona y su nombre, ¿ello implica que la enunciación del nombre propio debe ser necesaria y que el título u otros términos de relación serían sólo empleados cuando el locutor no conoce nada del otro? La experiencia o el uso salen negativamente al paso de estas preguntas, ya que son numerosos los casos en que, aun conociendo a la persona, se emplea el título genérico o el término de relación.

Esto nos lleva a servirnos del concepto de distancia y de los ya mencionados *poder* y *solidaridad*. Yo puedo conocer a la otra persona y su nombre, pero se interpone la barrera de la distancia: una distancia que puede ser psicosocial (no es de mi grupo) y, por lo tanto, no hay solidaridad, o bien sociocultural (diferencia de estatus), y, por consiguiente, predomina el poder, la jerarquía, la autoridad.

Al hilo de esta exposición, se perfila un esquema paradigmático de tratamiento basado en los siguientes presupuestos: A) Relaciones en las que domina la solidaridad. En ellas, se utilizará un trato simétrico a través del *nombre propio*, el *hipocorístico* o el *apodo*. B) Relaciones donde domina el poder y la no-solidaridad. En ellas quien se encuentra en el nivel superior puede usar el nombre propio y los términos específicos *apellido*, *hijo*, *joven*... Por su parte, el que se encuentra en el nivel inferior, debe optar entre una de las posibilidades siguientes: 1) Título genérico: *señor*, *caballero*, *profesor*; 2) Términos de parentesco: *padre*, *papá*, *tío*, *abuelo*; 3) *Otras fórmulas mixtas*: *nombre propio* con la distancia de *don*; *apellido* con la distancia de *señor*.

Como puede apreciarse por todo lo expuesto a propósito del tratamiento nominal directo, el esquema predominante que veíamos con respecto al pronombre personal (*solidaridad / no-solidaridad*) queda en parte suspenso, y la función semántica del poder se caracteriza por ser el elemento más destacado. Ahora bien, la barrera que crean el poder, la autoridad, la jerarquía, afecta de una manera particular al inferior. Los intercambios entre

superiores o inferiores son, así pues, *no-recíprocos*. El jefe dirá *Martínez* o *Sr. Martínez*; el empleado, en cambio, usará *Sr. Martínez* o el *nombre propio* con la distancia de *don*. El padre llamará a su hijo *Vicente* o *hijo*; éste, por su parte, dirá *padre* (sólo en determinadas zonas, cada vez más restringidas) o *papá*, y muy pocas veces el nombre propio del padre. Es todavía el superior (aunque ya no de forma tan generalizada como antes) quien tiene la iniciativa de que el inferior pueda dar un paso hacia delante en lo que respecta a la distancia y, así, poder llegar a un intercambio recíproco. Un estado de hecho aún jerárquico, sin los signos que lo manifiestan, corre el peligro de deteriorarse. Por esta razón, el superior difícilmente aceptará el intercambio recíproco en el tratamiento: se impide, de alguna manera, que el inferior llegue a usar el nombre propio aunque lo conozca. El término genérico (como *señor*, por ejemplo) simboliza un término tan extraño a la intimidad que no hay peligro de que se llegue a ella. Porque, si esto llegara a suceder, se modificaría el sistema.

Hasta aquí hemos expuesto una especie de teoría sobre los usos de las formas de tratamiento en la lengua española. Para los alumnos extranjeros e incluso para los que tienen el español como lengua materna, resultaría difícil establecer una serie de principios que fueran capaces de dar cuenta de todas las posibilidades de uso en función de las diferentes situaciones de comunicación y de la peculiaridad de los interlocutores.

Con todo, los problemas que plantean las fórmulas de tratamiento en español son especialmente de tipo educativo y cultural, esto es, de carácter extralingüístico. Utilizando los conceptos que proporcionaba el estructuralismo lingüístico, podríamos decir que tales problemas no están referidos al sistema mismo, ni tan siquiera a la norma – que no existe o se ignora –, sino al habla. En términos generales, podemos decir que la edad, la posición social y otras variables semejantes constituyen los factores externos que condicionan el empleo de los diversos términos de tratamiento, pero no del mismo modo y en la misma medida para cada persona.

Durante mi etapa de estudiante universitario, yo llamaba de *usted* a mis profesores; ellos, por su parte, me llamaban de *tú* sólo en contados casos, porque lo habitual y lo que se usaba de forma mayoritaria era el *usted*. Sin embargo, cuando comencé a dar clases en la universidad y me convertí yo en profesor, la mayoría de mis alumnos me llamaban de *tú* – apenas unos cuantos osaban llamarme de *usted* para regocijo general: es decir, se sentía como algo extraño comprobar el uso de algo que apenas unos años atrás se usaba casi con rigor de ley. Ni qué decir tiene que opté por el *tuteo* recíproco. Quiero añadir, antes de continuar, algo muy importante: no creo vislumbrar en esta tendencia nada de irrespetuoso, pues, en la actualidad, el concepto de respeto no va necesariamente unido a un cliché lingüístico. En otras

palabras: los conceptos sociales han variado en la gente joven de una forma completamente natural y no veo – como otros hacen – ningún signo específico de rebeldía. Simplemente, podemos decir que la forma *usted* es signo de un lenguaje antiguo, propio de personas que representan una cultura, unos conceptos sociales obsoletos para los jóvenes de hoy. No se es más respetuoso con una persona, con un profesor por ejemplo, por llamarle de *usted*, es más, el *tuteo* (el *voseo*) hace más fluida la interrelación social, en todos los ámbitos.

Tanto es así que en las relaciones comerciales (con entidades bancarias, por ejemplo), donde tradicionalmente el *usted* era obligatorio para ambas partes, la experiencia cotidiana me indica que el *tuteo* ha empezado a ganar terreno –especialmente cuando el empleado y el cliente no rebasan los treinta y pocos años de edad-.

El *tuteo*, sin duda, se va imponiendo paulatinamente en nuestra sociedad, incluso entre nuestros mayores, que comienzan a llamar de *tú* a los jóvenes, independientemente del grado de conocimiento que sobre ellos posean, e independientemente también de sus costumbres, fundamentadas en la fórmula: *desconocimiento* = *usted* (sin que el parámetro “edad” desempeñase necesariamente un papel primordial).

Y, en este punto, volvemos al principio, retomando la pregunta de Andión Herrero: ¿Qué consejo se le puede dar a un extranjero que aprende español ante las disyuntivas tan diversas que presentan las fórmulas de tratamiento? Nuestro consejo es que, ante la duda, siempre se debe emplear *usted*. Dejemos, por tanto, que sea nuestro interlocutor quien determine, a partir de ese momento, si se debe pasar o no al *tuteo*. En este sentido, no debemos olvidar que para cada cual la utilización de *tú* (*vos*) / *usted* responde a razonamientos o principios bien diferentes. Algunos, tal vez, lleguen a manifestarnos que no les gusta ser tratados de *usted* porque les hace “más viejos” –identificando, por tanto, esta fórmula de tratamiento con el parámetro “edad” –. Otros, por el contrario, al ser tratados de forma extemporánea de *tú*, preguntarán enfadados: “¿Cuándo nos han presentado?” o “¿Acaso hemos comido juntos alguna vez?” – de donde se sigue que, en este caso, se asocia la correspondiente fórmula de tratamiento al parámetro “conocimiento / desconocimiento de la persona”. Y, hablando de las fuerzas de la lengua en el momento de su enunciación, la reclamación del otro con respecto a la forma pronominal/verbal de tratamiento es capaz de cortar las más acalorada discusión.

En cualquier caso, todos estos aspectos nos invitan a confirmar el hecho de que los límites que marca la gramática tradicional quedan abiertamente sobrepasados y debemos contemplar los hechos lingüísticos desde nuevas perspectivas que nos conduzcan a nuevas reflexiones y a un conocimiento más exhaustivo de las cualidades intrínsecas que alberga la

lengua que hablamos a diario. En este sentido, conviene no olvidar tampoco lo que señalaba Perret (1968, p. 9) a propósito de las situaciones comunicativas en las que una misma persona puede encontrarse:

Los hombres, por el uso de los términos de tratamiento institucionalizados, tienden a constituirse, ellos mismos, en sistema. Cada hombre se manifiesta como un término distinto en función del tipo de relación que mantiene con los demás. Ello significa que una misma persona puede ser *Juan, profesor, papá, colega, tío, tronco...*, en función de las diferentes situaciones de comunicación en las que se ve envuelto.

Tanto es así que el propio autor no puede por menos que recoger numerosos testimonios de diferentes autores que mitigan su tajante afirmación. Para Sobejano: *Este uso se ha ido perdiendo casi del todo en las ciudades y ya sólo subsiste en el campo*. Muñoz Cortés insiste en la misma línea argumentativa de Sobejano: *Actualmente puede marcar [el uso familiar de usted] un grado de ruralismo o arcaísmo*. El propio Beinhauer, en fin, concluye afirmando, a propósito de un trabajo de Dámaso Alonso (1962, p. 264-267) titulado *La muerte del usted*:

Durante la Segunda Guerra Mundial y sobre todo a raíz de la Guerra Civil española, el tuteo se ha venido difundiendo a tal punto que don Dámaso Alonso no dudó en escribir un artículo de réquiem por la forma de tratamiento *usted*.

En conclusión, lo que todos estos datos nos sugieren es la necesidad de emprender trabajos que, desde nuevas perspectivas dinámicas, no las estáticas basadas en los sistemas y tradiciones, sean capaces de reflejar estos cambios sociales a través de los nuevos usos de la lengua.

## Referencias

ALONSO, D. La muerte del “usted”. In: \_\_\_\_\_. *Del siglo de oro a este siglo de siglas*. Madrid: Gredos, 1962.

ANDIÓN HERRERO, M. A. El voseo americano y la enseñanza de español como lengua extranjera. *Cuadernos Cervantes*, 18, p. 53-59, s.a.

\_\_\_\_\_. ¿De tú o de usted? *Cuadernos Cervantes*, 21, p. 56-59, s.a.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavra e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. *Esthétique et théorie du roman*. Traduit du russe par P. Oliver. Paris: Editions Gallimard, 1978.

BEINHAUER, W. *El español coloquial*. Madrid: Gredos, 1985.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística General*. México: Siglo XXI, 1974.

BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In: SEBOK, T. A. (Org.) *Style and Language*. Cambridge-Mass: Cambridge University Press, 1960, p. 253-276.

CALDERÓN DE LA BARCA *La vida es sueño*. Cuadros cronológicos, introducción, texto íntegro, notas y llamadas de atención, documentos, orientaciones para el estudio de J. M. García. Madrid: Castalia, 1984.

CARROLL, L. *Through the Looking Glass*. In: \_\_\_\_\_. *The Complete Illustrated Works of Lewis Carroll*. London: Chancellor Press, 1986.

JONGE, B.; NIEUWENHUIJSEN, D. Formación del paradigma pronominal de las formas de tratamiento. In: *Estudios de Lingüística del Español (ELiEs)*. *Actas del II Congreso de la Región Noroeste de Europa de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL)*, Volumen 22, 2005. Disponible en <http://elies.rediris.es/elies22/cap71.htm> Accedido el 3 de abril de 2013.

LEECH, G. N. *Principios de pragmática*. Logroño: Universidad de La Rioja, 1997.

LAPESA, R. Personas gramaticales y tratamientos en español. *Revista de la Universidad de Madrid*, XIX, p. 141-167, 1970.

MARÍN, A. El uso del “tú” y “usted” en español actual. *Hispania*, LV, p. 904-908, 1972.

MEDINA MORALES, F. Análisis comparativo de las formas simétricas de tratamiento de los siglos XVI y XVII y las actuales. Disponible en la dirección de Internet: [http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio\\_paris/ponencias/pdf/cvc\\_medina.pdf](http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_medina.pdf). Accedido el día 3 de abril de 2013.

MIRANDA POZA, J. A. *España y América. Tres ensayos de lengua y literatura*. Recife: Bagaço, 2007a.

\_\_\_\_\_. Algunas notas a propósito del concepto “Literatura Española”. In: \_\_\_\_\_. (Org.); Rodrigues, J.P.M. (Org.) *Estudios de Lengua y Literatura Española*. Recife: APEEPE, 2007b, p. 70-90.

\_\_\_\_\_ El léxico de *germanía* en *Rinconete y Cortadillo*. *Anuario de la Universidad Internacional SEK*. n. 5, p. 237-249, 1999.

\_\_\_\_\_ *Usos coloquiales del español*. 2ª Edición corregida y aumentada. Salamanca: El Colegio de España, 1998.

MORRIS, Ch. *Signos, lenguaje y conducta*. Buenos Aires: Losada, 1963.

\_\_\_\_\_ Fundamentos da teoria dos signos. In: \_\_\_\_\_. *Problemas e métodos da semiologia*. Lisboa: Edições 70, 1966, p. 31-41.

PERRET, D. Termes d'adresse et injures. *Cahiers de Lexicologie*, 12, p. 3-14, 1968.

PLA CÁRCELES, J. La evolución del tratamiento "vuestra-merced". *Revista de Filología Española*, X, p. 310-311, 1923a.

\_\_\_\_\_ Vuesasted - usted. *Revista de Filología Española*, X, p. 245-280, 1923b.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Ortografía de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.

\_\_\_\_\_ *Diccionario Panhispánico de Dudas*. 2005. Disponible en: <http://buscon.rae.es/dpdI/SrvltGUIBUSDPD?lema=voseo>. Accedido el 3 de abril de 2013.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Edition de T. de Mauro. Paris: Payot, 1967.

SEARLE, J.L. *Actos de habla*. Madrid: Cátedra, 1990.

# PISTAS ACÚSTICAS DO PADRÃO DE COARTICULAÇÃO ENTRE AS LÍQUIDAS E AS VOGAIS NO ATAQUE COMPLEXO

Luciane Trennephol da Costa\*

**Resumo:** Uma das possibilidades de ataque silábico no português brasileiro é a realização de dois sons consonantais adjacentes. Tradicionalmente, esses sons são descritos como uma obstruente, oclusiva ou fricativa, e uma líquida lateral alveolar ou rótico tepe. Este trabalho investiga o padrão de coarticulação das líquidas com as vogais no ataque complexo através de inferências obtidas pelas trajetórias das frequências do segundo formante vocálico. A análise dos dados aponta para uma provável anteriorização da articulação do tepe em relação à articulação da lateral e um diferente padrão de coarticulação das líquidas lateral e tepe conforme a qualidade da vogal nuclear da sílaba no ataque complexo.

**Palavras-chave:** Análise Acústica. Coarticulação. Ataque Complexo.

**Abstract:** One possibility of syllable onset in Brazilian Portuguese is the realization of two adjacent consonant sounds. Traditionally, these sounds are described as obstruents, stops or fricatives, and alveolar lateral liquids or rhotic taps. This study investigates the coarticulation pattern in different liquids with the vowels in the complex onset through inferences obtained by the trajectories of the second vowel formant frequencies. The data analysis indicates a likely anteriorization of the tap articulation in relation to the lateral articulation and a different coarticulation pattern of the lateral liquids and tap in accordance with the vowel quality of the nuclear vowel of the syllable in the complex onset.

**Keywords:** Acoustic Analysis. Coarticulation. Complex Onset.

## Introdução

O ataque complexo no Português Brasileiro é extremamente restrito como descreve Silva (2008, p. 157): “Quando C1 e C2 ocorrem, a primeira consoante é uma obstruente (categoria que inclui oclusivas e fricativas pré-alveolares) e a segunda consoante é uma líquida (categoria que inclui / l , r /)”. Caracteriza-se também pela ocorrência de fenômenos como a metátese, a dissimilação e o rotacismo. Uma análise experimental do fenômeno do rotacismo<sup>1</sup> no ataque complexo (COSTA, 2011) demonstrou o possível condicionamento da

---

<sup>1</sup> Fenômeno variável de alternância entre as consoantes líquidas, lateral e rótico, que pode ocorrer no PB no ambiente de ataque complexo ou coda silábica como, por exemplo, a realização de *plano* ou *prano* e a realização de *pulso* ou *purso*.

\*Departamento de Letras do *campus* Irati, Paraná, Brasil. E-mail: [luciane.tcosta@yahoo.com.br](mailto:luciane.tcosta@yahoo.com.br)

qualidade vocálica em sua realização através da coarticulação entre as diferentes líquidas e a vogal nuclear da sílaba, pois há um predomínio das vogais anteriores e centrais na realização do fenômeno. Estudos demonstram que a coarticulação entre os sons pode estar envolvida na ocorrência de fenômenos variáveis como, por exemplo, o de Proctor (2009) que, examinando dados de rotacismo no Espanhol e no Grego, aponta o possível papel da coarticulação dos gestos de dorso vocálico e consonantal na realização do fenômeno. Abordagens teóricas (BROWMAN e GOLDSTEIN, 1992; RECASENS e PALLÀRES, 2001; RECASENS, PALLARÈS e FONTDEVILA, 1997) também ressaltam que o grau de coarticulação depende dos articuladores implicados em determinado som e que efeitos coarticulatórios podem estar envolvidos na variação alofônica.

Investigamos os padrões de coarticulação entre as diferentes líquidas e as vogais no ataque complexo inferidos pelas pistas acústicas da articulação da vogal nuclear da sílaba em análise no mesmo *corpus* em que analisamos o rotacismo no ataque complexo. Para tanto, recortamos da referida amostra apenas os dados realizados exclusivamente com a lateral alveolar e a variante *tepe*. Com essa amostra, analisamos os padrões de coarticulação dos sons vocálicos e consonantais no ataque simples e no ataque complexo através do exame de detalhes acústicos da realização destes sons que possibilitam inferências sobre sua articulação, cuja metodologia passamos a detalhar na próxima seção.

## **Metodologia**

No estudo do rotacismo (COSTA, 2011), do qual retiramos os dados para a análise do presente trabalho, realizamos um experimento de produção para investigarmos o fenômeno no ataque complexo com quatro informantes, duas que realizavam rotacismo e duas que não o realizavam. O experimento consistia na leitura da frase-veículo “Digo ... baixinho” na qual inserimos 75 palavras-alvo com ataques complexos compostos pelas duas líquidas e a mesma vogal como, por exemplo, os pares *blusa/bruxa* e *classe/cravo* e distratores formados por ataques simples como, por exemplo, *bula* e *casa*. Essas frases-veículo foram apresentadas visualmente em cartões brancos e repetidas quatro vezes por cada informante. Retirando-se os distratores e eventuais perdas na gravação, obtivemos um total de 830 ataques complexos examinados acusticamente, 469 de consoante mais rótico e 402 de consoante mais lateral. Os dados foram gravados através do programa SONAR com uma taxa de amostragem do sinal a

44.100 Hz e posteriormente examinados acusticamente com o programa de domínio público PRAAT<sup>2</sup>.

Nesta análise, para investigarmos o padrão de coarticulação das líquidas com as vogais e almejando o mesmo número de dados para comparação, ou seja, termos o mesmo número de realizações de determinado som consonantal no ataque simples, no ataque complexo com a líquida lateral e no ataque complexo com a líquida tepe e com a mesma vogal nuclear da sílaba (como, por exemplo, o conjunto *pata-prato-placa*), constituímos a amostra desconsiderando os dados variáveis dos informantes que realizavam rotacismo e consideramos apenas os dados das informantes que formavam o grupo de controle e não realizaram rotacismo. Objetivávamos com o grupo de controle poder examinar possíveis diferenças e particularidades nas produções de ataques complexos entre sujeitos que realizam rotacismo e sujeitos que não realizam o fenômeno. As informantes que formavam o grupo de controle, e cujos dados analisamos neste trabalho, possuem ambas grau universitário e residem em Curitiba. A informante A tinha 38 anos e a informante B tinha 40 anos na época da coleta de dados. No recorte para a amostra desta análise, examinamos 21 palavras, que repetidas quatro vezes pelas duas informantes, totalizaram 168 dados.

Para observarmos possíveis indícios de efeitos coarticulatórios entre as líquidas e as vogais no ataque complexo, medimos os formantes das vogais nos grupos com róticos e laterais e também em ataques simples, os quais inserimos como distratores na amostra, conforme referimos anteriormente, desta maneira formando alguns<sup>3</sup> conjuntos como *pata/prato/placa*, para analisarmos as frequências de formantes das vogais nos diferentes ambientes. A extração das frequências dos formantes vocálicos através de inspeção visual e extração automática do programa PRAAT, com janela padrão de 0,025 segundos, deu-se em dois momentos: no início da vogal e em seu ponto médio. Medimos os formantes vocálicos em dois pontos para inferirmos a trajetória dos formantes na produção vocálica e não apenas o valor de um ponto estático. O ponto inicial foi estabelecido no começo da abertura vocálica e o ponto medial como a metade da duração total da vogal. As Figuras 1, 2 e 3 ilustram os pontos iniciais e mediais nos quais extraímos a frequência formântica das vogais no ataque simples, no ataque complexo com tepe e no ataque complexo com lateral.

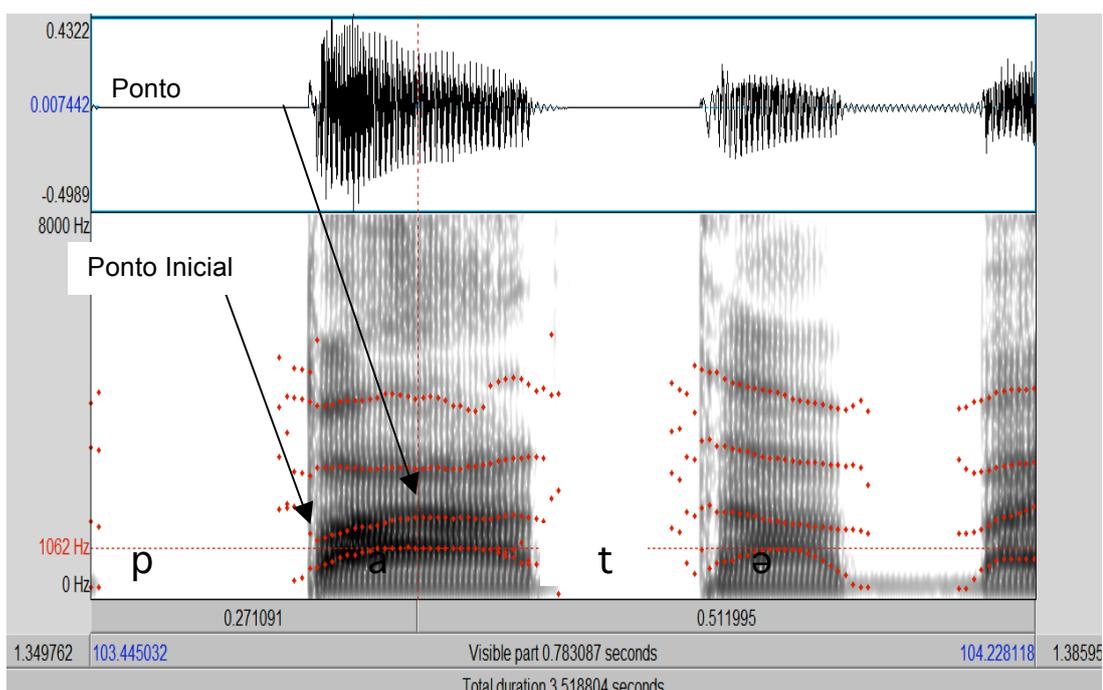
---

<sup>2</sup> Elaborado por Paul Boersma e David Weenink do Institute of Phonetic Sciences da Universidade de Amsterdam e disponível no endereço eletrônico: <<http://www.praat.org>>

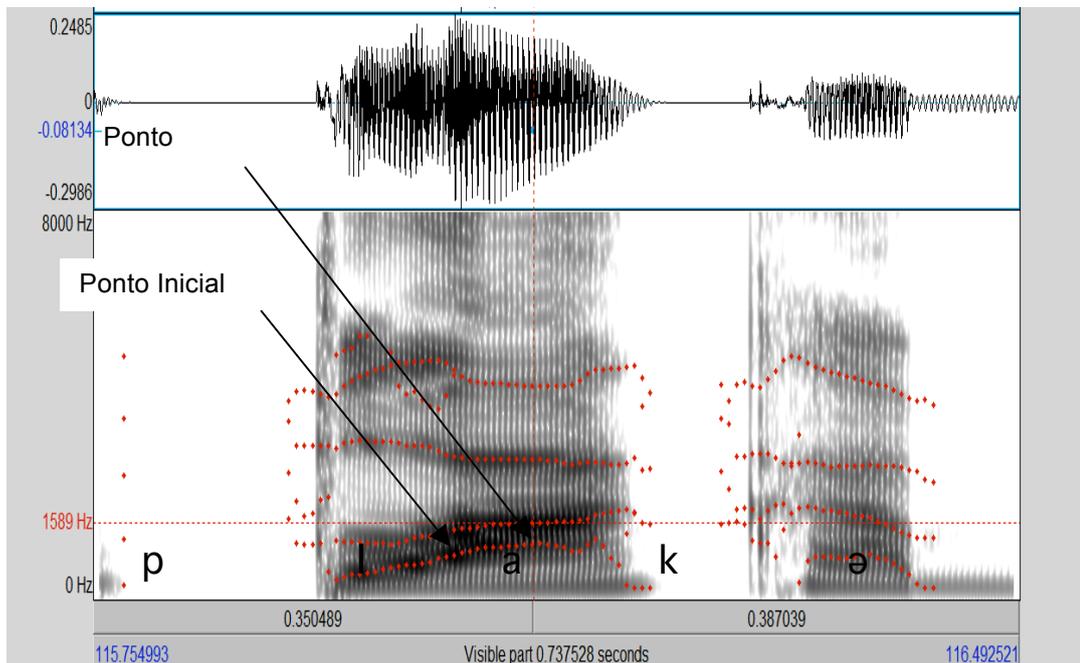
<sup>3</sup> Não conseguimos comparar todas as consoantes e vogais com as duas líquidas no ataque complexo porque, para ficarmos com uma amostra apenas com vocábulos do português e sem logatomas, inserimos palavras nas quais a vogal era seguida por um som nasal como, por exemplo, *branco* e *pronto*. Posteriormente, devido ao formante nasal, optamos por não analisar a frequência de formantes destas palavras.

Conforme Kent e Read (1992, p. 23-24), as frequências dos dois primeiros formantes estão relacionadas a diferentes dimensões da articulação vocálica. A frequência de  $F_1$  está inversamente relacionada à altura da língua, de modo que vogais altas terão uma baixa frequência do primeiro formante. Já a frequência do  $F_2$  está relacionada ao avanço da língua, de modo que seu valor aumentará conforme a anteriorização da língua. Essas correspondências acústico-articulatórias nos permitem fazer inferências sobre a articulação dos sons e conseqüentemente sobre a coarticulação a partir dos dados acústicos.

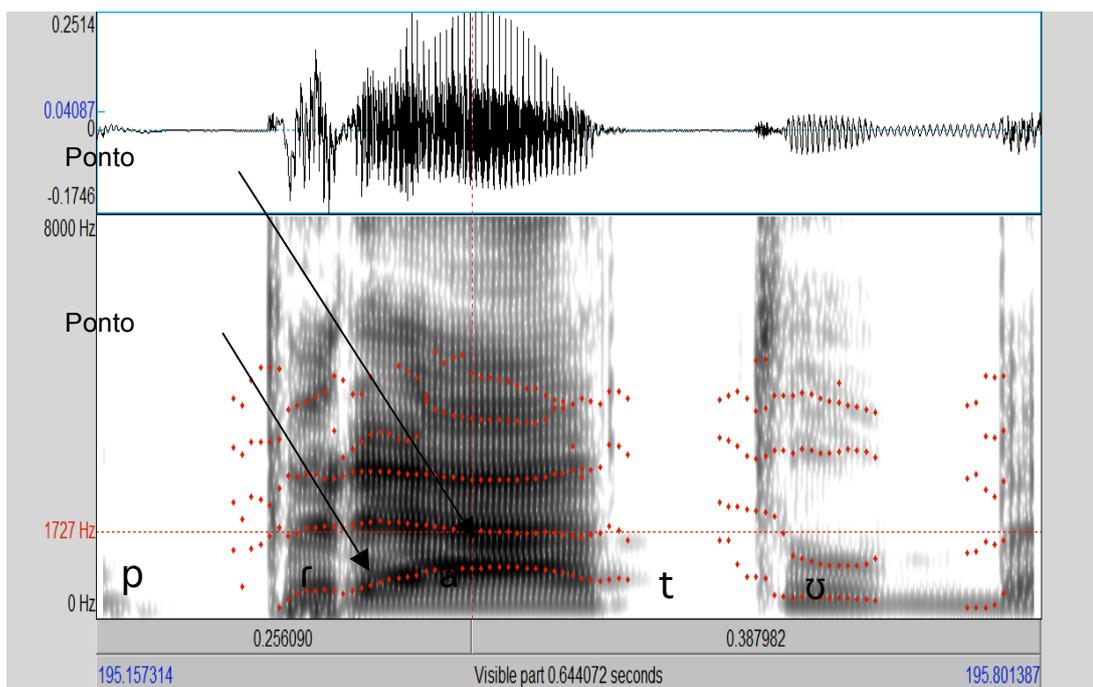
O termo coarticulação refere-se a eventos na fala nos quais o trato vocal mostra ajustes que são apropriados para dois ou mais sons (KENT e READ, 1992; PROCTOR, 2009). Estamos considerando que se dois sons são naturalmente coarticulados, devido a características próprias de articulação em sua produção, mostrarão menores efeitos na trajetória de seus formantes, mas, se a articulação sofrer maiores ajustes entre um som e outro, a trajetória dos formantes mostrará maiores efeitos coarticulatórios. Extraímos, assim, os valores dos três primeiros formantes das vogais [a, ε, u] no ataque simples, no ataque complexo com a líquida rótica e no ataque complexo com a líquida lateral. Calculamos as médias dos três primeiros formantes vocálicos de todas as realizações das palavras que permitiam a comparação entre os diferentes tipos de ataques que se encontram plotadas na Tabela 1. Na próxima seção, passamos a detalhar os resultados da análise.



**Figura 1** - Pontos inicial e medial para extração dos formantes vocálicos em *pata*



**Figura 2** - Pontos inicial e medial para extração dos formantes vocálicos em *placa*



**Figura 3** - Pontos inicial e medial para extração dos formantes vocálicos em *prato*

## Resultados da análise comparativa: anteriorização do tepe

Na Tabela 1, encontram-se as médias dos valores em Hz dos três primeiros formantes vocálicos nos pontos inicial e medial dos conjuntos comparativos de ataque simples, ataque complexo com a líquida rótica tepe e ataque complexo com a líquida lateral alveolar com a mesma vogal nuclear que pudemos analisar. Na linha do F<sub>2</sub>, em negrito e itálico, plotamos a diferença em Hz entre a média do ponto inicial e a média do ponto medial do F<sub>2</sub> da vogal nuclear do conjunto em questão. É essa variação que estamos considerando como uma pista acústica de efeitos coarticulatórios entre a vogal e os sons consonantais adjacentes.

**Tabela 1:** Médias dos formantes das vogais nos ataques simples e complexos

	Valores das		médias dos		formantes vocálicos	
	[pa] em	<i>pata</i>	[pra] em	<i>prato</i>	[pla] em	<i>placa</i>
	Início	P. médio	Início	P. médio	Início	P. médio
F <sub>1</sub>	863	1065	709	1078	816	1034
F <sub>2</sub>	1555	1720 <b>+165</b>	1836	1836 <b>+ 0</b>	1434	1682 <b>+ 248</b>
F <sub>3</sub>	2826	2844	2911	2836	3046	2866
	[pɛ] em	<i>peça</i>	[prɛ] em	<i>prego</i>	[plɛ] em	<i>plebe</i>
F <sub>1</sub>	710	789	640	763	743	787
F <sub>2</sub>	1917	2255 <b>+ 338</b>	2102	2223 <b>+ 123</b>	1918	2215 <b>+ 297</b>
F <sub>3</sub>	2765	3025	3028	3052	2996	2970
	[bu] em	<i>bula</i>	[bru] em	<i>bruxa</i>	[blu] em	<i>blusa</i>
F <sub>1</sub>	533	532	602	648	599	666
F <sub>2</sub>	915	931 <b>+ 16</b>	1428	1212 <b>+ 216</b>	1195	1143 <b>+ 52</b>
F <sub>3</sub>	3141	3216	2766	3005	3106	3200
	[ka] em	<i>casa</i>	[kra] em	<i>cravo</i>	[kla] em	<i>classe</i>
F <sub>1</sub>	857	1063	728	1079	821	1065
F <sub>2</sub>	1743	1727 <b>+ 16</b>	1940	1827 <b>+ 113</b>	1538	1780 <b>+ 242</b>
F <sub>3</sub>	2710	2663	2967	2796	2974	2893
	[ku] em	<i>curto</i>	[kru] em	<i>crua</i>	[klu] em	<i>clube</i>
F <sub>1</sub>	549	1124	626	609	576	1310
F <sub>2</sub>	952	1124 <b>+ 172</b>	1477	1044 <b>+ 433</b>	1025	951 <b>+ 74</b>
F <sub>3</sub>	2941	2725	2734	3010	2930	3176
	[fɛ] em	<i>fera</i>	[frɛ] em	<i>frete</i>	[fle] em	<i>flecha</i>
F <sub>1</sub>	709	783	685	796	684	846
F <sub>2</sub>	1997	2033 <b>+ 36</b>	2035	2225 <b>+ 190</b>	1862	2138 <b>+ 276</b>
F <sub>3</sub>	2894	3026	2978	2999	2920	2886
	[fu] em	<i>furo</i>	[fru] em	<i>fruta</i>	[flu] em	<i>fluor</i>
F <sub>1</sub>	531	546	652	661	602	630
F <sub>2</sub>	884	894 <b>+ 10</b>	1414	1326 <b>+ 88</b>	1176	1102 <b>+ 74</b>
F <sub>3</sub>	3210	3176	2819	3051	3120	3199

Considerando os dois tipos de ataques silábicos, há no geral uma menor variação entre o  $F_2$  inicial e medial das vogais no ataque simples do que no ataque complexo. Nos sete conjuntos comparativos analisados, em quatro deles a variação no ataque simples é menor do que no ataque complexo. Como referido no parágrafo anterior, estamos considerando que a variação na trajetória do formante vocálico sinaliza ajustes articulatórios, quanto maior a variação entre o  $F_2$  inicial e medial há maiores ajustes na articulação da vogal com o som consonantal anterior. Assim, podemos inferir que a coarticulação entre as obstruintes, oclusivas e fricativas e as vogais nucleares é maior no ataque simples do que entre a líquida como segundo elemento do ataque complexo e as vogais. Por exemplo, em *bula* a diferença entre a média simples dos valores do  $F_2$  inicial (915 Hz) e medial (931 Hz) é de 16 Hz, valor menor do que a diferença entre os valores da média do  $F_2$  inicial em *bruxa* (1428 Hz) e medial (1212 Hz) que é de 216 Hz.

Na comparação entre as duas líquidas, lateral alveolar e tepe, podemos observar que as médias de  $F_2$  das vogais são maiores depois do tepe, todos os dados aqui computados são desta variante, em comparação com a lateral e o ataque simples. Esse valor maior do segundo formante das vogais depois do tepe pode ser traduzido como um indício de anteriorização deste som em relação à lateral.

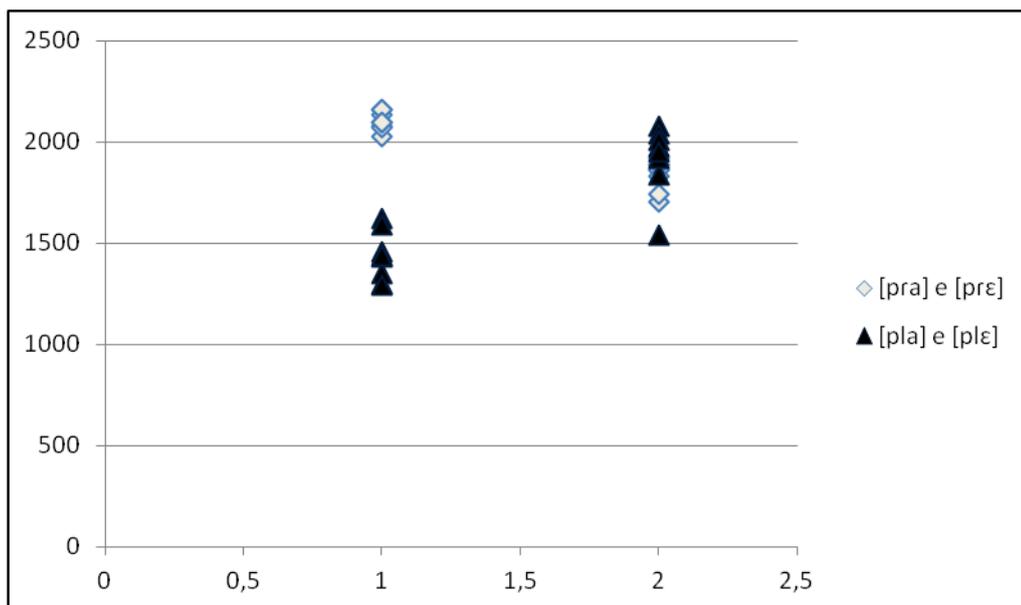
Realizamos análises de correlação para investigar nossa inferência de um valor de  $F_2$  vocálico maior diante do tepe obtida com a observação das médias dispostas na Tabela 1. A ferramenta de análise de correlação mede até que ponto duas variáveis se movimentam juntas e seus valores de coeficientes ocorrem somente no intervalo entre -1 e +1. Um coeficiente de correlação positivo indica que as variáveis estão positivamente relacionadas, ou seja, na medida em que o valor de uma variável aumenta, o de outra aumenta também. Se o valor do teste de correlação for negativo, infere-se que as variantes são contrárias, ou seja, enquanto o valor de uma aumenta, o de outra diminui. Como queremos investigar nossa hipótese de que depois do rótico o  $F_2$  das vogais aumenta em relação ao  $F_2$  depois das laterais, simbolizamos o rótico com o índice (1) e a lateral com o índice (2). Atribuímos às vogais índices numéricos em ordem crescente, de acordo com a anterioridade no trato vocal: [ɛ] como 1, [a] como 2 e [u] como 3. Considerando o modo e o ponto da primeira consoante do ataque complexo, que também pode influenciar a coarticulação, separamos os testes de correlação de acordo com a primeira consoante do ataque: oclusiva bilabial, oclusiva velar e fricativa labiodental.

Os coeficientes de correlação obtidos, de acordo com os grupos analisados, foram os seguintes: oclusiva bilabial -0,55027; oclusiva velar -0,60819 e fricativa labiodental -0,24338. Os três testes realizados, conforme o tipo de som consonantal, confirmam que há uma

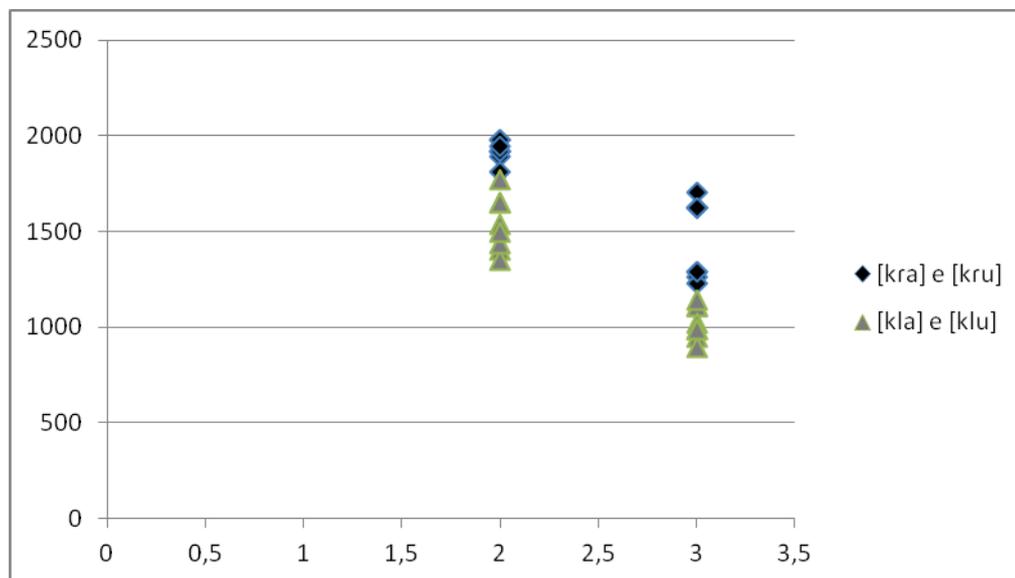
correlação negativa entre o valor do F<sub>2</sub> inicial das vogais e a líquida (/r/ = 1 e /l/=2), ou seja, conforme o F<sub>2</sub> da vogal aumenta o valor da líquida diminui, lembrando que atribuímos o índice menor (1) ao rótico tepe. Portanto os róticos aumentam o valor do F<sub>2</sub> vocálico, não importando a qualidade vocálica ou o tipo da primeira consoante do ataque. Os Gráficos 1, 2 e 3 proporcionam a visualização desse fato.

No Gráfico 1, o eixo horizontal representa a qualidade vocálica com o índice 1 representando a vogal anterior [ε] e o índice 2 representando a vogal central [a] (mesma indexação do teste de correlação). Nele, podemos visualizar o aumento do F<sub>2</sub> vocálico, valores plotados no eixo vertical, depois do tepe com a vogal anterior (índice 1) e uma diferença menor relativa ao tipo de líquida com a vogal central (índice 2). No Gráfico 2, visualizamos a correlação negativa entre o valor da vogal e o valor do F<sub>2</sub>, pois conforme o valor da vogal aumenta, com a vogal posterior [u] indexada como 3, o valor do segundo formante diminui. O Gráfico 2 é o que melhor representa o aumento da F<sub>2</sub> vocálico depois do tepe, coerente com o maior índice negativo de correlação (- 0,60819) entre o valor do segundo formante e o valor da vogal encontrado nos testes de correlação para os grupos com a oclusiva velar.

**Gráfico 1** – Correlação entre o valor do F<sub>2</sub> vocálico e o tipo de líquida com as vogais anteriores e centrais nos grupos de oclusiva bilabial

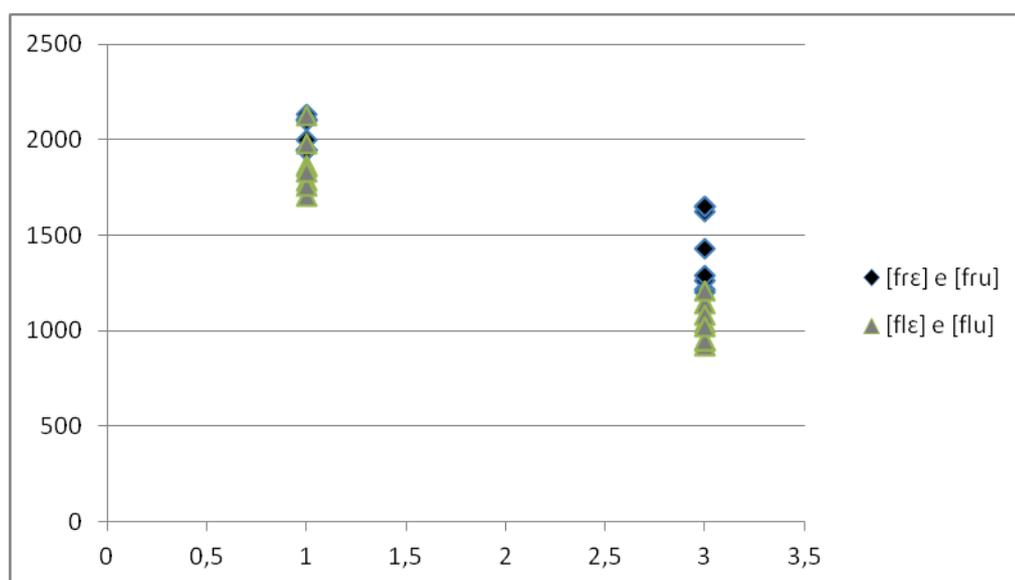


**Gráfico 2** – Correlação entre o valor do F<sub>2</sub> vocálico e o tipo de líquida com as vogais centrais e posteriores nos grupos de oclusiva velar



O Gráfico 3 demonstra o padrão diferente dos grupos com fricativa que apresentam uma correlação menor (- 0,24338) entre o aumento do F<sub>2</sub> vocálico e a anterioridade da vogal em relação aos grupos com oclusivas através da sobreposição dos dois tipos de líquida na vogal anterior.

**Gráfico 3** – Correlação entre o valor do F<sub>2</sub> vocálico e o tipo de líquida com as vogais centrais e posteriores nos grupos de fricativa labiodental



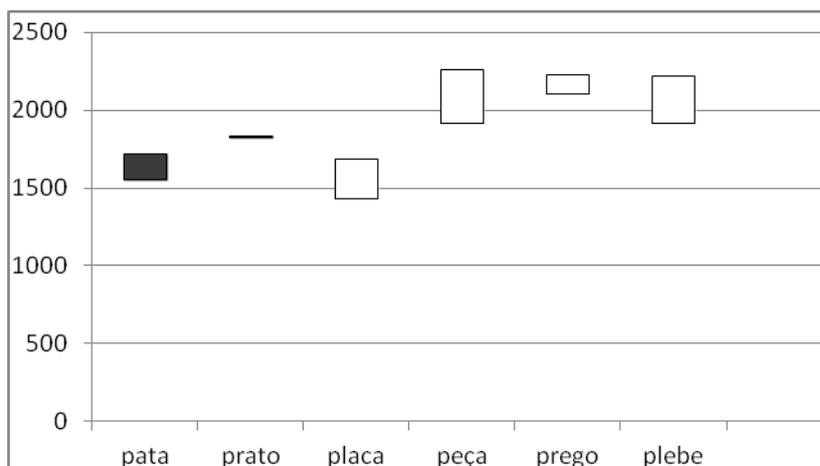
Como podemos visualizar nos Gráficos 1, 2 e 3, as pistas acústicas demonstram indícios de uma articulação mais anteriorizada do tepe em relação à lateral no ataque complexo em todos os conjuntos analisados com diferentes vogais e tipos de primeira consoante do ataque complexo.

### **Análise comparativa: efeitos coarticulatórios**

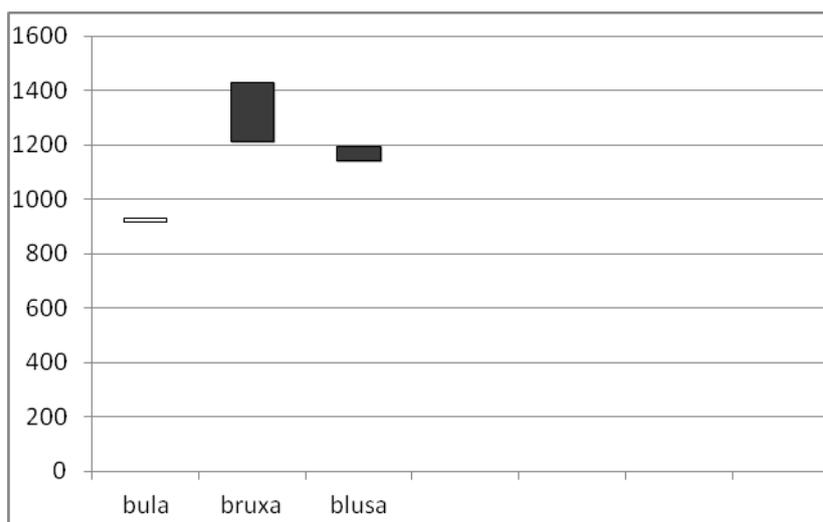
Comparando o ataque simples com o ataque complexo, através dos dados da Tabela 1, inferimos que a coarticulação entre a consoante do ataque simples e a vogal nuclear é maior do que a coarticulação entre as líquidas como segunda consoante do ataque complexo e a vogal, como referido no início da seção anterior, pois há menores efeitos coarticulatórios no ataque simples. Adicionalmente, os dados da Tabela 1 também nos revelam que há uma menor variação entre o  $F_2$  inicial e o  $F_2$  medial das vogais frontais diante do rótico em comparação com a lateral. Ou seja, as líquidas mostram maiores efeitos coarticulatórios sobre as vogais e parecem ser mais resistentes à coarticulação vocálica do que as obstruintes e, entre elas, o padrão varia conforme a qualidade vocálica, pois há também uma menor variação entre o  $F_2$  inicial e o  $F_2$  medial das vogais frontais diante do rótico em comparação com a lateral. O que pode ser considerado um indício de maior coarticulação do rótico, que possui uma articulação mais anteriorizada, com a vogal nuclear da sílaba. Nas vogais posteriores, este padrão inverte-se: o valor da variação entre o  $F_2$  inicial e medial das vogais é menor diante da lateral e maior diante do rótico, conforme podemos visualizar nos Gráficos 4, 5, 6 e 7 subsequentes.

O Gráfico 4 ilustra a variação na diferença entre o  $F_2$  inicial e medial das vogais [a] e [ɛ] com a oclusiva bilabial surda no ataque simples, no ataque complexo com o tepe e no ataque complexo com a lateral. A diferença na trajetória entre o ponto inicial e medial do segundo formante vocálico é menor nos grupos com o tepe, o que estamos considerando como um indício de maior coarticulação do rótico com as vogais centrais e frontais.

**Gráfico 4** – Variação entre o F<sub>2</sub> inicial e medial das vogais [a] e [ɛ]



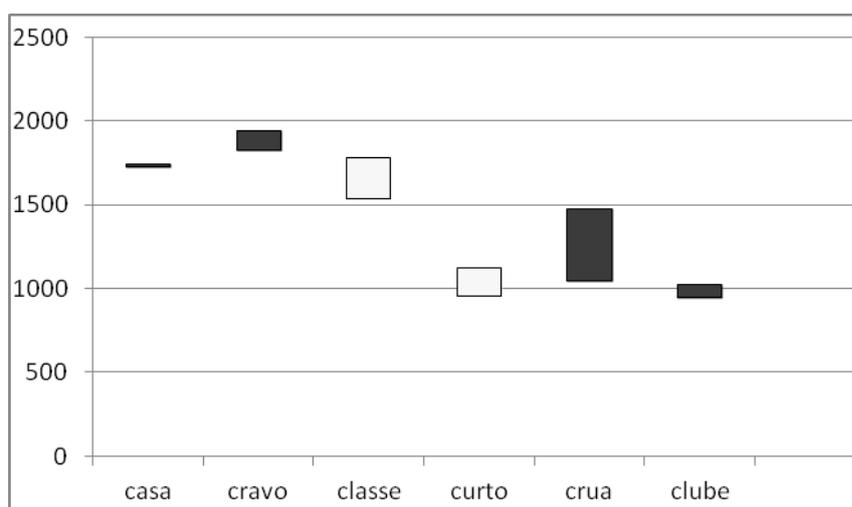
**Gráfico 5** – Variação entre o F<sub>2</sub> inicial e medial da vogal /u/



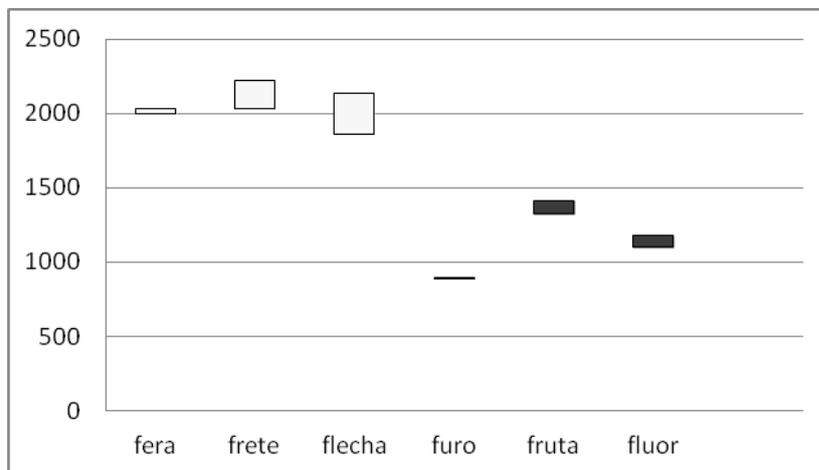
Já no Gráfico 5, podemos observar a variação na diferença entre o F<sub>2</sub> inicial e medial da vogal [u] com a oclusiva bilabial sonora no ataque simples, no ataque complexo com o

tepe e no ataque complexo com a lateral. A diferença na trajetória entre o ponto inicial e medial do segundo formante vocálico é agora menor nos grupos com a lateral, o que estamos considerando como um indício de maior coarticulação da lateral com a vogal posterior. O Gráfico 6 possibilita observar comparativamente o padrão diferente de coarticulação das duas líquidas de acordo com a qualidade vocálica. Nos conjuntos com a vogal central, a diferença entre o ponto inicial e medial do segundo formante vocálico é menor nos grupos com o tepe, indicando maior coarticulação entre esta líquida e a vogal. Por outro lado, nos conjuntos com a vogal posterior a diferença entre o ponto inicial e medial do F<sub>2</sub> vocálico é menor com a lateral.

**Gráfico 6** – Variação entre o F<sub>2</sub> inicial e medial das vogais /a/ e /u/



**Gráfico 7** – Variação entre o F<sub>2</sub> inicial e medial das vogais /ε/ e /u/



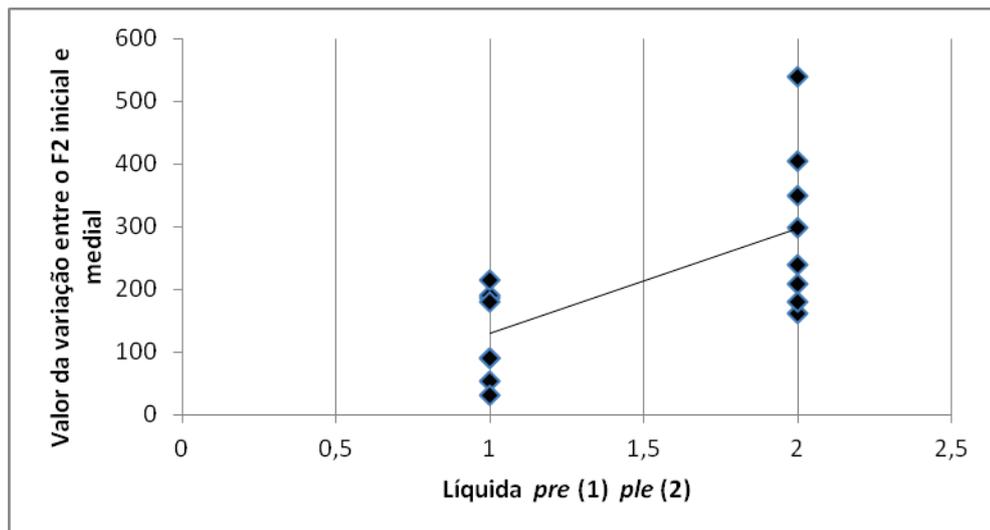
No gráfico 7, observamos que os conjuntos com a fricativa diferem um pouco do padrão observado, pois com a vogal posterior os grupos com tepe e lateral apresentam quase o mesmo valor na diferença entre os pontos iniciais e mediais do segundo formante. Mas com a vogal anterior, novamente o rótico parece coarticular mais com a vogal em comparação com a lateral.

Para verificarmos mais robustamente nossa observação do padrão de variação diferente entre o F<sub>2</sub> inicial e medial da vogal de acordo com o tipo de líquida, conforme a Tabela 1 e os Gráficos 1 a 7, e investigarmos a significância desta diferença, realizamos testes estatísticos de correlação e de análise de variância. Os resultados dos testes de correlação ratificam a variação maior entre o F<sub>2</sub> inicial e medial das vogais anteriores e centrais depois do tepe e entre o F<sub>2</sub> inicial e medial das vogais posteriores depois da lateral. Os Gráficos 8 a 13 permitem uma visualização dos resultados dos testes de correlação.

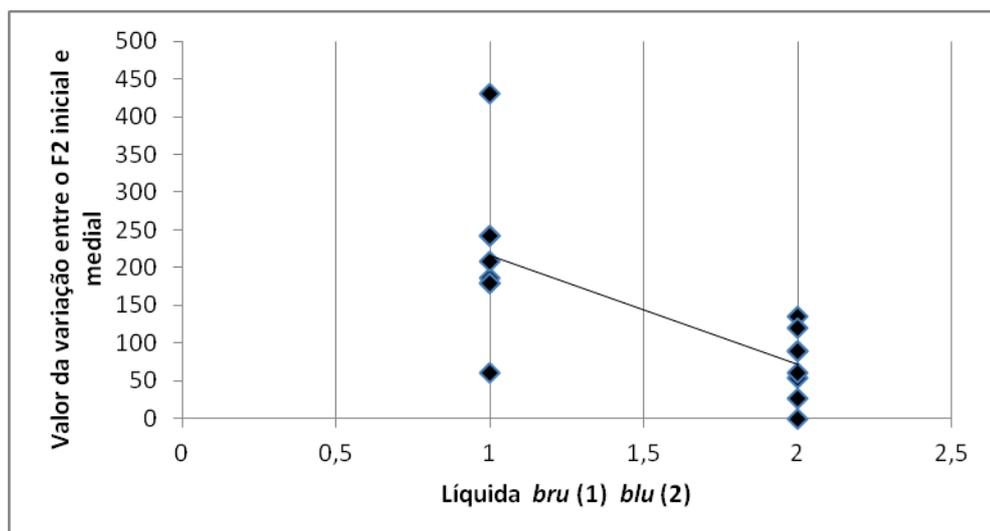
No Gráfico 8, visualizamos uma correlação positiva entre o valor da variação do F<sub>2</sub> inicial e medial da vogal anterior [ε] e da líquida lateral, indexada no teste com o índice (2), nos grupos que iniciam com a oclusiva bilabial. O teste retornou um coeficiente de 0,0655097; indicando que há uma correlação positiva entre o valor da variação e o tipo de líquida, ou seja, conforme aumenta o índice das líquidas, (1) para o tepe e (2) para a lateral, aumenta o valor da variação entre o F<sub>2</sub> inicial e medial da vogal anterior nesse grupo. Uma análise de variância ANOVA fator único com repetição (gl 15 F 12,88489 valor-P 0,002959 F

crítico 4,60011) mostrou que essa diferença é significativa, retornando um valor de F (12,88489) acima do valor do F crítico (4,60011) .

**Gráfico 8** - Correlação positiva entre a variação do F inicial e medial e o tipo de líquida nos grupos com a oclusiva bilabial e a vogal anterior

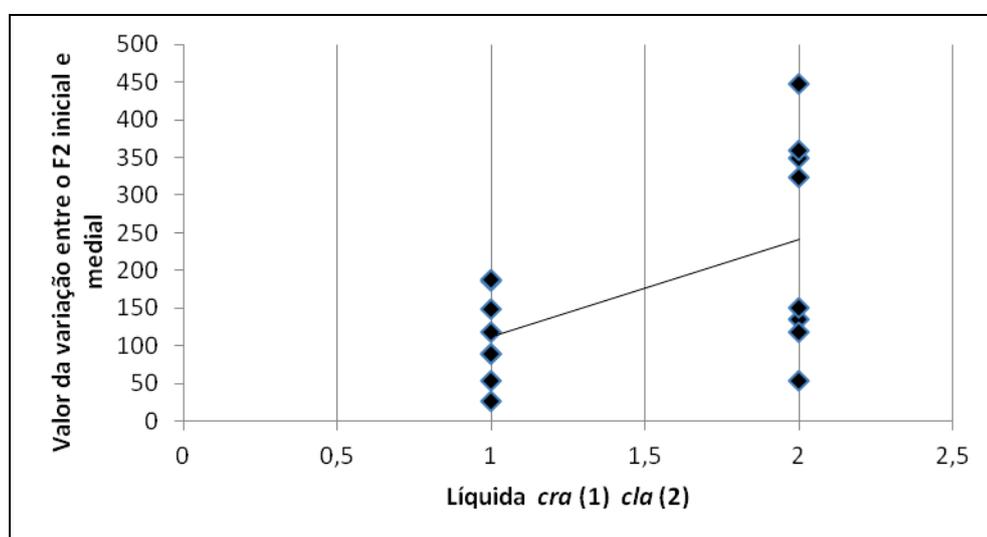


**Gráfico 9** - Correlação negativa entre a variação do F<sub>2</sub> inicial e medial e o tipo de líquida nos grupos com a oclusiva bilabial e a vogal posterior



O Gráfico 9 demonstra a correlação negativa que há entre o valor da variação entre o F<sub>2</sub> inicial e medial das vogais posteriores e o tipo de líquida nos grupos que iniciam com a oclusiva bilabial. O teste de correlação retornou um coeficiente negativo (-0,69229), indicando que conforme o valor da variação diminui o da líquida aumenta, ou seja, a variação nas vogais posteriores é maior depois do tepe. A análise de variância ANOVA (gl 15 F 10,52491 valor-P 0,00588 F crítico 4,60011) mostrou que essa diferença é significativa com o valor de F (10,52491) acima do valor de F crítico (4,60011).

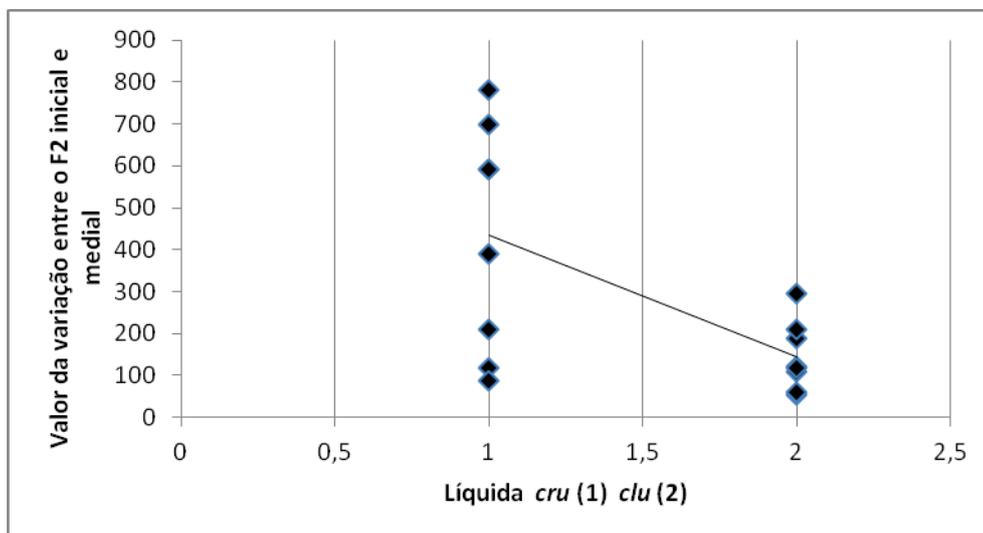
**Gráfico 10** - Correlação positiva entre a variação do F inicial e medial e o tipo de líquida nos grupos com a oclusiva velar e a vogal central



Novamente no Gráfico 10, podemos visualizar a correlação positiva, pois o teste retornou um coeficiente de 0,532922, entre o valor da variação nas vogais centrais e o tipo de líquida nos grupos iniciados com uma oclusiva velar. Nesse grupo, a análise de variância (gl 15 F 5,553237 valor-P 0,033543 F crítico 4,60011) retorna uma significância nessa variação menor do que os outros grupos com o valor de F ficando em 5,553237.

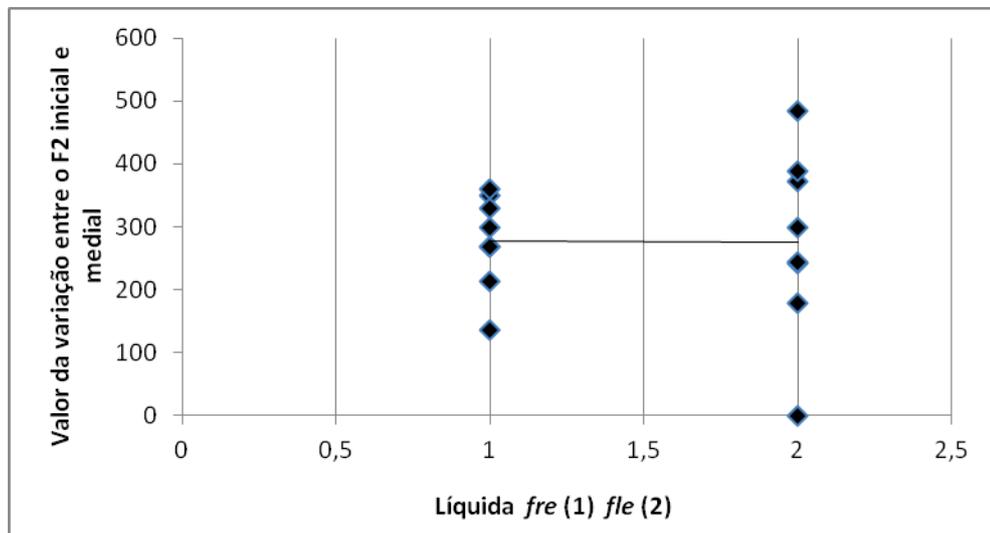
O Gráfico 11 demonstra a correlação negativa, o coeficiente do teste foi de -0,61196, entre o valor da variação do F<sub>2</sub> das vogais posteriores e o tipo de líquida. Repetindo o padrão, conforme o valor da líquida aumenta o valor da variação diminui, ou seja, o valor da variação nos vogais posteriores diminui com a líquida lateral. Nesse grupo de oclusiva velar, a significância foi maior com o valor de F ficando em 8,381974 (gl 15 F 8,381974 valor-P 0,011754 F crítico 4,60011).

**Gráfico 11** - Correlação negativa entre a variação do F<sub>2</sub> inicial e medial e o tipo de líquida nos grupos com a oclusiva velar e a vogal posterior

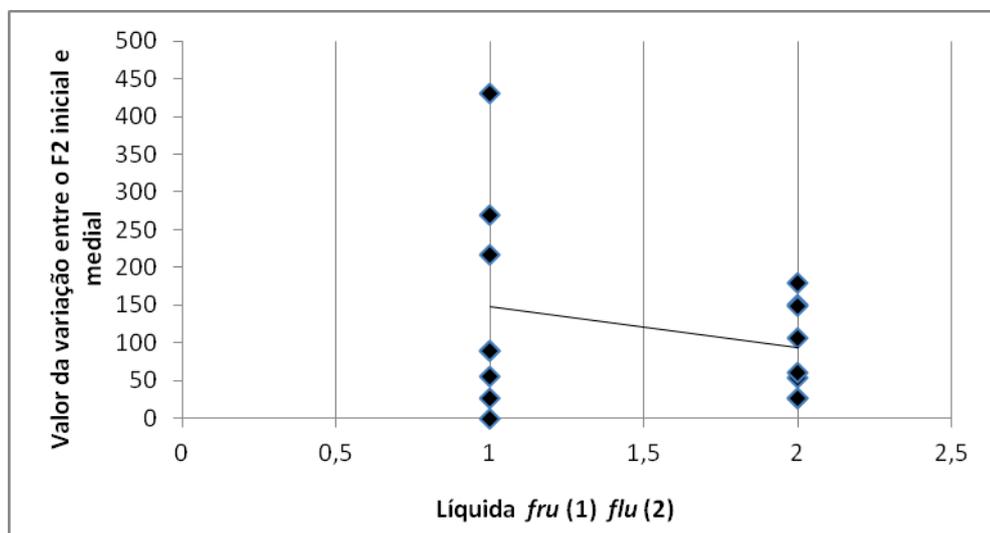


Os Gráficos 12 e 13 mostram novamente que, assim como nas médias de valor do F<sub>2</sub> vistas anteriormente, os grupos que iniciam com uma consoante fricativa não repetem o padrão encontrado nos grupos iniciados com oclusivas. No Gráfico 12, visualizamos uma correlação quase nula, o teste retornou um coeficiente de  $-0,000763$ , entre o valor da variação do F<sub>2</sub> inicial e medial da vogal anterior [ɛ] e o tipo de líquida. A significância dessa variação (gl 15 F 0,000763 valor-P 0,978355 F crítico 4,60011) também é desprezível, ficando o valor de F (0,000763) abaixo do valor de F crítico (4,60011). Já o Gráfico 13 mostra uma pequena correlação negativa, o coeficiente do teste ficou em  $-0,024486$ , entre o valor da variação no F<sub>2</sub> das vogais posteriores e o tipo de líquida nos grupos iniciados com a fricativa bilabial (gl 15 F 0,892934 valor-P 0,360708 F crítico 4,60011).

**Gráfico 12** - Correlação entre a variação do F inicial e medial e o tipo de líquida nos grupos com a fricativa labiodental e a vogal anterior



**Gráfico 13** - Correlação entre a variação do F inicial e medial e o tipo de líquida nos grupos com a fricativa labiodental e a vogal posterior



Esse padrão inverso na diferença dos valores de  $F_2$  diante das líquidas deve-se à própria articulação dos sons, pois segundo Recasens e Pallàres (2001) e Recasens, Pallarès e Fontdevila (1997), o grau de coarticulação depende dos articuladores envolvidos em determinado som bem como da posição silábica. Examinando dados eletropalatográficos de contato dorso-palatal e pistas acústicas do  $F_2$  vocálico em sequências VCV compostas pelas vogais [ i , a ] e sete consoantes do Catalão, os autores propõem um modelo de coarticulação

lingual baseado em restrições articulatórias que chamam de DAC – *Degree of Articulatory Constraint*. Este modelo assume que a magnitude e a extensão temporal de coarticulação vocálica e consonantal são determinadas por suas diferentes propriedades articulatórias e, em particular, o grau de envolvimento do dorso da língua no fechamento ou formação da constrição. A antecipação da atividade do dorso de língua, essencial nas vogais, está ligada ao envolvimento deste articulador na produção consonantal. Por exemplo, nos dados do Catalão, a oclusiva velar e a lateral velar seriam maximamente restritivas à coarticulação com as vogais adjacentes porque há considerável envolvimento do dorso da língua em suas produções. Por outro lado, a oclusiva bilabial seria minimamente restritiva à coarticulação vocálica por justamente não envolver o dorso em sua produção. Ao analisarmos a coarticulação entre determinados sons, temos portanto que considerar características de suas produções articulatórias.

A lateral no português brasileiro é caracterizada por uma articulação coronal e dorsal, como atestam seus fenômenos de vocalização em coda silábica, o que poderia explicar sua maior coarticulação com as vogais posteriores. Quanto ao tepe, seu padrão de coarticulação pode ser explicado por sua natureza intervocálica. Trabalhos descritivos baseados em análises acústicas (NISHIDA, 2009; SILVEIRA E SEARA, 2008) apontam a presença de um elemento vocálico anterior ao tepe o que caracteriza sua natureza intervocálica. Sendo o rótico mais anteriorizado, conforme indícios acústicos dos valores maiores de  $F_2$ , sua articulação pode ser mais sincronizada com as vogais anteriores. Tal hipótese confirma-se com indícios dos valores de  $F_2$  da Tabela 1: as maiores diferenças entre o  $F_2$  inicial e medial da vogal nuclear diante do tepe acontecem com as vogais posteriores.

## **Considerações Finais**

Nesse trabalho, investigamos a coarticulação entre os sons consonantais e vocálicos no ataque complexo através de inferências sobre a articulação dos sons obtidas pelas pistas acústicas de trajetória dos formantes vocálicos, especificamente do  $F_2$ . A observação dos valores das frequências de formantes mostrou que as médias de  $F_2$  das vogais são maiores diante do tepe, comparadas com a lateral e o ataque simples, o que pode ser considerado um indício de anteriorização do som rótico. Há também uma menor variação entre o  $F_2$  inicial e medial das vogais frontais diante do rótico em comparação com a lateral, mas diante das vogais posteriores esse padrão inverte-se. Faz-se interessante ampliar os dados em análise de

maneira a incorporar mais tipos de som consonantal como primeiro elemento de um ataque complexo e investigar o padrão divergente das fricativas na coarticulação com as vogais.

## Referências

- BOERSMA, P.; WEENIK, D. *PRAAT doing Phonetics by Computer*. University of Amsterdam Versão praat5342\_win32zip Disponível em: <<http://www.praat.org>. Acesso em: 02/04/2013
- BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory phonology: an overview. In: *Phonetica*, 49, 1992, p. 155-180.
- COSTA, L. T. *Abordagem dinâmica do rotacismo*. 2011. 200p. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- KENT, R.; READ, C. *The Acoustic Analysis of Speech*. San Diego: The Singular Publishing, 1992.
- NISHIDA, G. *A natureza intervocálica do tap*. 2009. 170p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- PROCTOR, M. I. *Gestural characterization of a phonological class: the liquids*. Tese de doutorado. New Haven, Connecticut: [s.n.] 2009. Disponível em: <<http://mproctor.net>>
- RECASENS, D.; PALLÀRES, M. D. Coarticulation, assimilation and blending in Catalan consonant clusters. In: *Journal of Phonetics*, Volume 29, p. 273-301, August 2001.
- RECASENS, D.; PALLÀRES, M. D.; FONTDEVILA, J. A model of lingual coarticulation based on articulatory constraints. In: *Journal of Acoustic Society American*, Volume 102, n 1, p. 544-561, July 1997.
- SILVA, T. C. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SILVEIRA, F.; SEARA, I. Vogal de apoio em grupos consonantais CCV no português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. VII, p. 27-48, jan.-jun. 2008.

# DOMÍNIO DE REFERÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO GRAMATICAL: O INDEFINIDO, O INESPECÍFICO E O INDETERMINADO

Luiz Francisco Dias  
Emiliana da Consolação Ladeira

**Resumo:** O texto analisa o fenômeno sintático denominado indeterminação do sujeito gramatical sob a ótica da semântica da enunciação. Especificamente, o artigo desenvolve uma reflexão sobre a virtualização da referência, a partir da distinção entre expressões que não definem ou especificam o referente, daquelas que não o determinam. Em função dessa análise, formula-se um quadro de síntese, no qual três domínios de referência são apresentados para explicar o fenômeno da indeterminação, caracterizado, do ponto de vista da enunciação, como projeção de uma identidade referencial na cena enunciativa.

**Palavras-chave:** Indeterminação do sujeito. Referência. Enunciação e gramática.

**Abstract:** The text carries out an analysis of the syntactic phenomenon known as the indetermination of the grammatical subject, from the perspective of enunciation semantics. The article specifically develops a reflection on the virtualization of reference, based on the distinction between expressions that do not define or specify the referent from those that do not determine it. According to this analysis, a summarizing table was formulated, in which three reference domains are presented to explain the phenomenon of indetermination, characterized from the point of view of enunciation, as the projection of a referential identity in the enunciative scenario.

**Keywords:** Indetermination of the subject. Reference. Enunciation and Grammar.

## Introdução

Os avanços dos estudos da Semântica da Enunciação têm nos permitido uma compreensão de aspectos do funcionamento da língua pouco explorados até pouco tempo atrás. No campo da gramática, há vastos terrenos a serem examinados, no sentido de compreender com mais profundidade o papel da significação na constituição das articulações sintáticas. O estudo dos fundamentos semânticos da articulação sintática do português tem sido o nosso principal viés de pesquisa nos últimos dez anos. As investigações estiveram

---

· Pesquisador do CNPq e Professor Associado IV da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ldias@ufmg.br

· Professora da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), Barbacena, Minas Gerais, Brasil. E-mail: emilianaladeira@yahoo.com.br

sempre fundamentadas em uma perspectiva enunciativa dos fatos da significação que oferecem suporte à constituição dos lugares sintáticos do português.

Trabalhamos com a tese segundo a qual a enunciação é o acontecimento do dizer em que uma atualidade cruza com uma memória (GUIMARÃES, 2002). Nessa perspectiva, o acontecimento do dizer é motivado pelo significar, ou seja, por sua pertinência em relação à atualidade do dizer. Essa pertinência, portanto, não é contraída na relação direta entre a formulação linguística e uma realidade referida. Com efeito, quando elaboramos uma unidade qualquer, seja enunciado ou texto, retomamos e evocamos enunciados anteriores. Há dessa maneira um “já enunciado” que se instala no acontecimento da enunciação. Esse “já enunciado” constitui a instância dos discursos evocados ou modificados na enunciação. Segundo Achard (1999: 17), a enunciação deve ser tomada como “operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso”. Quando fazemos referências a entidades exteriores à linguagem, já significamos essas entidades, na relação entre a atualidade da instância do referir e a memória, de ordem discursiva, que permite situar a referência nas coordenadas históricas em que o sujeito da enunciação se encontra.

A língua funciona de modo a proporcionar essa relação entre a memória e a atualidade do dizer. O funcionamento da língua se dá pela relação que as formas linguísticas em latência contraem com o domínio de memória no acontecimento. As formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade, que se apresenta heterogênea nas diversas abordagens. Os lugares sintáticos se constituem em palcos desse cruzamento entre memória e atualidade.

A sintaxe é um campo cruzado pelas regularidades dos lugares sintáticos (ou funções sintáticas. Nesse sentido, a unidade sintática se constitui pela relação entre uma anterioridade de formas que funcionaram regularmente como sustentação de outras unidades e uma demanda de formação de uma unidade advinda do acontecimento enunciativo. Os lugares sintáticos se formam em diferentes modos nessa relação.

Neste estudo, vamos abordar o lugar sintático “sujeito”, especificamente, o funcionamento de uma regularidade que se instala nesse lugar conhecida como sujeito indeterminado.

Como toda regularidade, ela apresenta formas reconhecíveis nas línguas. No Português, o sujeito indeterminado pode se apresentar em sentenças como as que se seguem:

- (1) Esqueceram de mim
- (2) Alguém ligou a TV e saiu da sala

- (3) Quem viu minhas sandálias?
- (4) Precisa-se de motorista

De diferentes formas, seja com o verbo na 3ª pessoa do plural (1), seja pela presença de um pronome indefinido no lugar do sujeito (2 e 3)<sup>1</sup>, ou mesmo do uso do “se” em determinados verbos no singular (4), há uma virtualização dos agentes de *esquecer*, *ligar*, *ver* e *precisar*, nas quatro sentenças. Essa virtualização caracteriza-se como projeção de uma identidade na cena em que nasce a sentença. Com efeito, nas temporalidades em que as sentenças de (1) a (4) ganham pertinência, a identificação de referentes apresenta-se como não conhecida (1 e 2), como uma demanda de identificação (3) ou não se coloca como pertinente (4). Em todos eles, porém, virtualiza-se a referência.

Vamos abordar a questão da virtualização da referência, a partir da diferença entre três conceitos: o indefinido, o inespecífico e o indeterminado. Tendo em vista essa diferença, vamos formular um *continuum* entre a definitude e a indeterminação. Por fim, proporemos um conceito para o “sujeito indeterminado”, com base numa semântica da enunciação.

### **A indeterminação: ampliando horizontes**

Tomemos a seguinte sentença:

- (5) Bateram à porta.

Ela representa uma situação comunicativa em que não se explicita quem bateu à porta. Porém, numa observação mais atenta, confrontando com as que se seguem, podemos perceber que há uma diferença na espécie ou qualidade, e até mesmo na “quantidade”, dessa falta de determinação do referente. Dizer (5) não tem o mesmo efeito de sentido atribuído a

- (5a) Eles bateram à porta.
- (5b) Alguém bateu à porta.
- (5c) Um certo alguém bateu à porta.

---

<sup>1</sup> As gramáticas tradicionais em geral não consideram (2) e (3) como sentenças em que ocorre o fenômeno do sujeito indeterminado. Do ponto de vista de uma Semântica da Enunciação, nas quatro sentenças, ocorre a virtualização referencial. Daí agruparmos todas elas no mesmo paradigma de sujeito gramatical.

- (5d) Um desconhecido bateu à porta.  
 (5e) Bater à porta é sinal de boa educação.  
 (5f) Diz que bater à porta é sinal de boa educação<sup>2</sup>.

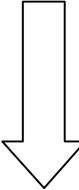
Em (5), a indeterminação é mais ampla e abrangente. Poderia ocupar o lugar de sujeito referentes animados com traços tanto /+ humano/ quanto /-humano/. Em (5a), mesmo com o aparecimento do pronome ocupando materialmente o lugar do sujeito, esse continua indeterminado, mas percebemos uma delimitação e uma possibilidade de se recuperar o referente desse sujeito, seja ele /+ ou – humano/, como mostram (5') e (5'').

- (5') Os meninos da rua bateram na porta.  
 (5'') Os galhos da árvore bateram na porta.<sup>3</sup>

Já em (5b) e (5c), o traço /- humano/ é descartado como passível de ser o referente. Mas ainda assim, esse “alguém” pode ser qualquer pessoa, seja ela conhecida ou não. Portanto, o grau de indeterminação desse sujeito torna-se menor. Em (5c), ainda que percebamos a indeterminação, o adjetivo “certo”, fecha um pouco o círculo de abrangência dos elementos que poderiam ser os referentes da expressão. E se observarmos (5d), o escopo de definitude de referência do sujeito indeterminado torna-se menor ainda. Isso nos autoriza a dizer, em um primeiro momento, que temos uma escala de indeterminação que vai da mais abrangente a menos abrangente em relação ao escopo de possibilidades de referência de um sujeito indeterminado.

Assim, poderíamos formular o seguinte quadro:

**Quadro 1** - níveis de indeterminação

+ indeterminado  - indeterminado	(5e) Bater à porta é sinal de boa educação. (5f) Diz que bater à porta é sinal de boa educação. (5) Bateram à porta. (5a) Eles bateram à porta. (5b) Alguém bateu à porta. (5c) Um certo alguém bateu à porta. (5d) Um desconhecido bateu à porta
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<sup>2</sup> Enunciado informal, empregado principalmente em situações de oralidade.

<sup>3</sup> Essa construção, embora não concorde com o que diz a GT, por causa da preposição *em*, é a mais utilizada pelos falantes do PB.

Podemos perceber que o preenchimento (ocupação material) do lugar do sujeito indeterminado não é só um caso de perda da característica de língua *pro-dop*<sup>4</sup>. Se assim fosse, o preenchimento não estaria tão condicionado às cenas enunciativas, como estamos vendo agora. Há um fator que não está no nível formal (material) da sentença que autoriza ou não o emprego dos elementos passíveis de ocupar o lugar do sujeito indeterminado, mantendo o sentido indeterminado.

O preenchimento ou não do lugar do sujeito indeterminado estaria em função do grau de indeterminação que se revela como efeito do enunciado com um todo. Daí a nossa hipótese de que existem enunciações em que pronomes e expressões deixam as sentenças + indeterminadas e outras - indeterminadas. Dessa maneira, podemos delinear categorias de indeterminação, de acordo com os seus modos de enunciação. Assim, em

(6) **Alguém** quebrou a viola de Pedro

(7) – Quando **você** faz alguma coisa ruim, você é castigado!

(8) Quando **nós** decidimos por algo, temos que assumir as consequências dessa decisão também

(9) - Meninos, prestem atenção nesse exemplo: se **eu** pego o hidrogênio e misturo ao oxigênio o que é que **eu** tenho?

(1) **Diz que** manga com leite faz mal

(10) Fique atento! **A gente** nunca sabe onde essas coisas vão parar

(11) Comprei um carro novo. **Eles** fizeram um preço ótimo

os constituintes da sentença em destaque estão ocupando o lugar do sujeito. Portanto, eles deveriam representar, referenciar um “alguém que” *quebrou, faz, decidimos, pego, diz, sabe e fizeram*, respectivamente, no âmbito da relação entre a linguagem e a exterioridade. Porém, o que percebemos é que esse “alguém que” não tem uma identidade definida. É apenas uma virtualidade. É a projeção de uma identidade e esta não tem definitude, como condição de se produzir efeitos de identificação.

No mesmo grupo das sentenças anteriores, podemos incluir as apresentadas por Dias (2009, p. 23)

---

<sup>4</sup> A teoria gerativista traçou parâmetros de análise e um deles é o denominado Parâmetro do Sujeito Nulo ou Parâmetro *pro-dop*. Ele permite distinguir, dentre as línguas, aquelas que permitem um sujeito foneticamente nulo (caso do Português em, p.e., *Falaram mal de você; Trovejou muito ontem; Comprei um carro*) e aquelas que não permitem tal construção (caso do Inglês, do Francês em, p.e., *It rains; Il pleut*).

- (i) Cantando na chuva
- (ii) Vencido pela ilusão
- (iii) Esqueceram de mim
- (iv) Matou a família e foi ao cinema<sup>5</sup>

As quatro sentenças são títulos (de filmes ou reportagens). Porém, há uma diferença entre elas e as anteriores: embora também projetem uma identidade, realizam essa projeção sem identificá-la. Essas sentenças são etiquetas. Em (i) e (ii), a sentença está ao mesmo tempo formulada para não identificar o desencadeador da cena; é um designador por inteiro. Essa forma de construção apreende o conjunto das cenas e a etiqueta num filme, num quadro, numa cena. Já (iii), apesar de também ser título, não puxa a etiquetagem, porque tem uma marca de pessoa (mim), portanto não há a neutralidade da voz. A sentença constitui a virtualidade da fala de um personagem. Entretanto, cria-se certo suspense em relação à formação nominal que ocuparia o lugar de sujeito nela. Em (iv) percebemos também esse efeito de suspensão de direcionamento referencial. Isso foi feito para criar a virtualidade do lugar que não fora ocupado. Se fosse *Jovem adolescente matou a família e foi ao cinema*, perder-se-ia a etiquetagem, porque a sentença se tornaria narrativa e não haveria o problema da identificação. A suspensão das possibilidades de constituição da base de definitude no espaço do grupo nominal cria uma demanda de identificação em outros espaços de enunciação que não o material, o da sentença.

Essas observações nos autorizam a determinar outro fator para a ocupação do lugar do sujeito indeterminado em sentenças do português brasileiro. Há situações enunciativas em que a definitude da identidade do sujeito é postergada. Para tal, lança mão de construções que, embora indeterminadas, aparecem com o lugar de sujeito ocupado materialmente, mas também não apresentam referência definida. Sabemos que a discursividade, através da memória das enunciações e da história dos dizeres, é capaz de atualizar, pelo acontecimento, um enunciado.

### **Específico e Definido: proposta de (re)conceituação**

---

<sup>5</sup> As sentenças (i) a (iv) são os exemplos (10) a (13) de Dias (2009:23), respectivamente.

O que nos parece até aqui é que há uma necessidade de se discutir uma diferença fundamental, que se instala entre o “específico” e o “definido”. Tudo indica que um termo ou conceito não pode ser tomado pelo outro. Tanto é assim que podemos ter especificidade sem ter definitude na formação nominal. Ao dizer ***O cachorro que amanheceu triste** passou por aqui* fica claro que estou especificando o cachorro, mas não há um encapsulamento da expressão a ponto de provocar uma definitude configurada em nome, tal qual se encontra em ***O menino que nasceu morto** será enterrado hoje*. A expressão tem uma definitude tal que há um fechamento, um encapsulamento em um substantivo capaz de designar toda a expressão: *natimorto*. A definitude está relacionada com essa capacidade de encapsular, de fechar uma unidade léxica para um efeito de apreensão referencial; há um envolvimento com o substantivo, uma marcação de sentido no próprio termo quando se constitui a formação nominal. Já a especificação não tem uma pontuação do sentido em si mesma; não há a definitude, embora seja marcada uma carência de referenciação na formação nominal. Exemplos disso são os pronomes indefinidos “alguém”, “ninguém”, “nenhum”, “todos”, “tudo”. Eles marcam uma especificidade, mas não uma definitude; não nomeiam coisa alguma. Logo, podemos estabelecer uma relação entre definitude e substantivo (encapsulamento) e especificação e pronomes, que poderia ser assim representada:

$$\frac{\text{definitude}}{\text{substantivo}} = \frac{\text{especificação}}{\text{pronomes}}$$

Por sua vez, em

(12) Um desconhecido usou o telefone

(13) Alguém usou o telefone

(14) Um certo alguém usou o telefone

encontramos diferenças significativas em relação às formações nominais que ocupam o lugar do sujeito. Em (12), “desconhecido” encapsula porque nomeia um determinado grupo que foi recortado de um universo de todas as pessoas que teriam potencialidade e/ou capacidade para usar o telefone, muito embora, apesar de produzir essa informação, ainda assim procura saturação também. Isso porque o referente ainda não foi apontado com determinação. O grupo

de *desconhecido* ainda é amplo. O encapsulamento e a saturação seriam alcançados se se dissesse: *O amigo do Luís Carlos usou o telefone*. Mesmo se *O amigo do Luís Carlos* fosse pertencente ao grupo dos desconhecidos para os interlocutores, ainda assim haveria um apontamento, uma referência. Portanto, com a formação nominal *um desconhecido* ainda há a busca pela saturação. Em (13), não encontramos esse encapsulamento, porque a referência é para ser projetada e a sua saturação está mais na dimensão pragmática, porque os pronomes sempre buscam a saturação numa ancoragem, como p.e.: *A mãe havia proibido o uso do telefone pelos filhos. Descobrimo que sua ordem foi desobedecida e até já sabendo quem o fizera, diz: alguém usou o telefone*. É um recorte, e a definitude não acontece no sintagma nominal, mas fora dele. E, em (14), também não ocorre o encapsulamento, e há também uma projeção da identidade da formação nominal; porém, percebemos uma maior eficácia no apontamento dessa referência, sendo mesmo percebida uma intensificação na projeção dessa identidade com o intuito de saturá-la. Repetindo a mesma cena descrita acima, se a mãe dissesse *Um certo alguém usou o telefone*, a eficácia de apontamento do referente seria maior que em (13). Reforçando:

(15) Alguém chegou.

(16) Um certo alguém chegou.

Considere-se uma situação em que duas pessoas estejam em casa e ouvem o barulho da porta se abrindo. Uma faz a constatação para a outra: *Alguém chegou*. Esse enunciado nos permite inferir que se trata da chegada de uma pessoa da qual não se tem conhecimento exato de quem seja. Já a formulação *Um certo alguém chegou* nos possibilita pensar que se trata de uma pessoa esperada. Nesse caso, a formação nominal sujeito pode produzir, conforme a sua cena enunciativa, um efeito de surpresa, de desprezo, etc. Assim, no enunciado (16) observamos uma ancoragem prévia na memória, na história dos dizeres desse enunciado que nos possibilita ver uma referência mais restrita que (15). Poderíamos até dizer que ambas as sentenças são indeterminadas, pois seus sujeitos assim o são, mas em função da situação enunciativa, percebemos que (16) é mais específica que (15).

Sabendo que a ancoragem pode ser feita também na memória, relembremos

(11) Comprei um carro novo. Eles fizeram um preço ótimo.

em que o pronome “eles” não retoma nem o comprador, nem o objeto comprado. Porém, se ancora numa memória que prevê todo o processo, o funcionamento da compra de um carro novo que envolve várias pessoas (comprador, vendedor, gerente, despachante), bem como instituições (concessionária, fábrica, delegacia de trânsito). O pronome “eles”, num processo de ancoragem na memória, retoma tudo isso. É um gesto de retrospectiva. Esse pronome não tem, para nós, o mesmo valor de referência, de ancoragem ou de definitude que

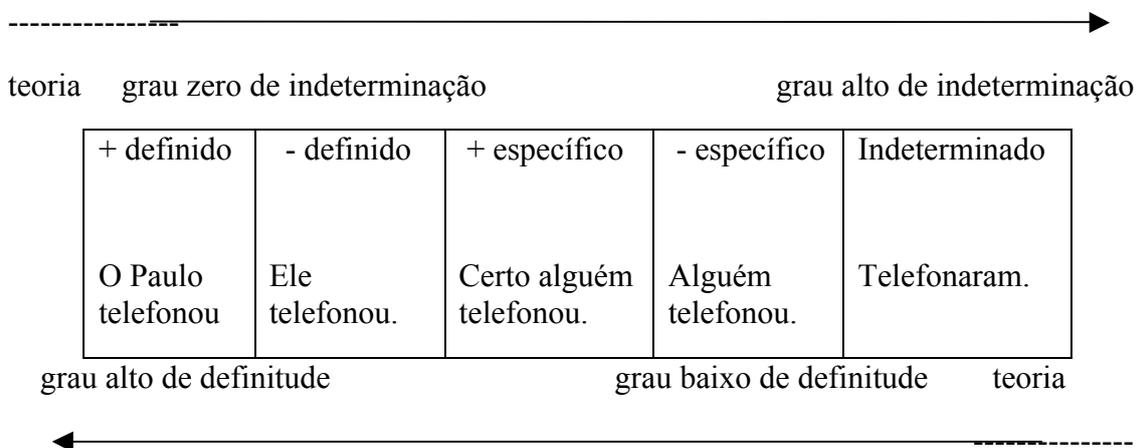
(17) Eles falam que carro zero é que é bom.

Quando se tem a ancoragem, ao usar, por exemplo, “alguém”, a definitude precisa sair da formação nominal. No enunciado *Alguém pode me ajudar ?* é possível estabelecer um escopo de definitude para o termo “alguém” no caso de uma cena enunciativa que evidencia o grupo de pessoas que se encontram naquele lugar, naquele momento. Mas pode também não estabelecer esse escopo de definitude se considerarmos a cena com uma pessoa que se encontra em um lugar deserto e está perdida e em sinal de desespero grita: *Alguém pode me ajudar?* O domínio de referência aqui é muito mais amplo, é aberto para todos e quaisquer que puderem ouvir o grito. Porém, quando a formação nominal sujeito não é aberta para todos e quaisquer, a definitude não precisa sair dela ou da cena enunciativa. A própria formação nominal produz algum grau de definitude em si mesma ou, quando muito, na situação de uso da sentença. Repetindo a primeira cena exemplificada acima, se a pessoa dissesse *Um certo alguém pode me ajudar?*, com certeza haveria um grau de definitude maior que o uso só do “alguém”. Haveria um direcionamento, um apontamento para um elemento específico presente na situação em que a cena foi vivenciada e que estaria sendo convidada ou convocada a ajudar o falante.

Há sempre uma busca da saturação semântica dos enunciados. Há um ponto de partida que leva o falante a dizer (12), (13) ou (14). Esse ponto de partida pode ser, p.e., o falante ter ou não presenciado, visto a cena. Caso isso seja afirmativo, ele poderá dizer (12) ou (14), mas se não tiver visto ou presenciado, a sua escolha será por (13). Inclusive em (13) podemos ter um referente que não seja necessariamente /+humano/. Pode o falante ter percebido o uso, porque o telefone estava fora do lugar habitual e isso ter sido provocado pelo gato da família que pulou sobre a mesa do telefone e o tirou do lugar de sempre. Caso esse fosse um evento comum (o gato pular sobre a mesa e retirar os objetos de seus devidos lugares), ele passaria a compor o campo de memória e seria estabelecida uma relação com o acontecimento

enunciativo, capaz de fazer com que o falante dissesse (13) e isso fechasse a demanda de saturação do referente.

Em função das reflexões feitas até aqui, faz-se necessário retomar os conceitos de definido e de específico. É possível concluir que “definido” e “específico” não podem ser usados um pelo outro quando se trata de formação nominal sujeito. É possível ser específico, ter um grau maior ou menor de especificidade e não ser definido. E a definitude, por sua vez, se dá de diferentes formas como já vimos anteriormente. Dessa forma, podemos estabelecer um *continuum* entre esses conceitos:



O nosso *continuum* não teria um início delimitado. A formação nominal que encerra o referente a partir da definitude constituída pelos seus próprios termos não existiria. Ela só poderia ser concebida teoricamente. A sentença cujo sujeito encontra o seu referente exatamente no campo da formação nominal seria um marco entre o enunciado e a teoria que se aproximaria do fechamento da definitude: Esse seria, ao mesmo tempo, a ponta de dois níveis: grau zero de indeterminação e grau alto de definitude. *O Paulo Telefonou*, por exemplo. Quando se fizer necessário recorrer a outra sentença ou à materialização da cena enunciativa para que se possa identificar o referente, dizemos que há definitude, mas ela está ancorada em algo. *O Paulo não veio. Ele telefonou*. Estaríamos no segundo nível, que se caracteriza pela definitude, mas com grau menor. Também necessitando de ancoragem, temos o terceiro nível. Porém, essa ancoragem não é mais possível ser feita na sentença; ela será feita na cena enunciativa. Perde a característica de definitude, mas ainda assim é capaz de especificar um referente. Em *Certo alguém telefonou*, devido à presença do modificador ‘certo’, delimita-se o escopo de referência para o termo *alguém*. Não é todo e qualquer

“alguém” presente na cena que poderá ocupar esse lugar. Não havendo a presença do modificador, caminhamos para o quarto nível que é o – específico. Nele, o escopo de referência também é na cena enunciativa, mas com uma abrangência maior, mas não totalmente indeterminada ainda, pois se percebe que foi um elemento com características também específicas, como p.e., o traço /+ humano/. *Alguém telefonou*. Essa construção se diferencia de *Telefonaram*, porque na última a abrangência do campo de referência é muito larga. Pode ser mais de um referente, pode ser uma instituição (um locutor falando em nome dela). Não há como definir nem especificar o referente que ocupará a posição de sujeito. Ele existe e sua identidade é completamente projetada e não identificada, definida ou especificada. Esse nível seria, ao mesmo tempo, o de grau mais alto de indeterminação e o de grau baixo de definitude, já que os graus máximos são teóricos, não são manifestados no enunciado.

A partir dessa discussão, propomos uma redefinição desses conceitos, levando em conta que eles atuam em um *continuum* com cinco níveis cujos extremos são a definitude de um lado e a indeterminação de outro, tendo como intermediário o nível da especificidade. Assim, definido é o referente passível de ser recuperado e plenamente identificado e especificado no nível da sentença. E indeterminado é o referente cuja identidade é projetada na sentença. Esse referente indeterminado pode estar ou não representado materialmente na sentença e isso se dará em função da necessidade de deixá-lo + ou – especificado.

### **O pronome “eles”: ancoragem e/ou indeterminação**

Retomemos a discussão a respeito do pronome “eles” em (11) e (17), pois é pertinente estabelecer a diferença entre o uso desse pronome em ancoragem ou como indeterminador. No português brasileiro, a forma material é a mesma.

(18) Os meninos chegaram. **Eles** fazem muito barulho.

(11’) **Eles** fizeram um preço ótimo.

(19) **Eles** cuidam bem dessa cidade.

Em (18) temos um exemplo de definitude em ancoragem. O pronome ‘Eles’, por anáfora, retoma “os meninos”. A ancoragem se dá no nível do fio textual. Já em (11’), temos também um exemplo de ancoragem, mas ela se faz, não no nível da sentença, mas num outro

plano, o simbólico; ela se dá na memória. No entanto, em (19), não há ancoragem. O que há é uma indeterminação do referente. Mas é possível projetar a identidade desse “eles”, que pode ser “os garis”, “as autoridades”, “o departamento de limpeza urbana”, “os ambientalistas”, “as ONGs da cidade” e tantas outras possibilidades. Mas a demanda de saturação desse referente não nos impede de fazer a sentença ganhar sentido, pois nem tudo tem que ser dito na textualidade. Ela se constitui com fundamentos no discurso. A textualidade não precisa dizer tudo, porque ela tem um discurso que a sustenta e, a partir dele, somos capazes de projetar uma identidade para sentenças como (19). Aqui também temos um escalonamento cujo grau mais alto de demanda de saturação do sujeito é o da indeterminação e o mais baixo é o da definitude em núcleo.

(18)	(11')	(19)
Definitude em núcleo	ancoragem	indeterminação

→→                      →→

Nesse quadro, podemos dizer que as sentenças clamam por uma saturação de seu sentido e que ela pode estar no nível material ou no nível projetado. A saturação ocorre, mas ela pode se dar em diferentes escalas, conforme demonstrado no esquema acima. Quando a demanda de definitude é saturada, temos um grau zero de demanda, a qual chamamos de definitude em núcleo. Quando a definitude não ocorre na sentença, temos um grau alto de demanda de saturação e esta será buscada em outro nível, o simbólico. Chegamos assim à indeterminação. Como meio termo, temos a demanda resolvida não na própria sentença, mas na textualidade que a contém. A demanda de saturação será resolvida na ancoragem, seja ela no âmbito da cena enunciativa na qual a sentença se encontra, ou no nível da memória, como já demonstrado anteriormente.

### **Sentenças indeterminadas e a relação com a negatividade**

Outro aspecto para análise da constituição do lugar de sujeito indeterminado e que merecerá nossa atenção trata da forma recorrente de se considerar esse sujeito como “faltante”, como incompletude, é reforçado pela própria derivação da palavra. O prefixo “-in”

já nos remete a essa ideia de negação, de não existência, de falta, de não ocupação, de não presença.

De acordo com nossa perspectiva, a linguagem se constitui nos planos do material e do enunciável. Não há “falta”. O lugar do sujeito é preenchido, mas não no nível material da sentença. Nesse sentido, a ausência material não significa inexistência. Ao se dizer

(20) Quebraram a janela da sala de reunião

o lugar do sujeito existe e sua configuração é projetada para um *alguém* que não aparece no nível material da sentença. A ausência é constitutiva do significado e, caso necessite se recuperar o referente, recorre-se ao âmbito em que ele é totalmente presente: o nível da enunciação. Neste caso, a identidade, que fora somente projetada, ganha definitude. Tendo em vista razões que já apontamos anteriormente em nossas reflexões, materializa-se essa identidade, a qual era apenas projetada. Quando é assim, lança mão dos diversos recursos no léxico para tal, como também nós e outros estudiosos já mostramos. Essa maneira de apresentação do sujeito indeterminado (como forma presente materialmente na sentença) tem sido, inclusive, bastante proeminente na Língua Portuguesa. Diante desse quadro desenvolvido, propomos definir uma nova forma de se definir o sujeito indeterminado em função de todas essas considerações e reflexões. Não cabe mais tratar esse tipo de sujeito como ausente, como faltante, com essa relação com a negatividade.

### **Redefinição do conceito de indeterminação**

Retomemos algumas sentenças já apresentadas anteriormente e juntemos a outras igualmente coletadas para a presente análise.

(10) Fique atento! **A gente** nunca sabe onde essas coisas vão parar

(11) Comprei um carro novo. Eles fizeram um preço ótimo.

(21) “Se **você** quer passar no vestibular, **você** precisa se juntar a nós.”

(22) “**Nós** nunca **chegaremos** a lugar algum, se não observarmos os preceitos divinos.”

Os lugares de sujeito estão materialmente ocupados pelos termos destacados. Isso não significa que o referente desses sujeitos esteja definido. A indeterminação desses referentes é notada. As suas identidades estão projetadas e a representação material dessa identidade não garante uma ancoragem na sentença ou na cena enunciativa, a fim de que se possa resolver a demanda de saturação da identidade. Considerando esse aspecto, a classificação desses sujeitos segundo a proposta das gramáticas tradicionais nos coloca algumas questões. Ela nos diria que eles são sujeitos simples, determinados. Essa postura não nos parece adequada. A partir disso, tomamos a teoria da enunciação e propomos redefinir o conceito de sujeito indeterminado tomando-o como um **sujeito projeção**. O sujeito projeção é aquele cuja identidade está projetada no nível simbólico da sentença. Pode ou não vir nela materializado e essa materialização será representada por diversos itens lexicais, selecionados de acordo com a cena enunciativa e determinados por um efeito de maior ou menor especificação da identidade do referente.

As formas usadas para a ocupação material do sujeito indeterminado nas sentenças do português brasileiro são várias e elas não são as mesmas para todas as situações enunciativas. Há uma seleção dessas formas para explicitar o grau de definitude e a abrangência do referente, o que foi por nós demonstrado através do *continuum* proposto para os graus de indeterminação e para o escalonamento das formas de definitude.

### **Considerações finais**

A partir de uma perspectiva de base enunciativa, refletimos sobre questões importantes sobre a semântica do sujeito indeterminado e propusemos uma redefinição da nomenclatura e do conceito tradicional.

Com isso esperamos ter mostrado que o lugar sintático sujeito é recortado por uma demanda de saturação referencial. A regularidade da constituição do sujeito projeção, enquanto tipologia caracterizada por uma virtualização referencial, abriga potencialmente um jogo de identificação que se constitui na relação entre a atualidade da instância do referir e a memória discursiva.

## Referências

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, p. 11-21, 1999.

DIAS, L. F. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), Campinas, v.51, p. 7-30, 2009.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

LADEIRA, E. C. *O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa*. Dissertação de Mestrado Inédita. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

# A INFLUÊNCIA DA PREDICAÇÃO NAS LEITURAS PLURAIS E SINGULARES DOS TERMOS COLETIVOS: UM ESTUDO EMPÍRICO

Mahayana C. Godoy<sup>1</sup>

**Resumo:** Tradicionalmente, o estudo da semântica de termos coletivos se preocupou em discutir a natureza da diferença – extensional ou intensional – entre coletivos e termos plurais (e.g., LINK, 1983; LANDMAN, 1989; BARKER, 1992). Embora não seja nossa intenção propor um modelo formal para tratar a semântica dos coletivos, propomos a realização de dois experimentos cujo objetivo é discutir a seguinte questão: até que ponto a leitura – singular ou plural – que fazemos de um termo coletivo é determinada por predicacões atribuídas a esse termo? Os resultados do nosso primeiro experimento demonstram que a interpretação que fazemos de um coletivo como “time” se dá, em grande parte, pelo tipo de predicacão a ele atribuída. Entretanto, nosso segundo experimento falha em mostrar uma possível influência dessa predicacão no processamento de pronomes plurais que retomem a pluralidade denotada pelo coletivo. Conforme discutimos, esse conjunto de dados não apenas identifica forte influência do predicado na caracterização dos coletivos, mas também abre espaço para revisitarmos estudos sobre o processamento do pronome plural, questionando sua validade como ferramenta metodológica para investigar aspectos próprios à pluralidade dos coletivos.

**Palavras-chave:** Coletivos. Predicacão distributiva. Pronome plural. Anáfora conceitual.

**Abstract:** The task to study the semantics of collective nouns has traditionally focused on the extensional or intentional differences between collective and plural nouns (e.g., LINK, 1983; LANDMAN, 1989; BARKER, 1992). Although developing a new model to deal with the semantics of collective nouns is not our goal here, we propose two experiments to investigate the following question: how verbal predicates can determine the way we perceive the plurality of a collective noun? Results from our first experiment indicate that the way we interpret a collective noun such as “team” is determined, to a great extent, by its predicate. However, as data from a second experiment show, this influence from the predicate does not interfere in the online processing of plural pronouns that supposedly refer back to the members of a group denoted by these collective nouns. Combined, this set of data indicates a strong influence of verbal predicates on the characterization of collective nouns, and, at the same time, allows us to explore previous work on the processing of plural pronouns, questioning its status as an appropriate methodological tool to assess issues regarding the intrinsic aspects of the semantics and plurality of collective nouns.

**Key-words:** Collectives. Distributive predicates. Plural pronouns. Conceptual anaphora

## Introdução

---

<sup>1</sup> PPG-Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, Campinas-SP, Brasil. Apoio Fapesp 2010/50092-0. E-mail: mahayanag@gmail.com.

Intuitivamente, um termo coletivo pode ser encarado como o designador das duas faces de uma mesma moeda. De um lado, um coletivo parece determinado, pelo menos em partes, por propriedades de seus membros. ‘A meninada’, por exemplo, pressupõe certa coesão entre os membros que constituem a entidade designada – que, esperamos, será um agrupamento de garotos e garotas. Ao mesmo tempo, é fácil perceber que a identidade de um coletivo vai além da simples soma das propriedades de seus membros. Em uma situação hipotética em que o técnico da seleção brasileira ganhasse o campeonato mundial convocando todos os jogadores do São Paulo, os jornais do dia seguinte dificilmente estampariam “São Paulo ganha a Copa do Mundo”, e isto se deve ao fato de a seleção brasileira e o time do São Paulo terem identidades próprias que não são intercambiáveis, a despeito de quem sejam seus membros.

Nesse artigo, exploraremos essas e outras características semânticas dos termos coletivos, ao mesmo tempo em que nos perguntamos como o aspecto dúbio desses termos, que são ora plurais, ora singulares, pode influenciar o processamento linguístico. Embora esse não seja um estudo na área da semântica, entendemos que uma de suas virtudes é a apresentação de evidências empíricas para as discussões feitas por semanticistas sobre o comportamento de termos coletivos. Essa característica de nosso trabalho se torna mais aparente na descrição e condução de um primeiro experimento, do qual nos ocuparemos na seção 2, que corrobora com dados robustos nossa hipótese de que as diferentes predicções que um coletivo recebe determinam o modo como o leitor representa mentalmente aquele coletivo e, em última instância, cria expectativas acerca do conteúdo subsequente da sentença.

Com base nesse primeiro experimento, conduzimos um segundo, descrito na seção 3, em que testamos como a predicção do termo coletivo pode influenciar o processamento *online* de trechos posteriores da sentença. Conforme discutiremos na seção final, nossa escolha metodológica ao eleger o processamento de pronomes plurais cujo antecedente é um coletivo (e.g., “o time estava cansado e eles pararam para beber água”) para investigar o fenômeno pode não ter sido a mais adequada. Uma revisão da literatura sobre processamento de pronomes plurais nos ajuda a explicar tanto os nossos dados, que falham em capturar qualquer influência da predicção de termos coletivos no processamento *online* de sentenças, quanto os dados prévios – e contraditórios – que estudos psicolinguísticos produziram sobre o processamento desse tipo de anáfora pronominal.

Antes de descrevermos as características e finalidades específicas de nossos experimentos, convém olharmos com mais atenção para os aspectos semânticos de termos coletivos a fim de embasarmos melhor nossas hipóteses. A seguir, na primeira seção desse trabalho, procuraremos caracterizar os coletivos como termos distintos dos plurais, mas com os quais partilham a característica de poderem servir como argumento a uma predicção distributiva.

## **Leituras plurais e singulares de termos coletivos: o papel de predicados institucionais e distributivos**

Talvez o exemplo mais famoso na literatura semântica sobre os termos coletivos seja o dos dois comitês compostos pelos mesmos membros, mas que, ao mesmo tempo, não são o mesmo comitê (LANDMAN, 1989). Para ilustrar esse exemplo, imaginemos que João e Paulo sejam os únicos membros do Comitê de Ética de uma universidade, e, ao mesmo tempo, os únicos membros do Comitê de Boas Vindas aos Alunos Estrangeiros. Se, cumprindo suas funções como membros deste último comitê, João e Paulo vão ao aeroporto receber os alunos vindos de outros países, podemos considerar verdadeira a sentença (1), mas isso não implicaria assumir que (2) também satisfaz as condições de verdade.

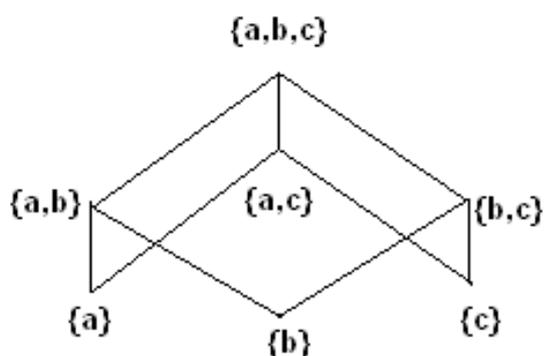
- (1) O Comitê de Boas Vindas foi ao aeroporto.
- (2) O Comitê de Ética foi ao aeroporto.

O motivo para tanto, como mencionamos em nossa breve introdução, é que a identidade de dois grupos, diferentemente do que acontece com conjuntos, não se esgota na sua extensionalidade, ou seja, nos membros que os compõem. Em outras palavras, como ilustra o exemplo, dois comitês formados por exatamente os mesmos membros não são o mesmo comitê.

Ao tratar dessa dubiedade entre uma coleção de membros e os critérios necessários para estabelecer a identidade de grupos, o primeiro passo dado pelos semanticistas tem sido se perguntar o que denota, afinal, um termo coletivo, dado que o problema de identidade que acabamos de ver demonstra que eles não podem simplesmente denotar a soma de um conjunto de indivíduos (se assim o fosse, bastaria termos os mesmos membros para termos o mesmo comitê). As respostas a essa pergunta tendem a contrastar a denotação desses termos com as de termos plurais e singulares, buscando definir até que ponto tal comparação é viável. De um lado, há teorias que já propõem uma diferença extensional entre plurais e coletivos, asseverando que a denotação destes últimos é, em algum sentido, singular (SCHWARZSCHILD, 1996; BARKER, 1992). Para outros, termos coletivos são inerentemente intensionais, e é preciso fazer uma clara diferença entre extensão e intensão se quisermos lidar com os dados que sugerem que a denotação destes termos é plural ou singular (PEARSON, 2011; LANDMAN, 1989).

Há inúmeros estudos que tratam de aspectos da semântica dos termos coletivos, mas não é o foco desse artigo se dedicar a essa questão extensamente. O objetivo dessa seção é expor algumas das particularidades de expressões que designam coletividades frente a termos plurais e singulares, sem a pretensão de criar modelos teóricos que deem conta de explicar exhaustivamente o comportamento de termos coletivos. Nesse contexto, nosso principal interesse é demonstrar que predicções atribuídas a coletivos podem influenciar significativamente a leitura que fazemos deles, ora ressaltando seu aspecto plural, ora focando a singularidade do grupo.

A proposta de Link (1983) sintetiza de maneira clara alguns dos pontos que queremos abordar. Para explicar como coletivos diferem de termos plurais e singulares, o autor recorre ao seu modelo de reticulados, postulado a fim de explicar a diferença (extensional) entre a denotação de expressões plurais e singulares. Considerando que o tratamento semântico-formal dado a nomes comuns como “jogador” prevê que estes denotam um conjunto de indivíduos, Link propõe uma análise dos termos plurais que diferencia conjuntos de indivíduos da soma de indivíduos que seria denotada por um nome plural. Assim, enquanto “jogador” denota o conjunto de todos os jogadores, o termo “jogadores” denota um conjunto que, por meio de uma operação, resulta na soma dessas entidades. O tipo de estrutura proposta por Link para dar conta dos termos plurais e de massa é o que se conhece matematicamente como reticulado, em que estão expressas todas as somas possíveis para um determinado conjunto. Supondo um conjunto de 3 jogadores – a, b e c – temos, além de sua soma total, suas somas parciais. Essas somas são organizadas, em um reticulado, da seguinte maneira:



**Figura 1** - Reticulado para três indivíduos: *a*, *b* e *c*

No exemplo acima, além dos jogadores a, b e c, temos as suas somas intermediárias ( $\{a, b\}$ ,  $\{a, c\}$ ,  $\{b, c\}$ ) e o seu supremo, que é a soma de todos os seus átomos ( $\{a, b, c\}$ ). Considerando que os termos plurais denotam somas de indivíduos, perguntamo-nos, então, qual é a denotação de

termos coletivos como “time”, “ganguê”, “banda”, etc. Eles certamente denotam, também, indivíduos plurais, mas não da mesma maneira pela qual os plurais o fazem<sup>2</sup>. A fim de ilustrar as diferenças entre os termos coletivos e termos plurais, consideremos uma formação do time do São Paulo cujos jogadores sejam Rogério Ceni, Luís Fabiano, Lucas (...) Ganso. Se um time fosse apenas uma soma de indivíduos, então a leitura das sentenças abaixo teria que ser a mesma nos dois casos.

- (3) Rogério Ceni, Luís Fabiano, Lucas (...) Ganso jogaram muito bem.
- (4) O time do São Paulo jogou muito bem.

Entretanto, em (4), a denotação de “o time do São Paulo” ainda é a mesma se Lucas não participar do jogo em questão; já em (3), caso Lucas não jogue, a denotação muda. Destes exemplos, tiramos a conclusão de que, em primeiro lugar, *um coletivo não é simplesmente a soma de seus indivíduos*. Além disso, a denotação de um coletivo não depende dos átomos específicos que o compõem. É por isso que podemos dizer, sem problemas, que o time do São Paulo foi campeão mundial em 1991 sem que isso implique que, naquela época, Rogério Ceni fosse um de seus jogadores.

Para formalizarmos essa diferença, retomemos o exemplo de dois comitês, o Comitê de Ética (CE) e o Comitê de Boas-vindas aos Alunos Estrangeiros (CB), ambos formados pelos mesmos membros que, por sua vez, atendem pelo nome de Paulo (p) e João (j). Para utilizarmos a mesma linguagem formal que Landman (1989), se assumíssemos que um comitê denota a soma de seus membros, poderíamos concluir que

$$(5) p + j = CE = CB.$$

No entanto, ao tomarmos a expressão em (5) como verdadeira, devemos, então, concordar que as sentenças (1) e (2), que apresentamos novamente abaixo, sejam igualmente verdadeiras.

- (1) O Comitê de Boas Vindas foi ao aeroporto.
- (2) O Comitê de Ética foi ao aeroporto.

---

<sup>2</sup> Ressaltamos que o modelo de Link (1983) não é o único a tratar da semântica dos termos coletivos e nem o que cumpre a tarefa com mais contentos. Resenhamos brevemente a proposta do autor apenas para que fiquem claras as diferenças entre coletivos e plurais, e para que possamos, mais adiante, introduzir a relevância da escolha de predicados específicos para ressaltar a pluralidade ou singularidade de termos coletivos. Para uma revisão sobre a semântica dos coletivos, recomendamos a leitura de Schwarzschild (1996); para uma visão diferente sobre a natureza extensional ou intensional desses termos, recomendamos a leitura de Landman (1989), que trata a o assunto através da inserção de novos elementos na ontologia.

Para lidar com esta questão, Link (1983) propõe que a termos como “time” e “comitê” seja dado um tratamento diferente do dispensado aos plurais. Nesta perspectiva, o autor assume que grupos são compostos por indivíduos que se associam em razão de uma certa característica (como ser um jogador); através dessa característica, o grupo ganha uma identidade própria, independente de suas partes. Deste modo, acrescenta-se ao seu modelo para plurais a seguinte regra sintática:

Se  $\alpha$  é um termo, então  $\uparrow\alpha$  e  $\downarrow\alpha$  são termos

Onde  $\uparrow$  é uma função que transforma somas puras (os termos plurais) em átomos impuros (os coletivos), e  $\downarrow$  é uma função que nos permite, a partir de um átomo impuro, chegar a uma soma pura. Desse modo, considerando novamente o exemplo dos comitês CE e CB, temos que  $\uparrow(p + b)$  corresponde à soma  $p + b$  quando esta sofre a operação de formação de grupos. De modo similar, pode-se assumir que  $\downarrow CE = \downarrow CB = p + b$ , uma vez que, neste caso, o comitê passa por um processo de especificação de seus membros.

Outros trabalhos também buscam explicitar operações através das quais um grupo, visto como entidade singular, remete a uma coletividade plural (BARKER, 1992). Já o processo pelo qual um conjunto de indivíduos forma uma entidade una, com identidade própria, é frequentemente associado à existência de um conjunto de propriedades comuns que aqueles indivíduos partilham (CRUSE, 1985; LANDMAN, 1989). Como o objetivo desse trabalho é investigar como a leitura que fazemos de termos coletivos é moldada, em última instância, por sua predicação, precisamos definir dois tipos distintos de predicados a serem usados em nosso estudo empírico. Para tanto, lançamos mão de dois tipos de predicados que parecem selecionar, cada um deles, uma face dos termos coletivos que Link captura com suas funções de formação de grupo e especificação de membros. Analisemos os casos abaixo:

- (6) O time foi fundado em 1998.
- (7) O time sentou para ouvir o treinador.

Em (6), o predicado “foi fundado” não pode, de forma alguma, ser aplicado aos membros de uma coletividade, mas deve tomar como argumento a entidade singular que “o time” denota. O time deste predicado não é, portanto, uma coleção de indivíduos, mas uma instituição com identidade própria que independe de seus membros. Entretanto, não se pode assumir que quem se sentou, no exemplo (7), tenha sido essa instituição com identidade própria, mas sim seus jogadores. Observando a relação que parece se estabelecer entre estes verbos e as possíveis denotações do

termo coletivo, seguimos certos procedimentos para classificar o que chamaremos de predicados institucionais e predicados distributivos, que nos permitem, por fim, criar contextos em que a face institucional ou plural de um coletivo esteja em evidência.

A fim de garantir uma leitura singular do termo de grupo como vemos em (6), selecionamos predicacões que só poderiam tomar como argumento um coletivo se ele fosse interpretado como uma instituição singular. Assim, substituir “o pelotão” por “os soldados”, em (8b), torna a sentença semanticamente anômala, uma vez que os membros de um pelotão não podem receber a predicacão da oraçãõ.

(8a) Por causa de operações desastradas, o pelotãõ foi dissolvido.

(8b) \*Por causa de operações desastradas, os soldados foram dissolvidos.

Os predicados verbais similares aos das sentenças em (8a-b) chamamos de *predicados institucionais*. Sãõ predicados verbais que tomam como argumento apenas as instituições denotadas pelo termo coletivo, e nunca seus membros. Por outro lado, alguns dos predicados comumente chamados de distributivos – designaçãõ que manteremos aqui – predicam claramente os membros de uma coletividade. Predicados distributivos sãõ aqueles que agem sobre uma pluralidade distribuindo sua predicacão a cada um de seus membros. É o caso do verbo “dormir” em “Os meninos dormiram”. Neste caso, é permitido, sem prejuízo para a gramaticalidade da sentença, que se substitua o termo plural (“os meninos”) por um termo que designe uma das partes dessa pluralidade (“o menino”). Ao tratarmos da interaçãõ destes predicados com coletivos, diferentemente do que vemos em (8), o sujeito da sentença em (9a) pode ser substituído por “o soldado” ou “os soldados” sem que isso ocasione problemas para sua gramaticalidade.

(9a) Por causa de operações desastradas, o pelotãõ foi preso.

(9b) Por causa de operações desastradas, os soldados foram presos.

(9c) Por causa de operações desastradas, o soldado foi preso.

Considerando essa diferença entre predicados institucionais e distributivos, é razoável supor que o par “termo coletivo + predicado” possa ser suficiente para licenciar leituras distributivas e institucionais de expressões como “o time” ou “a banda”. Essa hipótese foi testada em um experimento de complementaçãõ de sentenças, que descreveremos a seguir.

### **Primeiro experimento: diferentes leituras para o termo coletivo**

Para testar a hipótese de que coletivos podem denotar uma entidade plural e singular, e que essas denotações são condicionadas por predicados distributivos ou institucionais, aplicamos um experimento *off-line* de complementação de sentenças. Esse tipo de paradigma experimental, largamente utilizado em pesquisa psicolinguística, é considerado um meio eficaz de averiguar as expectativas dos leitores acerca de trechos subsequentes de um texto dado. Além disso, há um grande corpo de pesquisa em resolução pronominal que faz uso de experimentos *off-line* como o aqui empregado, especialmente quando o fenômeno a ser abordado é a saturação de pronomes ambíguos (STEVENSON *et al.*, 1994; ARNOLD, 2001; KEHLER *et al.* 2007). Para citarmos alguns exemplos de estudos da área que fazem uso de tal técnica, reportamos aos trabalhos de Rohde *et al.* (2006) e Bicknell e Rohde (2009), nos quais essa metodologia é empregada para investigar como fatores concernentes à relação de coerência estabelecida entre duas sentenças podem influenciar a resolução de estruturas sintáticas ambíguas. Os autores, assim como fizemos em nosso trabalho, tomaram como base os resultados do experimento de complementação de sentenças para, posteriormente, investigarem o processamento do fenômeno estudado através de um experimento *online* de leitura autocalenciada.

Aqui, partimos do pressuposto que o método utilizado pode ser igualmente vantajoso para obtermos resultados interessantes sobre o modo como o termo designador de coletivo é interpretado a partir de predicados institucionais ou distributivos. Pedimos aos voluntários que participaram do experimento que completassem uma lista de sentenças na voz passiva, indicando, para cada uma das orações, o agente da ação. O paciente dessas sentenças era um termo coletivo, e o predicado que o seguia era ora distributivo, ora institucional. Como a variável controlada foi, justamente, o tipo de predicado para termos coletivos, qualquer regularidade na diferença entre os tipos de agentes indicados poderia ser, portanto, entendida como evidência de que predicções institucionais e distributivas têm um papel importante em garantir certas denotações do coletivo predicado.

Nossa hipótese inicial era de que a ocorrência de agentes plurais ou coletivos seria maior como complemento de sentenças cujo predicado fosse distributivo. Isso aconteceria porque sentenças como “o batalhão foi vacinado”, com predicação distributiva, instaurariam uma leitura plural do termo coletivo; conseqüentemente, a predicação recairia sobre seus membros. Ao escolher um agente para completar a oração acima, a pluralidade instanciada pelo predicado poderia levar o sujeito a escolher um agente também plural; por mais que um grupo de soldados possa ser vacinado por uma única pessoa, esperávamos que o predicado, ao levar a uma leitura plural do paciente da ação, influenciasse os participantes a indicar um agente igualmente plural para realizar aquela ação. Por outro lado, verbos que predicassem o termo designador de grupo de forma institucional não

receberiam tantas complementações com agentes plurais, uma vez que esse tipo de predicado conduziria a uma leitura singular do termo coletivo que era paciente da ação.

## **Materiais e Métodos**

Para testar nossa hipótese, construímos 12 pares de sentenças que diferiam entre si apenas pelo predicado que seguia o termo designador de grupo. Enquanto metade dessas sentenças compreendia um termo coletivo que funcionava como paciente de uma oração cujo predicado era institucional, como em (10a), outras, a exemplo de (10b), apresentavam a mesma configuração, mas com predicados distributivos.

(10a) Antes de viajar, o batalhão foi reorganizado...

(10b) Antes de viajar, o batalhão foi vacinado...

As 24 sentenças construídas nos moldes de (10a) e (10b) foram organizadas em oito listas que continham, além de 7 itens experimentais, 14 sentenças distratoras – todas construídas igualmente na voz passiva. Aos 37 sujeitos que, voluntariamente, aceitaram participar do estudo, foram apresentadas 21 orações em uma folha de papel; a tarefa dos participantes era a de completar essas orações com os agentes da ação<sup>3</sup>. Todos os participantes eram falantes nativos de português brasileiro, tinham entre 18 e 27 anos e eram estudantes universitários.

## **Classificação dos agentes**

Os dados de cinco sujeitos foram descartados da análise, uma vez que, ao invés de apontar o agente da ação, esses sujeitos, em algumas orações, completavam as sentenças com um complemento nominal ou um advérbio. A partir dos dados dos 32 sujeitos restantes, obtivemos 8 observações para cada uma das 24 sentenças experimentais, totalizando 96 observações de sentenças com predicado institucional e 96 observações de sentenças com predicados distributivos.

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que as sentenças construídas para o experimento aceitavam, em suas variações de predicado distributivo ou predicado coletivo, tanto agentes singulares quanto plurais. Dessa forma, evitamos construções como “depois da partida, o time foi carregado...”, que, forçosamente, levaria à indicação de um agente plural. Neste caso é muito pouco provável que um nome singular fosse designado como agente da oração, uma vez que o ato de carregar um time seria preferencialmente atribuído a um grupo de pessoas. Por essa razão, preferimos sentenças como “o time foi entrevistado”, cujo agente pode ser singular ou plural, isto é, a ação de entrevistar um time pode ser feita tanto por uma coletividade quanto por uma única pessoa.

Os agentes apontados pelos sujeitos como complemento das orações foram divididos nos três grupos apresentados abaixo:

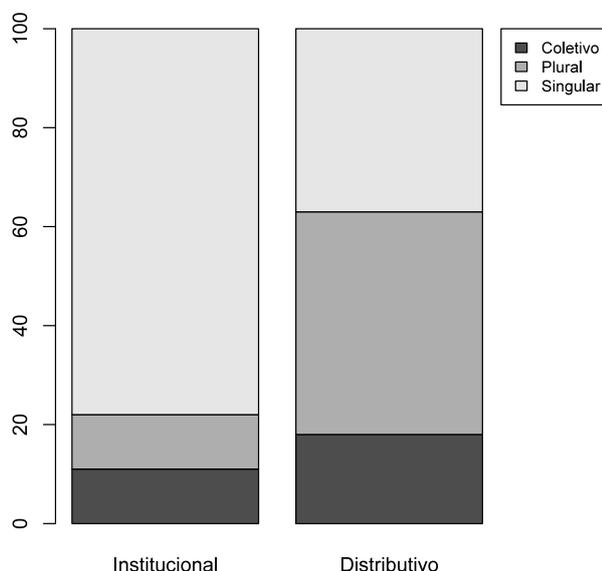
**Grupo de agentes singulares** - e.g., ‘o policial’, ‘o médico’ ou ‘o dono do clube’.

**Grupo de agentes coletivos** - e.g., ‘a polícia’, ‘a diretoria’, ‘a comissão’, etc.

**Grupo de agentes plurais** - e.g., ‘os traficantes’, ‘os alunos’ ou ‘os cinco homens’.

### **Análises dos resultados e discussão**

Os resultados obtidos vão ao encontro de nossa expectativa, que previa um maior número de agentes plurais ou coletivos como complemento das orações de predicado distributivo. Por outro lado – e ainda de acordo com o esperado – nas orações de predicado institucional houve um declínio do número de agentes plurais e coletivos em detrimento do número de agentes singulares, que constituem a maioria dos casos de agentes nesse contexto. O gráfico abaixo ilustra essa diferença:



**Figura 2** – Distribuição da porcentagem de agentes após predicação institucional e distributiva

De acordo com as figuras apresentadas, as orações de predicado institucional contaram com 78% de agentes singulares, 11% de agentes coletivos e 11% de agentes plurais. Já nas sentenças

com predicado distributivo, a porcentagem é de 37% de agentes singulares, 45% de agentes plurais e 18% de agentes coletivos. A partir desses números, podemos perceber, em primeiro lugar, a divisão que se dá entre agentes singulares e predicados institucionais de um lado, e agentes plurais e predicados distributivos de outro. Por sua vez, os agentes coletivos, embora sejam mais frequentes como complemento das orações de predicados distributivos, não têm participação muito menor no contexto dos predicados institucionais.

Com estes dados, realizamos um teste Chi-Quadrado que, como resultado, apontou que a distribuição de agentes plurais/coletivos e singulares entre, respectivamente, predicados distributivos e institucionais é relevante ( $p = 0,0002$ ). Portanto, o fato de agentes singulares ocorrerem após predicados institucionais e agentes plurais/coletivos seguirem, preferencialmente, predicados distributivos é visto como significativo do ponto de vista estatístico.

As análises feitas corroboram a nossa previsão inicial de que predicados distributivos levam os leitores a indicarem agentes plurais e/ou coletivos, enquanto predicados institucionais tendem a ser seguidos por agentes singulares. Uma vez que não há nada na estrutura “termos de grupo + verbo na voz passiva” que force algum tipo de complementação específica do agente da passiva – seja essa complementação plural ou singular –, a predominância de agentes singulares em algumas sentenças e agentes plurais em outras deve ter sido motivada pela manipulação de predicado que fizemos, e que, acreditamos, ressalta uma ou outra face da dubiedade dos termos coletivos. Nosso próximo passo, descrito na seção subsequente, é investigar se essas predicacões distintas afetam a resolução de pronomes plurais cujo antecedente é um termo coletivo.

### **Segundo experimento: o processamento do pronome “eles”**

Há pelo menos três situações em que um pronome plural pode tomar como antecedente um nome morfossintaticamente singular (GERNSBACHER, 1991), e o foco do nosso segundo experimento é investigar apenas uma delas: os casos em que pronomes plurais são resolvidos a partir de termos coletivos, como em (11), abaixo.

(11) O time sentou-se porque eles queriam ouvir o treinador.

O estudo do processo pelo qual esse pronome se resolve é relevante do ponto de vista psicolinguístico por permitir que se investigue como conhecimentos léxico-semânticos e sintáticos interagem durante o processamento linguístico, pois temos aqui uma expressão – o pronome – que é

geralmente integrada no discurso respeitando-se sua concordância de gênero e número, mas que, nesse caso, é resolvida por acesso a características semânticas do termo coletivo. Por sua relevância, esse tipo de relação anafórica, chamada anáfora conceitual (GERNSBACHER, 1991) já foi tema de pesquisa de um número considerável de estudos psicolinguísticos cujos resultados, muitas vezes, são contraditórios. Silva (2004) e Alencar (2012) se dedicaram a comparar o processamento da anáfora conceitual a pronomes plurais que concordam morfologicamente com seu antecedente. As autoras não conseguiram identificar diferença de tempo de leitura para o pronome plural quando seu antecedente era “o time” ou “os times”, e concluíram, portanto, que a anáfora se resolve por recurso a informações semânticas sem causar qualquer custo processual.

Por outro lado, Farias *et al.* (2012) conseguiram evidências empíricas que, segundo os autores, corroboram a primazia sintática no processamento da anáfora conceitual. Ao comparar o processamento de “ele” e “eles” como possíveis anáforas para termos coletivos, Farias *et al.* não conseguiram identificar qualquer diferença de tempo de leitura para os pronomes. Contudo, o tempo de leitura do verbo imediatamente posterior ao pronome foi menor para verbos que seguiam o pronome singular do que para verbos que seguiam o pronome plural, o que, segundo os autores, caracterizaria um efeito de *spill-over*<sup>4</sup>, corroborando a hipótese de que, inicialmente, o processamento linguístico se dá por recurso a informações puramente sintáticas<sup>5</sup>. Além de contraditório aos dados de Silva e Alencar, o resultado é oposto ao achado de Oakhill *et al.* (1992), que compararam o processamento do pronome “they” e do pronome “it” em relação anafórica com coletivos como “the jazz band”. Os autores identificaram que o tempo total de leitura da sentença alvo introduzida pelo pronome “they” era menor que o tempo de leitura da sentença introduzida por “it”, o que os levou a concluir que informações léxico-semânticas são centrais no estabelecimento da relação anafórica entre pronome e termo coletivo.

Apesar de seus resultados díspares, o que todos esses estudos têm em comum é o fato de compararem pronomes em relação de congruência ou incongruência sintática com seus antecedentes, tratando a relação pronome/anáfora sem considerar que o modo como um coletivo é predicado pode reforçar ou inibir a sua contraparte plural. Em nosso experimento,

---

<sup>4</sup>O fenômeno, amplamente descrito na literatura (e.g., NICOL e SWINNEY, 1999), caracteriza-se pelo “espalhamento” do efeito esperado em um determinado segmento da sentença para os pontos subsequentes.

<sup>5</sup>Os dados dos autores são discutíveis por usarem como unidade de medida o tempo de leitura de expressões que diferem quanto ao seu comprimento e número de sílabas, como “terminou”/“terminaram” ou “cantou”/“cantaram”. Além disso, o processamento verbal requer a integração de inúmeras informações, como as informações concernentes à sua grade argumental, tempo, concordância de número e pessoa, e, por sua complexidade, não é a melhor maneira de medir um possível *spill-over*, que, geralmente, é controlado pela inserção de advérbios após o pronome crítico (e.g. SANFORD *et al.*, 2007; MOXEY *et al.*, 2004).

buscamos comparar o processamento do pronome “eles” apresentado após um contexto de [termo coletivo + predicação institucional] e outro de [termo coletivo + predicação distributiva]. Nossa hipótese inicial era de que, como a predicação distributiva torna mais aparente o aspecto plural do termo coletivo, esses contextos facilitariam o processamento do pronome plural. Por outro lado, predicações institucionais, por selecionarem como argumento um referente singular, fariam com que a leitura do pronome plural fosse mais lenta.

É importante ressaltar que essa hipótese se baseia na premissa de que pronomes plurais, assim como os singulares, estabelecem uma relação unívoca e transparente com um antecedente previamente introduzido, e, também como os pronomes singulares, são resolvidos imediatamente. Esse pressuposto, conforme discutiremos adiante, pode não ser verdadeiro, o que explicaria não apenas os nossos dados, mas também a disparidade de dados encontrados nos estudos psicolinguísticos acerca da anáfora conceitual.

## **Matérias e Métodos**

Em nosso experimento, utilizamos os mesmos pares de sentenças que foram criadas para o experimento de complementação de sentenças, porém com algumas modificações. A primeira delas consistiu em inserir, após o predicado, um advérbio, e, dessa maneira, deslocar o predicado da posição final da sentença, momento em que o custo processual costuma ser maior. A sentença seguinte, introduzida pelo pronome, foi construída de modo a permitir o controle de um efeito de *spill-over*. Com essa finalidade, colocamos, entre o pronome e o verbo da oração, outro advérbio ou locução adverbial. Como muitas informações são processadas no momento da leitura do verbo, colocá-lo logo após o pronome poderia nos impedir de monitorar um possível *spill-over effect*; por essa razão, a escolha de uma locução adverbial, semanticamente menos densa que um verbo, pareceu-nos mais adequada.

Assim como no experimento de complementação de sentenças, todos os textos foram introduzidos após uma pequena frase ou oração, o que nos permitiu criar um contexto em que as orações experimentais soassem mais naturais e não causassem estranheza aos sujeitos. Por fim, cuidamos ainda para que o número de sílabas entre o predicado e o pronome não variasse entre os pares de sentenças, assegurando que o tempo decorrido entre a leitura do predicado e o pronome, em todos os casos, fosse sempre bastante semelhante. Com essas modificações, obtivemos pares de sentenças semelhantes às apresentadas em (11a) e (11b):

- (11a) Por causa de operações desastradas, o pelotão foi dissolvido de novo. Eles às vezes metiam os pés pelas mãos.
- (11b) Por causa de operações desastradas, o pelotão foi preso de novo. Eles às vezes metiam os pés pelas mãos.

Criamos, dessa forma, 12 pares de sentenças que diferiam entre si pelo tipo de predicado: enquanto em uma sentença o termo designador de grupo era predicado de forma coletiva, na outra essa predicação era distributiva. A partir dessas sentenças, criamos 8 listas para apresentação dos estímulos, cada uma contendo 4 sentenças com predicados distributivos e 4 sentenças com predicados institucionais. Essas listas foram organizadas de modo a não mostrar, para o mesmo sujeito, duas instâncias – coletiva e distributiva – de um mesmo texto, e nem o mesmo texto duas vezes. Introduzimos ainda, em cada lista, 16 textos distratores, 8 dos quais eram seguidos por uma simples pergunta acerca da sentença lida. Para responderem, os sujeitos deveriam pressionar os botões do teclado previamente marcados com os dizeres SIM e NÃO. Além de distraí-los quanto à real intenção do experimento, essas perguntas garantiriam que o sujeito mantivesse a atenção ao longo de todos os textos lidos. Ainda para assegurar atenção dos participantes, ao fim do experimento eles também tiveram que escolher, dentre um conjunto de sete palavras, quais eles haviam visto durante a leitura das sentenças.

As listas foram apresentadas por meio do paradigma *moving window*. Primeiramente, o sujeito via, na parte superior da tela do computador, o contexto de apresentação da sentença, que, no caso das frases contidas em (24) e (25), por exemplo, era “Por causa de operações desastradas”. À medida que apertava a barra de espaço, o restante da sentença era apresentado. O uso dessa técnica faz com que o próprio leitor controle a passagem de uma porção de texto para outra, o que nos permite inferir que o tempo gasto para ler cada uma das palavras, medido em milissegundos, acompanha o seu ritmo de leitura.

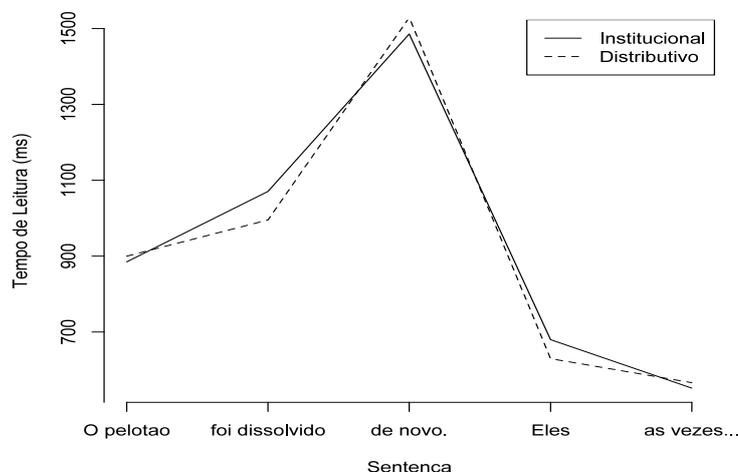
Um total de 24 sujeitos, todos falantes nativos de português brasileiro e alunos de graduação ou pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, participaram voluntariamente da versão final do experimento. Os dados de um participante foram descartados devido à sua variabilidade frente aos dados dos outros 23 sujeitos.

## **Resultados**

Os dados obtidos foram organizados de forma a nos permitir acompanhar o tempo de leitura de cada trecho do texto apresentado. A tabela abaixo mostra os tempos médios de leitura para o

pronome e o advérbio que o seguia em cada uma das condições. Na sequência, o tempo médio de leitura de todo o estímulo experimental até o ponto crítico é mostrado em um gráfico.

	Predicação coletiva	Predicação distributiva
<b>Pronome</b>	679ms	629ms
<b>Advérbio pós-pronome</b>	551ms	566ms



**Figura 3** – Gráfico dos tempos médios de leitura

Esses dados foram submetidos a uma análise de variância (ANOVA). O resultado obtido com essa primeira análise indica que, após um contexto em que o predicado é institucional, o pronome “eles” leva, em média, mais tempo para ser lido do que nos casos em que a predicação age distributivamente. No entanto essa diferença não é estatisticamente significativa ( $F_1 = (4,576); 0,288; p > 0.88$ ;  $F_2 = (44.672); 1,3574; p > 0,06$ ).

## Discussão

Neste trabalho, partimos da premissa de que a) termos coletivos podem ou não denotar pluralidades; b) é possível, a partir do uso de diferentes predicados, ressaltar ou não essa denotação plural. O primeiro experimento que conduzimos apresenta dados robustos corroborando a hipótese de que um coletivo pode instanciar leituras plurais ou singulares, e que tais leituras podem ser condicionadas por predicados distributivos ou institucionais. Embora haja um considerável número

de estudos semânticos acerca dessa questão, não é comum haver pesquisa psicolinguística sobre o tema, i.e., ainda que vários trabalhos na área da semântica tenham se dedicado a estudar as duas denotações possíveis para termos de grupo e suas relações com predicados distributivos (LANDMAN, 1989; SCHWARZSCHILD, 1996), tais estudos não contavam com dados empíricos que permitissem traçar um paralelo entre as análises propostas por esses autores e suas possíveis consequências para o processamento linguístico.

Nossa pesquisa, então, contribui para os trabalhos acerca das características semânticas de termos coletivos na medida em que acrescentou a estes evidências de que a denotação de tais termos é sensível às influências de tipos específicos de predicado. Ademais, os resultados coletados indicam que esta influência é significativa do ponto de vista processual, uma vez que leva os leitores a criarem expectativas quanto ao conteúdo subsequente da sentença: no contexto de um coletivo predicado distributivamente, tende-se a esperar que o restante do texto trate dos membros do grupo; por outro lado, a predicação institucional faz com que se espere que a continuidade da sentença foque a singularidade do coletivo.

No entanto, apesar de constituírem indícios significativos acerca da dupla interpretação de termos designadores de coletivos, ressaltamos que os resultados aqui expostos não dizem muito sobre uma possível leitura preferencial para esses termos. Em outras palavras, não se pode afirmar que, no momento da leitura inicial de um termo coletivo,

(i) sua denotação ainda não está definida, sendo determinada, posteriormente, pelo predicado;

(ii) a denotação singular é privilegiada em detrimento de uma interpretação plural, sendo, posteriormente, corroborada por um predicado institucional ou refutada por um predicado distributivo;

(iii) a denotação plural é privilegiada em detrimento de uma interpretação singular e pode, posteriormente, ser reforçada por um predicado distributivo ou refutada com a leitura de um predicado institucional.

Apesar dos resultados bastante robustos do experimento de complementação de sentenças, nossa segunda investigação empírica falhou em capturar interações significativas entre as variáveis manipuladas, e acreditamos que haja pelo menos dois motivos que explicam a diferença de significância entre primeiro e segundo experimento. Em primeiro lugar, poderíamos considerar que a falta de efeitos reportada nos resultados do experimento de leitura autocadenciada se deve ao fato de que informações léxico-semânticas do verbo – institucional ou distributivo – empregado realmente não interferem de modo imediato no processamento *online* da linguagem. Ao mesmo tempo, essas mesmas informações podem influenciar de modo relevante a tarefa *offline*, indicando

que, em um momento mais tardio do processamento, essas informações podem interferir no modo como o sujeito interpreta o termo coletivo.

Por outro lado, também podemos tentar entender os resultados obtidos questionando o método que empregamos para investigar a influência dos predicados dos predicados de termos coletivos no processamento linguístico. Aqui, partimos da premissa de que pronomes plurais e singulares iniciam a busca imediata por um antecedente e estabelecem com ele uma relação anafórica tão logo o encontrem. Contudo, um estudo cuidadoso sobre o processamento dos pronomes plurais levanta dúvidas sobre a relação que acreditávamos ser direta entre pronomes plurais e referentes plurais. Filik *et al.* (2008) e Sanford *et al.* (2008) investigaram o processamento de pronomes plurais genéricos e sem antecedentes explícitos, como vemos na sentença em (12a), abaixo. Os autores, usando técnicas de rastreamento ocular e eletroencefalografia, não identificaram qualquer custo associado ao processamento do pronome sem antecedente em comparação ao processamento do mesmo pronome em situações como (12b), em que há antecedente explícito.

(12a) A comida que recebi no voo estava melhor que o usual. Na verdade, *eles* também serviram a comida com muita educação.

(12b) A comida que recebi *dos comissários* no voo estava melhor que o usual. Na verdade, *eles* também serviram a comida com muita educação.

Com base nesses dados, os autores concluíram que pronomes plurais, na falta de um antecedente explícito e plural, são capazes de evocar sem qualquer custo processual um referente sub-específico; portanto, a relação pronome-referente na situação de plurais genéricos não se dá entre pronomes plurais e referentes igualmente plurais e definidos, mas entre pronomes plurais e um referente não específico. Essa explicação vai ao encontro de trabalhos que identificaram diferenças de processamento entre pronomes plurais e singulares (SANFORD e FILIK, 2006; SANFORD *et al.*, 2008; MOXEY *et al.*, 2004). Esses estudos identificaram que, mesmo nos casos de pronomes plurais co-referenciais (e.g., “João e Maria pintaram o quarto. Eles gostaram mesmo da cor”; MOXEY *et al.*, 2004) os efeitos esperados pela manipulação das variáveis testadas se faz sentir em segmentos finais da sentença ou em medidas tardias de processamento, como o tempo total de fixação (SANFORD e FILIK 2006), enquanto o processamento de pronomes singulares fazem com que esses efeitos se sintam em segmentos imediatamente posteriores ao pronome e em medidas de processamento imediato, como o tempo da primeira fixação. Segundo os autores, essa diferença se deve ao fato de pronomes plurais terem uma ampla gama de referentes possíveis, diferentemente de pronomes singulares, que tendem a se resolver imediatamente a partir de um referente explícito e identificável no contexto prévio.

A observação de que pronomes plurais são referencialmente mais flexíveis é de relevância para o estudo que realizamos, uma vez que essa flexibilidade parece se manter mesmo em caso de anáforas pronominais correferenciais. Em (13a-b) apresentamos uma sentença idêntica à utilizada em nosso segundo experimento, modificando apenas a informação posterior ao pronome. Enquanto em (11a-b) “eles” se referia aos soldados do pelotão, em (13a) e (13b) esse pronome parece se referir, respectivamente, ao quadro de membros da junta militar e do posto policial. Em nenhum desses casos, contudo, sabemos especificamente quem são essas pessoas, e nem se o agente dessas ações foi mesmo um agente plural – caso a recusa da junta militar tenha sido emitida por um único juiz, por exemplo, ainda é possível usarmos um sujeito indeterminado através do pronome plural de forma similar a que fazemos em (13a). De forma semelhante, o pronome plural em (14b) parece tomar como referência um referente indeterminado, apesar de haver, no contexto, a expressão “os meninos”, com a qual o pronome poderia concordar. Por outro lado, a interpretação de “eles” em (14a) pode apenas ser correferencial a “os meninos”, e não permite que se infira um referente não específico para o pronome.

(13a) Por causa de operações desastradas, o pelotão foi preso de novo. Eles se recusaram a julgar os soldados na junta militar e o supremo tribunal teve que intervir.

(13b) Por causa de operações desastradas, o pelotão foi preso de novo. Eles não tinham muitas algemas no posto policial e tiveram que amarrar a maioria dos soldados com cordas.

(14a) Os meninos foram buscar a bicicleta que havia quebrado, mas eles voltaram para casa de mãos abanando.

(14b) Os meninos foram buscar a bicicleta que havia quebrado, mas eles ainda não haviam acabado de consertar.

O que todos os casos apresentados acima têm em comum é o fato de a referência do pronome ser resolvida por informações apresentadas posteriormente, o que nos indica que, mesmo em situações em que o pronome plural conta com possíveis antecedentes explícitos, sua referência pode ser definida por informações que ainda não foram apresentadas. Por esse motivo, seria arriscado afirmar que, no momento da leitura do pronome plural, já há o mesmo grau de comprometimento com um referente específico que observaríamos para um pronome singular não ambíguo<sup>6</sup>.

De certa forma, essa característica específica dos pronomes plurais poderia explicar porque os resultados obtidos por estudos anteriores sobre a anáfora conceitual são tão díspares. Conforme

---

<sup>6</sup> Lembramos que, em uma frase como “o menino foi buscar a bicicleta que havia quebrado, mas ele ainda não havia acabado de consertar”, parece impossível supor que o pronome faça referência a um referente implícito.

mencionamos, creditamos a diferença de tempo de leitura encontrada por Farias *et al.* (2012) ao comprimento distinto dos verbos plurais e singulares, e parece-nos que seria mais adequado argumentar pela força de um efeito de *spill-over* quando este se faz aparente em expressões como advérbios, que impõem menos custo processual que verbos. Por outro lado, os estudos que não capturaram efeitos das variáveis controladas no pronome plural (SILVA, 2004; ALENCAR, 2011), como foi o nosso caso, podem estar diante de um fenômeno distinto do que procuravam investigar, pois, como o pronome plural depende de informações posteriores para ser plenamente resolvido, é possível que, inicialmente, ele permaneça sub-especificado e não reflita os efeitos das variáveis manipuladas por esses trabalhos. Nesse contexto, o trabalho de Oakhill *et al.* (1992) parece ter optado por uma metodologia mais adequada ao medir o tempo total de leitura da sentença alvo, uma vez que tal medida captaria também a influência de informações posteriores ao pronome no processo de resolução de referência.

À luz dessas observações acerca da diferença de processamento de pronomes plurais e singulares, acreditamos que a falta de efeito observada em nosso segundo experimento seja resultado de uma falha metodológica. O principal motivo para assumirmos essa posição é a grande disparidade entre o efeito do primeiro e do segundo experimento, o que nos leva a crer que o efeito de predicação do termo coletivo exerce uma influência no processamento, mas o tempo de leitura inicial do pronome plural, por suas idiossincrasias, não é a melhor maneira de capturar esse efeito. Pesquisas futuras que queiram aprofundar o estudo empírico das características semânticas dos coletivos ou dos processos que permitem recuperar sua pluralidade precisam, portanto, buscar outros meios de responder suas perguntas.

## Referências

ALENCAR, J. *Um estudo experimental das diferenças de tempo de processamento pronominal entre anáfora direta e anáfora associativa*. Relatório (Iniciação Científica). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

ARNOLD, J. E. The effects of thematic roles on pronoun use and frequency of reference. In: *Discourse Processes*, n. 31, p. 137-162, 2001.

BARKER, C. Group Terms in English: Representing Groups as Atoms. In: *Journal of Semantics*, n. 9, p. 69-93, 1992.

BICKNELL, K.; ROHDE, H. Dynamic Integration of Pragmatic Expectations and Real-World Event Knowledge in Syntactic Ambiguity Resolution. In: *Proceedings of the 31st Annual Conference of the Cognitive Science Society*, Amsterdam, p. 1216-1221, 2009.

- CRUSE, D. A. *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- FARIAS, S. C.; LEITÃO, M. M.; FERRARI-NETO, J. Gênero e número no processamento da anáfora conceitual com nomes coletivos em português brasileiro. In: *ReVEL*, edição especial n.6, p. 82-109, 2012.
- FILIK, R.; SANFORD, A. J.; LEUTHOLD, H. Processing pronouns without antecedents: Evidence from event-related brain potential. In: *Journal of Cognitive Neuroscience*, n. 20, p. 1315-1326, 2008.
- GERNSBACHER, M. A. Comprehending conceptual anaphors. In: *Language and Cognitive Processes*, n. 6, p. 81-105, 1991.
- KEHLER, A.; KERTZ, L.; ROHDE, H.; ELMAN, J. Coherence and Coreference Revisited. In: *Journal of Semantics*, n. 25, p 1-44, 2007.
- LANDMAN, F. Groups I&II. In: *Linguistics and Philosophy*, n. 12, p. 559-605; 723-744, 1989.
- LINK, G. The logical analysis of Plurals and Mass terms: A lattice-theoretical approach, In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C.; von STECHOW, A. (Orgs.). *Meaning, Use, and Interpretation of Language*. Berlin, New York: Springer, p. 302-323, 1983.
- MOXEY L.M.; SANFORD A.J.; STURT P.; MORROW, L.I. Constraints on the formation of plural reference objects: The influence of role, conjunction and type of description. In: *Journal of Memory and Language*, n. 51, p. 346-364, 2004.
- NICOL J.; SWINNEY, D. The psycholinguistics of anaphora. In: BARSS, Andrew (Org.). *Anaphora: a reference guide*. Cambridge: Blackwell Publishing, p. 72-104, 1992.
- OAKHILL, J.; GARNHAM, A.; GERNSBACHER, M. A.; CAIN, K. How natural are conceptual anaphors? In: *Language and Cognitive Processes*, n. 7, p. 257-280, 1992.
- PEARSON, H. A New Semantics for Group Nouns. In: *Proceedings of the 28th West Coast Conference on Formal Linguistics*, p. 160-168, 2011.
- ROHDE, H.; KEHLER, A.; ELMAN, J. Event structure and discourse coherence biases in pronoun interpretation. In: *Proceedings of the 28th Annual Conference of the Cognitive Science Society*, Vancouver, p. 697-702, 2006.
- SANFORD, A. J.; FILIK, R.; EMMOTT, C.; MORROW, L. They're digging up the road again: The processing cost of Institutional They. In: *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, n. 61, p. 372-380, 2008.
- SCHWARZSCHILD, R. *Pluralities*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.
- SILVA, A. A leitura e compreensão da anáfora conceitual. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

STEVENSON, R. J.; CRAWLEY, R. A.; KLEINMAN, D. Thematic roles, focusing and the representation of events. In: *Language and Cognitive Processes*, n. 9, p. 519- 48, 1994.

## REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

### POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista *(Con)Textos Linguísticos* publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros.
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista *(Con)Textos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

### NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.
2. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
  - *Título*: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
  - *Nome do(s) autor(es)*: por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
  - *Filiação institucional*: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).

- *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- *Palavras-chave* e *keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
- *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo**, **Palavras-chave**, **Abstract**, **Keywords**, **Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.
- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
  - ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
  - ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
  - ✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: [http://scripts.sil.org/DoulosSIL\\_download](http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download)

- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
- Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, em formato Word for Windows (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo com identificação, anexado em "Documentos suplementares", deverá constar ainda, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo.

Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS  
COMISSÃO EDITORIAL

A/C Aleksandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Ana Cristina Carmelino (Editora de Layout), Aurélia Lyrio (Editora de Texto), Edenize Ponzos Peres (Editora de Seção), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Júlia Maria da Costa de Almeida (Editora de Texto), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (Leitora de Prova), Maria da Penha Pereira Lins (Editora de Texto), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção).

CCHN/ PPGEL – Pós-Graduação em Linguística  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Av. Fernando Ferrari, nº 514  
Campus Universitário – Goiabeiras  
CEP 29075-910  
Vitória – ES  
Tel: 0 (XX) 27 4009-2801  
email: contextoslinguisticos@hotmail.com